

**Políticas de Acesso e
permanência de Estudantes da
Epjai da Rede Municipal de
Ensino de Malhada de Pedras -
Bahia: Análises de Situações-
Limites e Inéditos Viáveis.**

Elisângela Rosa dos Santos Ventura



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO
MESTRADO ACADÊMICO EM ENSINO**



ELISÂNGELA ROSA DOS SANTOS VENTURA

**POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE
MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS – BAHIA: ANÁLISES DE
SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS**

**VITÓRIA DA CONQUISTA - BA
2024**

ELISÂNGELA ROSA DOS SANTOS VENTURA

POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS – BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGEEn), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Ensino.

Linha de Pesquisa: Ensino, Políticas e Práticas Educativas.

Orientador: Prof. Dr. José Jackson Reis dos Santos

**VITÓRIA DA CONQUISTA - BA
2024**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA PRÓ-REITORIA DE
PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ENSINO MESTRADO ACADÊMICO EM ENSINO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE
MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS – BAHIA: ANÁLISES DE
SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS**

Autora: Elisângela Rosa Dos Santos Ventura
Orientador: Prof. Dr. José Jackson Reis dos Santos

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. José Jackson Reis dos Santos (UESB)- Orientador

Prof^a Dr^a Carmen Cavaco - Universidade de Lisboa -
Membro Titular Externa

Prof^a. Dr^a. Silvia Regina Marques Jardim – Membro Titular
Interno – PPGEn-Uesb

V578p

Ventura, Elisângela Rosa dos Santos.

Políticas de acesso e permanência de estudantes da Epjai da rede municipal de ensino de Malhada de Pedras – Bahia: análise de situações limites e inéditos viáveis. / Elisângela Rosa dos Santos Ventura, 2024.

220 f.; il. color.

Orientador (a): Dr. José Jackson Reis dos Santos.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós Graduação em Ensino – PPGEn, Vitória da Conquista, 2024.

Inclui referências.

1. Epjai. 2. Políticas públicas. 3. Acesso - Educação. 4. Permanência – Educação. I. Santos, José Jackson Reis dos. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Mestrado Acadêmico em Ensino - PPGEn. III. T.

CDD: 374.0981

Catálogo na fonte: Karolyne Alcântara Profeta – CRB 5/2134

UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO
MESTRADO ACADÊMICO EM ENSINO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS – BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS

Autor: Elisângela Rosa dos Santos Ventura

Orientadora: Dr. José Jackson Reis dos Santos

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida por Elisângela Rosa dos Santos Ventura e aprovada pela Comissão Avaliadora.

Data: 17/06/2024

COMISSÃO AVALIADORA:

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
Recredenciada pelo Decreto Estadual
Nº 16.825, de 04.07.2016



Documento assinado digitalmente
JOSE JACKSON REIS DOS SANTOS
Data: 18/06/2024 16:50:40 -0300
Verifique em <https://validar.dig.br>

Prof. Dr. José Jackson Reis dos Santos (UESB)
Presidente da Banca Examinador/Orientador

Prof.ª Dr.ª Silvia Regina Marques Jardim (UESB)
Examinadora interna

Prof.ª Dr.ª Carmen Cavaco (Universidade de Lisboa)
Examinadora externa



Documento assinado digitalmente
BENEDITO GONCALVES EUGENIO
Data: 17/06/2024 20:07:00 -0300
Verifique em <https://validar.dig.br>

Prof. Dr. Benedito G. Eugenio (UESB)
Coordenador do PPGEn

À minha mãe, Ângela, minha inspiração diária, mulher forte, de muita fé, uma leoa em defesa dos seus filhos. Ela esperou por este momento tanto quanto eu.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas caminharam comigo no percurso de construção deste texto dissertativo, dos quais fui aprendiz nos conhecimentos acadêmicos e científicos, na amorosidade, no cuidado para com o outro e na sabedoria da vida. Aprendi muito. Os companheiros desta jornada contribuíram para que eu desbravasse um mundo até então desconhecido, sobretudo no que concerne às políticas de acesso e permanência na Epjai, contribuindo, assim, para o meu crescimento enquanto ser humano sensível às injustiças e respeitosa para com a diversidade em meio a um universo multicultural, o que reflete, indubitavelmente, na minha essência de educadora, de gestora e de ser humano. São muitos os motivos pelos quais venho te agradecer, Senhor... Meus agradecimentos:

A Deus em primeiro lugar, por amparar-me nos meus piores momentos, dando-me inspiração e cumprindo a sua fidelidade para comigo, eu te via em tudo, Senhor, desde a primeira pessoa que colocastes no meu caminho, incentivando-me a concorrer no processo seletivo do Mestrado, ali eu já sabia que era Tu falando comigo. Sou infinitamente grata pela proteção e cuidado para comigo e Klayton em todas as viagens que fazíamos para Vitória da Conquista, um percurso semanal de 360 km (ida e volta), obrigada por tudo, exatamente como foi.

À minha mãe, por ter sido forte e decidido que ficaria comigo, mesmo quando não tinha condições materiais e apoio do meu progenitor para isso. Minha gratidão por me ensinar a ser paciente e a ter fé, sempre vislumbrando dias melhores, sem comodismo. Obrigada por ter me ensinado desde pequenina a não desistir, a lutar bravamente pelos meus sonhos, incultindo em mim o apreço pelos estudos. Você não tem noção da força que imprimia em mim no percurso do Mestrado. Sempre que chegava em casa e dizia que havia passado no santíssimo e rezado para que Deus me desse forças para conciliar tudo, trabalho, estudos e família, mencionando, ainda, que sentia muito orgulho de mim, que teria uma filha mestra, a primeira de toda a nossa família, falando ainda que um dia terá uma filha doutora. Ver seus olhos brilhando de orgulho de mim não tem preço e me deixa realizada. Mesmo com suas limitações, visita-me diariamente e na fase final da escrita desta dissertação, não deixava com que ninguém atrapalhasse meus estudos, dando as refeições em minhas mãos. Obrigada por tudo, minha mãe.

Ao meu esposo, Klayton, meu grande incentivador, meu companheiro e amigo. Sempre estive comigo neste percurso, acompanhando-me semanalmente à Vitória da Conquista, para a UESB, cuidando de mim e do nosso filho João Miguel.

Aos meus irmãos, Filipe e Maria Cibelle, que me veem com admiração e inspiração para suas trajetórias.

Ao meu filho amado, João Miguel, um garoto inteligente, amoroso comunicativo e criativo, pequeno no tamanho e grande nos sonhos, que me impulsiona a acreditar em um mundo melhor e lutar pela sua concretização. Filho, o amor que sinto por você é imensurável e indescritível.

Ao meu orientador, professor José Jackson Reis dos Santos, um grande ser humano único, pelo qual carrego uma grande admiração, desde o momento que tive o primeiro contato, um educador que desperta nos estudantes a concretude do “Ser Mais”, uma pessoa acolhedora e inspiradora. Minha gratidão pelo seu cuidado, generosidade, respeito e empatia.

Aos estudantes, professores e gestores da Epjai de Malhada de Pedras, sujeitos desta pesquisa, que me proporcionam motivação para buscar compreender as políticas de acesso e permanência na modalidade, vislumbrando sempre a superação de situações-limites e concretização de inéditos-viáveis.

Ao programa de Pós-Graduação em Ensino (Mestrado acadêmico em Ensino), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, pela viabilização de aprendizagens na sala de aula, nos eventos e demais atividades proporcionadas.

Às professoras Dr^a Carmen Cavaco e Dr^a. Silvia Regina Marques Jardim que, com seus cuidados criteriosos, enriqueceram a estrutura deste texto dissertativo na avaliação de qualificação.

Aos professores do Mestrado em Ensino, com os quais me empoderei de conhecimentos acadêmicos importantes para o meu crescimento enquanto ser crítico, bem como politicamente.

Aos colegas do Mestrado, turma 2022, pelas vivências compartilhadas, pelas aprendizagens, pelas brincadeiras, sorrisos e incentivos.

Aos colegas do Grupo Colabor(Ação): Estudos e Pesquisas em Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas, pelas partilhas de conhecimentos e parceria.

Aos colegas educadores, estudantes e demais sujeitos da comunidade escolar da rede municipal de Malhada de Pedras, que me inspiram a buscar sempre a superação das situações-limites, na perspectiva da construção de uma educação inclusiva e democrática.

Enfim, a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram com esse trabalho, minha sincera gratidão.

Mãos Dadas
(*Carlos Drummond de Andrade*)

Não serei o poeta de um mundo caduco.
Também não cantarei o mundo futuro.
Estou preso à vida e olho meus companheiros. Estão
taciturnos, mas nutrem grandes esperanças. Entre
eles, considero a enorme realidade.
O presente é tão grande, não nos afastemos.
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.

Não serei o cantor de uma mulher, de uma história,
não direi os suspiros ao anoitecer, a paisagem vista
da janela, não distribuirei entorpecentes ou cartas de
suicida, não fugirei para as ilhas nem serei raptado
por serafins.
O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os
homens presentes, a vida presente.

Ventura, Elisângela Rosa dos Santos. **Política de Acesso e permanência de Estudantes da Epjai da Rede Municipal de Ensino de Malhada de Pedras – Bahia: Análises de Situações-Limites e Inéditos Viáveis**. 220 p. Orientação: Prof. Dr. José Jackson Reis dos Santos. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista-BA, 2024.

RESUMO

A dissertação situa-se no campo das políticas públicas de acesso e permanência no contexto da Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas (Epjai) em âmbito nacional e municipal. O processo de gestão da política MPEJA na rede municipal de ensino de Malhada de Pedras, Bahia, é o objeto de pesquisa. A questão central está assim definida: Quais as situações-limites e inéditos viáveis no contexto da gestão da política pública MPEJA para assegurar o acesso e a permanência com aprendizagem de estudantes da Epjai na Rede Municipal de Ensino de Malhada de Pedras? Para alcançar a questão principal, elaboramos o seguinte objetivo geral: Analisar situações-limites e inéditos viáveis no contexto da gestão da política pública MPEJA para assegurar o acesso e a permanência com aprendizagem de estudantes da Epjai na Rede Municipal de Ensino de Malhada de Pedras. O estudo é de abordagem qualitativa, desenvolvido no período de março de 2023 a maio de 2024, fundamentado em obras de Paulo Freire e autoras(es) da Epjai. O formato de organização adotado para esta dissertação foi o multipaper, sistematizada por meio de três artigos, com metodologias específicas, acompanhados de Introdução Geral e Considerações Finais Gerais. Na parte introdutória, são apresentadas as motivações de cunho pessoal e profissional, bem como os objetivos geral e específicos, além de indicações sobre caminhos metodológicos e processo de organização do texto dissertativo. O Artigo 1, Políticas públicas de acesso e permanência no contexto da educação de pessoas jovens, adultas e idosas: o estado da questão, apresenta um Estado da Questão (EQ) sobre políticas públicas de acesso e permanência no contexto da Epjai em âmbito nacional, tecendo reflexões acerca de suas convergências e divergências a favor da construção de práticas educacionais emancipatórias e libertadoras no contexto dessa modalidade educativa. O artigo 2, Política pública da Epjai na rede municipal de ensino de Malhada De Pedras-BA: reflexões sobre o período 2007 a 2020, é um estudo do tipo documental-bibliográfico e apresenta o percurso inicial da Epjai na Rede Municipal de Ensino de Malhada de Pedras até o ano de 2020, destacando memórias da Epjai no citado contexto. No artigo 3, Epjai em Malhada de Pedras no período 2021-2024: superando situações-limites e construindo inéditos-viáveis, compreendemos experiências da Epjai no contexto da rede municipal de Malhada de Pedras, tendo como objetivo analisar situações-limites e inéditos viáveis no contexto da política pública MPEJA para assegurar acesso e permanência de estudantes da Epjai. Os resultados e conclusões indicam que há um descompasso entre o que é preconizado pela legislação em âmbito nacional e a materialização do direito na prática. Entretanto, na contramão do cenário nacional, a pesquisa mostra uma superação de situações-limites no âmbito do município de Malhada de Pedras e consolidação de inéditos viáveis no contexto da Epjai.

Palavras-chave: Epjai. Políticas Públicas. Acesso. Permanência.

Ventura, Elisângela Rosa dos Santos. **Politics Access and Permanence of Epjai Students in the Municipal Education Network of Malhada de Pedras - Bahia: Analysis of Situations-Limits and Viable Innovations.** 220 p. Supervisor: Prof. Dr. José Jackson Reis dos Santos. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista-BA, 2024.

ABSTRACT

This dissertation is situated in the field of public policies on access and permanence in the context of Education for Young People, Adults and the Elderly (Epjai) at national and municipal level. The process of managing the MPEJA policy in the municipal education network of Malhada de Pedras, Bahia, is the subject of the research. The central question is defined as follows: What are the limiting and unprecedented situations that are feasible in the context of the management of the MPEJA public policy to ensure access and permanence with learning for Epjai students in the Malhada de Pedras Municipal Education Network? In order to answer the main question, we came up with the following general objective: To analyze limiting and unprecedented situations that are feasible in the context of the management of the MPEJA public policy to ensure access and permanence with learning for Epjai students in the Malhada de Pedras Municipal Education Network. The study has a qualitative approach, developed between March 2023 and May 2024, based on the works of Paulo Freire and the authors of Epjai. The organizational format adopted for this dissertation was multipaper, systematized through three articles, with specific methodologies, accompanied by a General Introduction and General Final Considerations. In the introductory part, the personal and professional motivations are presented, as well as the general and specific objectives, in addition to indications about methodological paths and the process of organizing the dissertation text. Article 1, Public policies on access and permanence in the context of education for young, adult and elderly people: the state of the question, presents a State of the Question (SQ) on public policies on access and permanence in the context of Epjai at national level, reflecting on their convergences and divergences in favor of building emancipatory and liberating educational practices in the context of this educational modality. Article 2, Public policy of Epjai in the municipal education network of Malhada De Pedras-BA: reflections on the period 2007-2020, is a documentary-bibliographical study and presents the initial path of Epjai in the Municipal Education Network of Malhada de Pedras until 2020, highlighting memories of Epjai in this context. In article 3, Epjai in Malhada de Pedras in the period 2021-2024: overcoming limiting situations and building viable unheard-of experiences, we understand Epjai's experiences in the context of the municipal network of Malhada de Pedras, with the aim of analyzing limiting situations and viable unheard-of experiences in the context of the MPEJA public policy to ensure access and permanence for Epjai students. The results and conclusions indicate that there is a mismatch between what is recommended by legislation at national level and the materialization of the right in practice. However, in contrast to the national scenario, the research shows that limiting situations have been overcome in the municipality of Malhada de Pedras and that unprecedented viable solutions have been consolidated in the context of Epjai.

Keywords: Epjai. Public policies. Access. Permanence.

SU- MA- RIO



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
Pontos De (Re)Encontros	17
O Florescer da Epjai em Minha Vida Pessoal e Profissional	18
Categorias Analíticas Mobilizadas	22
Organização da Dissertação	22
REFERÊNCIAS	24
ARTIGO 1	26
POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS, ADULTAS E IDOSAS: O Estado da Questão	26
1 INTRODUÇÃO	26
2 PERCURSO METODOLÓGICO	30
3 RESULTADOS E DISCUSSÕES	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	49
.....	55
ARTIGO 2	56
POLÍTICA PÚBLICA DA EPJAI NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS-BA: Reflexões sobre o período 2007 a 2020	56
1 INTRODUÇÃO	56
2 PERCURSO METODOLÓGICO: seleção, organização e categorias de análise dos dados	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS	73
ARTIGO 3	78
EPJAI EM MALHADA DE PEDRAS NO PERÍODO 2021-2024: SUPERANDO “SITUAÇÕES-LIMITES” E CONSTRUINDO “INÉDITOS-VIÁVEIS”	78
1 PALAVRAS INICIAIS	78
Inéditos-viáveis: busca ativa	80

Inéditos-viáveis: bolsa permanência	82
Inédito viável: redução de jornada de trabalho de funcionários públicos municipais que são estudantes do MPEJA.....	83
Inéditos viáveis: práticas curriculares inovadoras e diversificadas.....	83
Inéditos viáveis: Sala de acolhimento aos filhos das mães estudantes MPEJA	93
Inéditos viáveis: Plantões pedagógicos	97
Inéditos viáveis: Protagonismo do MPEJA nos projetos pedagógicos	100
Inédito viável: projeto de leitura e escrita “Escrevivências”.....	104
Inéditos viáveis: construindo prédios e edificando sonhos	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS GERAIS	119
REFERÊNCIAS	121
ANEXOS.....	123



IN- TRO- DU- ÇÃO

INTRODUÇÃO

É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo (Freire, 1992, p.110-1).

Pontos De (Re)Encontros

Nasci em Malhada de Pedras, uma cidade do Sertão Baiano, no ano de 1987, contexto ainda recente do restabelecimento da democracia, acontecido em 1985, que havia sido usurpada pelo “Golpe de 1964”, que instaurou uma ditadura civil-militar no país. Minha mãe, Ângela Maria, era solteira, pobre e trabalhava como empregada doméstica. Sua patrona, quando soube da gravidez e das condições da minha mãe, julgando que esta não conseguiria criar e educar uma criança, propôs a doação do bebê. Outras pessoas na pequena cidade estavam interessadas na criança que estava ainda sendo gestada e fizeram a mesma solicitação para a doação.

Em meio às condições econômicas desfavoráveis e preconceitos sociais, a minha mãe decidiu que ficaria comigo e, para superar tais condições, ainda grávida de mim, ela não interrompeu os seus estudos, concluindo, assim, o curso de Magistério no ano de 1989, quando eu tinha pouco mais de um ano de idade, tornando-se professora, atuando inicialmente na Educação do Campo, isso no ano de 1990.

Hoje, construindo este texto dissertativo, ao refletir sobre minha jornada com o mundo, percebo que, desde muito cedo, experimentei situações “duras”, que fizeram com que eu vivenciasse, dentre outros abandonos e negligências desta sociedade, a distância daquele que me gerou, o que impôs em mim a necessidade de erguer-me, tomando as “rédeas” da minha vida em busca constante do meu “Ser Mais”, para tanto, transpondo inúmeras “situações-limites”, construindo, assim, neste percurso, não linear, a minha identidade, que se mistura às crenças e aos saberes daqueles com os quais convivo nos grupos, no trabalho e que também compõem a minha história (Freire, 1992).

Na epígrafe deste texto, Freire (1992), como educador dialógico, nos impulsiona a um engajamento com e na educação, de forma que lutemos contra as condições impostas que nos desumanizam. Entretanto, a luta para a qual ele nos motiva, não se trata de uma ingenuidade, mas constitui-se de uma posição política consciente a favor dos oprimidos. “Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim, descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo,

com eles lutam” (Freire, 1992, p.23).

Nessa perspectiva, tendo descoberto-me nesses “esfarrapados”, que se apresentaram a mim na condição de estudantes da Epjai de Malhada de Pedras, eu, na condição de educadora, descobria ali, o motivo maior pelo qual me tornara educadora, que é viabilizar relações educativas humanizadoras na perspectiva emancipadora dos oprimidos. A partir daí, iniciei um engajamento com e na Epjai e nunca mais parei. Essa trajetória está ganhando espaço em forma de texto dissertativo, intitulado: **POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS – BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS**, o qual se constitui em pesquisa, que parte das nossas inquietações, despertadas por meio dos olhares atentos e inquietos para os atores da Educação de Pessoas Jovens, Adultos e Idosas (Epjai), bem como para as diversas interfaces e interrelações que permeiam o ingresso e a permanência destes sujeitos à escola.

Nessa direção, apresento, brevemente, na introdução dessa dissertação, o florescer da Epjai em minha vida pessoal e profissional; a questão e os objetivos da pesquisa; indicações sobre o caminho metodológico escolhido e percorrido; os principais conceitos e categorias mobilizados na análise dos dados e, por fim, a forma como a dissertação está organizada.

O Florescer da Epjai em Minha Vida Pessoal e Profissional

Minha trajetória profissional é influenciada pelo pensamento de Freire (1992). Nesta perspectiva, ela está alicerçada na crença de que, por meio da educação, posso contribuir com o despertar de cidadãos autônomos, críticos e protagonistas, que venham a fazer leituras conscientes das conjunturas que os circundam, sempre esperançosamente, enxergando a “[...] história e a existência humana como feixe de possibilidades e virtualidades que podem, pela prática histórica, ser levadas à concretização” (Freire, 1992, p. 8), subvertendo, neste sentido, as “situações-limites” e concretizando “inéditos-viáveis”. A minha vida, enquanto pessoa e enquanto profissional, foi uma constante superação de “situações-limites” e concretudes de “inéditos viáveis”, pois nunca me deixei sucumbir às forças opressoras que insistiam na concretude, em mim, de um “Ser-Menos”.

Nesse sentido, o texto que trago nesta dissertação se enraíza em uma compreensão de que existe uma relação entre minha trajetória de vida e a trajetória da Epjai, sobretudo na cidade de Malhada de Pedras, Estado da Bahia. Nesta perspectiva, tenho hoje consciência sobre o lugar de onde falo, o que contribui para que eu, juntamente com outros sujeitos engajados na Epjai, tornemos possível sonhar novas possibilidades e reinventar, tornando concretos sonhos outrora, “inviáveis” para esta modalidade educacional.

Sobre “inédito viável”, “[...] vale dizer, é aquilo que ainda não foi ensaiado e é inédito, mas que pode, pela ação articulada dos sujeitos históricos, vir a ser realidade (Freire, 1992, p.8).

Nesta premissa, encontrei-me profissionalmente na Epjai, a qual me acompanha desde o início da minha caminhada na condição de docente. Concluí no ano de 2000 o 9º Ano do Ensino Fundamental, naquela época, 8ª série, e o único curso médio que havia no município era o Magistério e no Noturno. Muitos dos meus colegas, aqueles que tinham opção de escolha, diferentemente de mim, como não queriam ser professores, foram estudar em outras cidades, a exemplo de Brumado e Vitória da Conquista. Minha família, como não tinha condições financeiras para isso, a minha única opção foi cursar o Magistério.

Lá fui eu, com apenas 15 anos, estudar o 1º Ano de Magistério, no Turno Noturno. Eram três turmas, um total de 78 estudantes e eu era a mais nova dentre todos. Uma realidade bem diferente da que eu estava habituada e que estranhei bastante inicialmente. O público do noturno era composto por pessoas mais velhas, mulheres e homens casados, outros papos nos corredores escolares, uma outra realidade. Sentia-me, por vezes, meio que “perdida”. Muitos dos colegas com os quais eu convivía já não estavam mais estudando comigo; as pessoas com as quais eu passava a conviver, neste contexto, eram casadas, mães e com uma rotina totalmente diferente da minha. A sensação que eu sentia era de que eu havia entrado em uma máquina do tempo aos 15 anos e saído aos 25, sendo forçada a amadurecer. Já não fazia aquelas brincadeiras típicas de adolescentes, as conversas eram outras. Sentia aí, de certa maneira, os impactos da diversidade étnica que marca também a Epjai.

Entretanto, meu rendimento escolar continuou satisfatório. Os professores sempre me elogiavam, diziam que eu era muito dedicada, tanto é que, quando eu estava cursando o 3º Ano do curso Magistério, não participei do sorteio que designaria os estagiários para as turmas, eu, juntamente com um dos meus colegas, fomos escolhidos para a turma de Alfabetização, para a qual, segundo os professores, não poderia ir “qualquer” professor. Fiquei feliz na ocasião, com o sentimento de valorização à minha atuação. Em 2003, concluí o curso, tornando-me professora aos 17 anos de idade. A minha primeira atuação profissional remunerada foi no ano de 2004, como Alfabetizadora no Programa Aja Bahia¹, antes de terminar o ano, no entanto, a coordenadora do Programa convidou-me a assumir uma coordenação das turmas do campo. Segundo ela, via em mim perfil de liderança, ao que me disse: “Você é corajosa e destemida, não tem medo de ‘regaçar as mangas’ e fazer a coisa acontecer”. Desde então, atuei nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, como docente e em dados momentos, também em cargos de coordenação

¹ Em 2004, com o objetivo de atender a população não alfabetizada, foi implementado no Estado da Bahia o Programa AJA Bahia/Brasil Alfabetizado, em parceria com as universidades estaduais, garantindo o direito à alfabetização à população.

pedagógica, entretanto, foi na modalidade Epjai que vislumbrei um sentido maior para a docência.

Nesses vinte anos no exercício da profissão, em escolas públicas no município de Malhada de Pedras, Bahia, presenciei incontáveis situações de desrespeito aos direitos e dignidade humanos, as “situações-limites”, que, talvez, não ocorressem ou fossem menos evidenciadas, se existissem políticas públicas sociais que atendessem às condições educativas que são direito dos cidadãos. No entanto, com base na compreensão de que somos integrantes de uma sociedade que traz a marca negativa de inúmeras injustiças, em diversos campos, lutar, em busca da concretude do “Ser Mais” não é uma opção, mas uma necessidade, uma vez que, não é “[...] na resignação, mas na rebeldia em face das injustiças que nos afirmamos (Freire, 1996, p. 87). Neste sentido, lutar ao lado dos oprimidos, como inspira este autor, favorece, dentre outros ganhos, a obtenção de um sentido maior para a prática profissional e para a própria existência.

Atualmente, estou Dirigente Municipal de Educação do Município de Malhada de Pedras, na Bahia, buscando, por meio da implementação de políticas públicas educacionais em âmbito municipal, ressignificar a educação, sobretudo na modalidade da Epjai. Dentro dessas políticas, destaca-se a intitulada MPEJA, que foi criada por meio da Lei nº 150, de junho de 2021. Trata-se de uma ação, no âmbito deste município, que visa à consolidação de um novo olhar e compreensão da condição dos estudantes jovens, adultos e idosos, pessoas que têm direito à educação, propondo, portanto, repensar a Epjai no município referido. As iniciais MP referem-se às primeiras letras do nome da cidade, Malhada de Pedras, aglutinadas com a sigla EJA. A junção culminou na sigla MPEJA, nome da mencionada política educacional, a qual tem garantido ingresso e permanência escolar a centenas de cidadãos desse município. Essa política pública tem, dentre outras motivações já anunciadas, a crença, talvez até ontológica, de que não posso passar pelas vidas das pessoas mecanicamente, sem deixar uma marca concreta, dentro da minha atuação, seja na sala de aula, na coordenação pedagógica ou na gestão, auxiliando pessoas dotadas de potencialidades a se enxergarem como tal, para que lutem e alcancem o “Ser Mais”, o que também contribui para a concretização do “Ser Mais” da autora desta dissertação, que se realiza enquanto profissional e ser humano a medida que outras pessoas também o alcancem, o que coaduna com o pensamento de Freire (2014 p. 108): “Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo”.

Considerando as motivações anunciadas, esta pesquisa buscou conhecer políticas públicas em âmbito nacional, bem como a política MPEJA, analisando ações de acesso e permanência no âmbito da Epjai. O processo de gestão da política MPEJA na rede municipal de ensino de Malhada de Pedras tornou-se, portanto, nosso objeto de pesquisa.

Do exposto, nossa questão central está assim definida: Quais as situações-limites e inéditos viáveis no contexto da gestão da política pública MPEJA para assegurar o acesso e a

permanência com aprendizagem de estudantes da Epjai na Rede Municipal de Ensino de Malhada de Pedras?

Para alcançar a questão principal, elaboramos os seguintes objetivos: a) Geral: Analisar situações-limites e inéditos viáveis no contexto da gestão da política pública MPEJA para assegurar o acesso e a permanência com aprendizagem de estudantes da Epjai na Rede Municipal de Ensino de Malhada de Pedras; b) Específicos: b1) Situar, historicamente, a trajetória da Epjai na rede municipal de ensino; b2) Identificar e compreender as principais iniciativas de acesso e de permanência para estudantes da Epjai construídas na rede municipal de ensino de Malhada de Pedras; b3) Identificar e compreender situações limites e inéditos viáveis na gestão da política pública de Epjai na rede municipal de ensino de Malhada de Pedras.

A pesquisa foi realizada com base na abordagem qualitativa, por meio da qual, um fenômeno pode ser melhor compreendido. Perspectiva que valoriza, neste sentido, a observação dos fatos, documentos, comportamentos, cenários e discursos, ou seja, o sujeito na sua integralidade. Ancorada na abordagem qualitativa, foram realizadas pesquisas documentais. Em relação à pesquisa documental, Godoy (1995, p. 21) enfatiza que “[...] os documentos normalmente são considerados importantes fontes de dados para outros tipos de estudos qualitativos, merecendo portanto atenção especial”. Enfatizamos, entretanto, que o campo da Epjai, bem como a educação como um todo, é marcado por inúmeras complexidades que fogem a qualquer descrição que se adjective completa, pronta e acabada.

Para o presente trabalho, optamos por diferentes caminhos metodológicos, anunciados e descritos, de forma detalhada, nos dois primeiros artigos deste texto dissertativo, razão pela qual não os apresentamos nessa parte introdutória da pesquisa e nem apresentamos um capítulo metodológico específico. O estudo foi realizado no período de 2023 a 2024, tempo dedicado ao Mestrado Acadêmico em Ensino, vinculado à Linha de Pesquisa 2, qual seja: Ensino, Políticas e Práticas Educativas.

O *corpus* de análise compreende trabalhos acerca das políticas públicas direcionadas à Epjai, tanto em âmbito nacional, selecionadas pelo Estado da Questão, como em âmbito municipal, selecionadas por meio de pesquisa documental nos arquivos da Secretaria Municipal de Educação (SME). Também as obras de Paulo Freire, *Pedagogia do Oprimido* (2013) e *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido* (1992) são fundamentais nesse percurso analítico. Além de Freire (2013 e 1992), contribuíram com reflexões nos campos das políticas públicas de acesso e permanência, os autores Arroyo (2014), Santos (2011) e Di Pierro (2017), dentre outros.

Categorias Analíticas Mobilizadas

O rompimento com uma educação opressora, visando à dignidade humana, se dá por meio da denúncia das “situações-limites”, do sonho, da dialogicidade e do “anúncio esperançosamente viável” (Freire, 2013). Partindo desta premissa, buscamos, por meio da categoria “**inéditos viáveis**” compreender as diversas interfaces das ações que compõem as políticas de Epjai, na perspectiva da compreensão de suas significações para os estudantes dentro dos diversos contextos sociais, de maneira a reconhecer, problematizar e romper com as ideologias construídas em um contexto histórico-social de um sistema educacional, muitas vezes, excludente e elitista.

Sobre “inéditos viáveis”, Nita Freire vem nos dizer que se trata de uma coisa não conhecida, “[...] mas sonhada e quando se torna um ‘percebido destacado’ pelos que pensam utopicamente, esses sabem, então, que o problema não é mais um sonho, que ele pode se tornar realidade (Freire, 2014, p. 225).

À medida que a investigação avançava, outros conceitos do pensamento de Freire (2013, 1992), foram evidenciados, são eles: “**denúncia**” e “**anúncio**”, constituindo-se, também, em categorias desta pesquisa. A primeira consiste na denúncia do que Freire (2013) vem chamar de sistema opressor, conjuntura sob a qual as camadas populares são submetidas, que é resultante de um modelo de “desenvolvimento” neoliberal opressor, denunciando, ainda, práticas do que Freire (2013) vem chamar de “educação bancária”. E a segunda diz respeito ao anúncio de proposições que converjam para uma educação emancipatória, com força transformadora, por meio de processos educativos libertadores na dialética entre “Ser Menos” e “Ser Mais”, na perspectiva da emancipação e não de domesticação (Freire, 2013).

Outras categorias surgiram a partir destas já anunciadas e estão nos textos socializados na sequência desta Introdução, mobilizando ainda a amorosidade, a afetividade, a emancipação, conscientização, colonialidade, decolonialidade, educação problematizadora, a politicidade e o combate às desigualdades e injustiças sociais, que se deram a partir do movimento trilhado nesta pesquisa, por meio do qual procuramos articular as categorias de análise estabelecendo diálogos e reafirmando ideias presentes nas obras de Freire (2013, 1992) com as fontes documentais, levando-nos a analisar acerca da superação de limites evidenciada nesta pesquisa, em se tratando de políticas de acesso e permanência na Epjai.

Organização da Dissertação

Adotamos o formato de organização *multipaper* nesta dissertação, por entendermos, em

conformidade com Barbosa (2015), que este formato rompe com a representação tradicional de pesquisa em educação. Ademais, no formato *multipaper*, a escrita do texto é apresentada como um conjunto de artigos científicos publicáveis independentes, o que proporciona um maior acesso e visibilidade, podendo, assim, contribuir com estudos de pesquisadores e educadores, dentre outros.

Mesmo que estes artigos sejam delimitações de um projeto mais amplo, cada um deles deve ter todas as características necessárias para viabilizar suas publicações. Além disto, o autor pode agregar capítulos introdutórios, em que circunstancia a dissertação ou tese, e capítulos finais, para retomar e globalizar os resultados relatados nos artigos (Barbosa, 2015, p. 351).

Desse modo, seguindo a organização defendida pelo *multipaper*, compõem esta dissertação três artigos, juntamente com a introdução e considerações finais. Na introdução, além da trajetória pessoal e motivações de cunho pessoal e profissional, apresentamos os objetivos geral e específicos. Portanto, expomos o contexto no qual a pesquisa foi desenvolvida, a delimitação do objeto de estudo, aspectos metodológicos e organização da dissertação. Enfatizamos, neste sentido, que em razão do formato escolhido, a introdução constitui-se em fio condutor entre os artigos dessa dissertação.

O Artigo 1, intitulado *Políticas públicas de acesso e permanência no contexto da educação de pessoas jovens, adultas e idosas: o estado da questão*, apresenta um Estado da Questão (EQ), de abordagem qualitativa sobre políticas públicas de acesso e permanência no contexto da Epjai em âmbito nacional, tecendo reflexões acerca de suas convergências e divergências a favor da construção de práticas educacionais emancipatórias e libertadoras no contexto dessa modalidade educativa. Para tanto, o ponto de partida foi a seguinte questão: O que dizem as pesquisas sobre a elaboração e desenvolvimento de políticas públicas de Epjai no Brasil para assegurar o acesso e a permanência? Este artigo objetivou, portanto, analisar situações-limites e inéditos viáveis no contexto da política pública MPEJA para assegurar acesso e permanência com aprendizagem de estudantes da Epjai na Rede Municipal de Ensino de Malhada de Pedras.

O Artigo 2, intitulado *Política Pública da Epjai na Rede Municipal de Ensino de Malhada de Pedras – Ba: reflexões sobre o período 2007 a 2020*, é um estudo de abordagem qualitativa, do tipo documental, motivado pelas questões: Como tem ocorrido a gestão das políticas de acesso e permanência de estudantes da Epjai na rede municipal de ensino de Malhada de Pedras? Quais os principais desafios e ações governamentais, visando assegurar o acesso e a permanência na Epjai? Visando responder tais questões, debruçamo-nos sobre o percurso inicial da Epjai na Rede Municipal de Ensino de Malhada de Pedras até o ano de 2020, seguindo o objetivo: Analisar

situações-limites e inéditos viáveis no contexto da política pública MPEJA para assegurar acesso e permanência com aprendizagem de estudantes da Epjai na Rede Municipal de Ensino de Malhada de Pedras.

O Artigo 3, denominado *Epjai em Malhada de Pedras no período 2021-2024: Superando “situações-limites e construindo “inéditos viáveis”*, debruçou na legislação, nos relatórios pedagógicos e demais documentos constantes no *corpus* desta pesquisa, no contexto da gestão da política MPEJA, analisando situações-limites e inéditos viáveis no contexto do acesso e permanência com aprendizagem na Epjai de Malhada de Pedras.

Visando alcançar o objetivo, inferimos que foram concretizadas ações na perspectiva do cumprimento da preconização legal, diferentemente do que evidenciamos neste estudo, em âmbito nacional, a incoerência entre a retórica e as ações. Percebemos aqui, nesta perspectiva, uma superação de “situações-limites”.

Nas considerações finais gerais, apresentamos uma síntese das conclusões referentes aos artigos, bem como as contribuições no campo das políticas de acesso e permanência de estudantes da Epjai.

Esta pesquisa contribui com um “esperançar” para o campo da Epjai, uma vez que ela aponta caminhos possíveis que rompem com modelos tradicionais de ensino, por meio da análise teórica de propostas educativas diferenciadas, ancoradas no respeito à diversidade e na pedagogia decolonial, que apontam para novas possibilidades de garantia de acesso e permanência de estudantes na Epjai, por meio de políticas públicas comprometidas com a construção de um mundo sem exclusão social e educacional.

REFERÊNCIAS

Barbosa, Jonei Cerqueira. Formatos insubordinados de dissertações e teses na Educação Matemática. In: D’Ambrósio, Beatriz Silva; Lopes, Celi Espassadin (Org.). **Vertentes da subversão na produção científica em Educação Matemática**. Campinas: Mercado das Letras, 2015. p. 347-367.

Freire, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2013 (versão digital).

Freire, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Edição. São Paulo: Paz e Terra, 1992. 127p. (versão digital)

Godoy, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995. Disponível em: <scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 12 de maio de 2024.

A man with grey hair, wearing a red t-shirt and dark shorts, is leaning over a whiteboard. He is holding a black marker and appears to be writing on the board. The whiteboard has some faint, handwritten text on it. In the background, there is a poster with the word 'MULHER' in red letters. The setting appears to be a classroom or a meeting room.

Artigo 1

Políticas Públicas de Acesso e Permanência no Contexto da Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas:

O Estado da Questão

ARTIGO 1

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS, ADULTAS E IDOSAS: O Estado da Questão

Resumo: Este artigo apresenta uma investigação de abordagem qualitativa sobre políticas públicas de acesso e permanência no contexto da Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas (Epjai) em âmbito nacional, tecendo reflexões acerca de suas convergências e divergências em favor da construção de práticas educacionais emancipatórias e libertadoras no contexto dessa modalidade educativa. Por meio de um Estado da Questão, discute trabalhos publicados entre os anos de 2013 e 2023, considerando, nesse âmbito, metas e estratégias voltadas especificadamente para a Epjai em planos municipal, estadual e nacional de educação. Foram utilizados os descritores “EJA”, “Acesso” e “Permanência” para a localização das pesquisas, a fim de conhecer as produções que abordam as suas temáticas. Os dados foram organizados para análise com base na Técnica da Análise de Conteúdo (Bardin, 1977). Os resultados e conclusões evidenciam uma carência de pesquisas que concentram o estudo no ingresso e na permanência, bem como nas discussões sobre a aprendizagem no contexto da Epjai. É possível inferir que as políticas educacionais voltadas à modalidade Epjai necessitam de um olhar crítico perante as diversas desigualdades e relações sociais, no sentido de que a preocupação com os problemas sociais, sobretudo com as questões pertinentes o acesso e permanência dos educandos, estejam inseridas no cotidiano daqueles que atuam na modalidade educativa em questão.

Palavras-chave: Acesso. Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas. Estudante mulher. Permanência.

1 INTRODUÇÃO

A Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas (Epjai) é considerada, desde a Constituição Federal de 1988 (CF/88), direito público subjetivo. Dessa forma, é dever do governo federal, bem como de estados e municípios, assegurar a oferta desta modalidade educativa, de maneira que ela assuma, sob diversos aspectos, o caráter de prioridade no campo das políticas públicas. Entretanto, apesar da previsão legal, passados mais de 30 anos, as estatísticas mostram os inúmeros desafios enfrentados para assegurar o acesso e a permanência dos sujeitos que tiveram e continuam tendo seus direitos violados pela lógica mercantil, baseada, historicamente, no modo de produção capitalista, cuja base é a exploração de homens e mulheres, em detrimento de sua vocação de ser mais (FREIRE, 1993).

Nesse horizonte, Ventura (2013, p. 32) diz que:

Na sociedade dividida em classes, o acesso à escolarização para a classe trabalhadora foi inicialmente negado, depois a instituição escolar o distribuiu desigualmente. Por isso, ao longo dos dois últimos séculos, os trabalhadores organizados lutaram e lutam para garantir aos seus filhos e a si mesmos o direito à educação escolar.

Neste campo de disputas, surgem, dentre outras legislações, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA, por meio do Parecer CNE/CBE nº 11/2000, que estabelece, entre outros,

a educação ao longo da vida como uma de suas funções. No entanto, Cavaco (2021, p. 291) tece reflexões críticas sobre tal concepção, ao afirmar:

A perspectiva da Aprendizagem ao Longo da Vida baseia-se numa lógica de responsabilização individual, deste modo, a educação é tida como um direito, mas também como um dever que cada um tem de assumir, enquanto responsável pelo seu sucesso e insucesso, numa lógica de ‘gestão de si’.

Neste contexto, no qual opera fortemente a política de Estado, minimizando direitos de pessoas, negando-lhes educação, vemos, na contramão disso, a resistência de sujeitos e movimentos populares e sociais cobrando deste Estado o cumprimento do seu dever. Sendo assim, é preciso muita atenção e leitura crítica dos que estão comprometidos com a luta em favor da educação de qualidade para todos e todas, visando, assim, a não culpabilização do cidadão pela sua falta de escolarização.

Com tais avanços, dentre outros, os dados mostram que a taxa de analfabetismo no país passou de 9,6%, em 2010, para 7,0%, em 2022, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Apesar da queda, o Brasil tem ainda 11,4 milhões de pessoas com 15 anos ou mais que não estão alfabetizadas, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024).

Os dados supracitados podem ser associados ao desmonte das políticas públicas educacionais, uma vez que o Brasil sofria as consequências do golpe de estado² de 2016, por meio do qual a então presidente Dilma Rousseff, eleita democraticamente, fora destituída do cargo, por forças usurpadoras que, ao assumirem o poder, deram início ao desmancho de políticas governamentais, sobretudo na educação, afetando diretamente a Epjai.

Nesse sentido, é imperativa a necessidade de uma agenda cuja concentração esteja pautada na produção de conhecimentos no campo da Epjai, na premissa da garantia dos direitos humanos, de maneira a redefinir paradigmas educacionais e que a emancipação do sujeito e sua libertação de conjunturas opressoras seja o cerne, na perspectiva da construção de uma educação dialógica, como defende Freire (1992).

Nesse sentido, reverter o quadro sociopolítico do analfabetismo e do não acesso à

² No dia 31 de Agosto de 2016, a maioria dos senadores brasileiros votou pelo impeachment da então presidente Dilma Rousseff. Votaram pela cassação do mandato de uma presidenta que não cometera crime de responsabilidade e consumaram um golpe parlamentar. Assumiu a presidência Michel Temer e começava aí um desmonte das políticas públicas brasileiras, sobretudo aquelas voltadas para as camadas populares. Dando sequência à política antiprogredista, assume o presidente Jair Bolsonaro, desmontando as políticas públicas, com destaque para o campo social, educacional e cultural. Um exemplo foi a extinção da Secadi [Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão]. “O golpe é contra o povo e contra a Nação. O golpe é misógino. O golpe é homofóbico. O golpe é racista. É a imposição da cultura da intolerância, do preconceito, da violência” (Dilma Rousseff. G1 Notícia, 2016, s/p.)

educação básica precisa ser um compromisso a ser assumido por aqueles que se dedicam à educação. Nesta seara, Freire (2013) vem anunciar que a escolarização está associada à leitura de mundo, não se restringindo, portanto, a processos mecânicos de aquisição de leitura e escrita. Freire (2013) defendia a necessidade de práticas diferentes na educação, cujas intencionalidades não excluíssem as camadas populares. Sobre esse papel político e social da educação, Haddad (2015, p. 7) anuncia que “[...] a ausência de políticas efetivas de combate às desigualdades sociais acaba comprometendo os ideais igualitários do discurso político da educação pública”. Nessa mesma perspectiva, afirmam Cabral e Vigano (2017, p. 202):

A modalidade EJA, como se tem constatado pela oferta nas redes de ensino, é geralmente subjugada e sucateada em todos os sentidos. Talvez esse tratamento periférico que recebe se explique pelas condições de vida dos sujeitos das classes populares que demandam essa escolarização, muitas vezes denominada como “tardia”. O público que busca essa modalidade de ensino é composto por pessoas, na maioria dos casos, economicamente empobrecidas, negras e moradoras de periferias, ou seja, a EJA tem classe social, cor e espaço

É importante compreendermos que a Eja é permeada por fragilidades e processos descontínuos que têm refletido na sua consolidação. Esta modalidade educativa é marcada, historicamente, por diversas especificidades que culminam em múltiplas identidades de seus educandos. Para tanto, um dos desafios dos educadores e gestores consiste em compreendê-las. Há, ainda, a marca da diferença regional, por meio da qual observamos uma discrepância muito grande nas regiões brasileiras em se tratando de níveis de escolarização e números de pessoas não alfabetizadas (Figura 2).

Figura 1 – Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais (%) por grupos de idades, segundo cor ou raça - Brasil (2022)



Fonte: Brasil, IBGE, Censo Demográfico 2022

Figura 2 – Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais (%) por sexo e grupo

de idade (%)

Fonte: Brasil, IBGE, Censo Demográfico 2022

Tabela 7113 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo e grupo de idade	
Variável - Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade (%)	
Grupo de idade - 15 anos ou mais	
Ano - 2023	
Sexo - Total	
Grande Região	
Norte	6,4
Nordeste	11,2
Sudeste	2,9
Sul	2,8
Centro-Oeste	3,7
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 2º trimestre	

Na figura 2, vemos que a região Nordeste do Brasil concentra o maior número de pessoas sem o domínio da leitura e da escrita, um quantitativo quatro vezes superior ao das regiões Sudeste e Sul, que apresentam os menores índices no país. Esses dados refletem as profundas desigualdades regionais ainda existentes no Brasil. Quando analisamos os números do analfabetismo no Nordeste em conjunto com dados de cor ou raça, constatamos que 48% das pessoas não alfabetizadas no Brasil são pretas. Ao associarmos as dimensões regional (Nordeste) e racial (preto), evidenciamos o impacto de uma sociedade estruturada sobre um passado escravocrata. De acordo com a professora Kruppa (2023, s/p.):

A população preta é maioria no Brasil, mas no nordeste essa proporção é mais acentuada. Se eu tenho essa junção de duas situações – uma situação estrutural de uma sociedade de classe que se alia a uma situação que é também estrutural de um passado escravista, que traz hoje um brutal preconceito -, eu vou ter uma incidência maior no Nordeste.

Indo mais a fundo na análise dos dados, Kruppa (2023, s/p) acredita que “uma das hipóteses que explicam as porcentagens de baixa escolaridade na região nordeste e entre a população preta e parda é a ausência de políticas públicas que se destinem a lidar com esse contexto.”

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/96, institui no seu capítulo II, seção V, a Eja. Essa lei ratificou a legitimidade da modalidade. Nesse viés,

essa legislação engloba uma concepção mais abrangente de educação e compreende esta modalidade como uma fase de vivências desenvolvida na pluralidade, conforme aponta o artigo 1º, da lei supracitada:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (Brasil, 1996, s/p.).

Partindo destas premissas, consideramos que quando um estudante pertencente à modalidade educativa da Epjai não consegue dar continuidade aos estudos ao longo de sua vida, isso não é uma escolha dele, mas uma omissão do Estado.

Nesse contexto, buscamos, neste trabalho, por meio de um mapeamento do Estado da Questão, conhecer as produções que abordam acerca das políticas públicas concentradas no acesso e na permanência de estudantes no contexto Epjai. Para tanto, o ponto de partida é o seguinte questionamento: O que dizem as pesquisas sobre a elaboração e desenvolvimento de políticas públicas de Epjai no Brasil para assegurar o acesso e a permanência? O presente artigo objetiva, portanto, analisar situações-limites e inéditos viáveis no contexto da gestão da política pública MPEJA para assegurar acesso e permanência com aprendizagem de estudantes da Epjai na Rede Municipal de Ensino de Malhada de Pedras, compreendendo o período de 2013 a 2023.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Seguindo nessa direção, o Estado da Questão (EQ), caminho metodológico utilizado nesta pesquisa bibliográfica, vem apresentar a investigação que fizemos acerca da proposta de pesquisa, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGE), Mestrado Acadêmico, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb), vinculado à linha de pesquisa: Ensino, Políticas e Práticas Educativas. Esse movimento de busca e compreensão através da produção do EQ se faz necessário porque temos um volume significativo de pesquisas, visando investigar, segundo os princípios do rigor científico, o estado atual da produção científica sobre o tema em estudo, uma vez que, “a finalidade do Estado da Questão é de levar o pesquisador a registrar, a partir de um rigoroso levantamento bibliográfico, como se encontra o tema ou o objeto de sua investigação no estado atual da ciência ao seu alcance” (Nóbrega-Therrien; Therrien, 2004, p. 2). Escolhemos, neste sentido, o EQ para

desenvolvimento e sistematização do presente texto.

Foram analisados trabalhos que tratam do campo das políticas públicas de acesso e permanência, voltadas à Epjai. A presente pesquisa explora artigos científicos publicados entre 2013 e 2023, período de implementação e vigência dos planos municipais, estaduais e Nacional de Educação (PNE), os quais trazem metas e estratégias voltadas especificadamente para a Epjai, com a obrigatoriedade de que sejam cumpridas até 2025.

Nóbrega-Therrien e Therrien (2010) defendem que o EQ ultrapassa os limites da revisão de literatura. Nessa direção, estes autores trazem a seguinte compreensão sobre EQ: “Trata-se do momento por excelência que resulta na definição do objeto específico da investigação, dos objetivos da pesquisa, em suma, da delimitação do problema específico de pesquisa” (Therrien; Nóbrega-Therrien, 2004, p. 02).

Nesse entendimento, utilizamos o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Desse modo, apresentamos, neste trabalho, os constructos da pesquisa, destacando, assim, suas contribuições acerca das políticas públicas concentradas no acesso e permanência na modalidade Epjai, temática explorada neste estudo.

Para o EQ, ancorados em Bardin (1977), organizamos o processo em três fases, sendo elas: primeira fase, na qual escolhemos a fonte de dados, demarcação do escopo temporal e definição de descritores; na segunda fase, selecionamos os trabalhos por meio da leitura dos resumos; já na terceira fase, fizemos as leituras dos trabalhos selecionados e os analisamos, registrando em tabelas e figuras as palavras-chave, objetivos e temáticas abordadas.

Na primeira fase, para direcionar as buscas na base escolhida, definimos inicialmente os descritores: “políticas”, “acesso” e “permanência”. Optamos por utilizar a sigla “EJA” ao invés de “Epjai”, a fim de aumentar as buscas por produções relacionadas à temática. Para que se aproximassem à questão em estudo, fizemos a interposição com o operador booleano AND a fim de facilitar a visualização da busca. Sendo assim, utilizando o AND, interposto aos descritores “políticas” e “EJA”, obtivemos a seguinte equação de busca: “Políticas AND ‘EJA’ Acesso Permanência”, por meio da qual foram localizados vinte e dois (22) trabalhos, como mostra a Figura 2, a seguir.

Figura 2 – Printscreen do banco de dados da Capes.



Fonte: Elaboração da autora, 2023.

Entretanto, com a quantidade de trabalhos localizados sendo, do nosso ponto de vista, insuficiente, continuamos as pesquisas, por meio da seguinte equação: “‘EJA’ Acesso Permanência”, através da qual foram localizados 39 trabalhos, sendo 1 conferência e 38 artigos científicos, como mostra a figura a seguir.

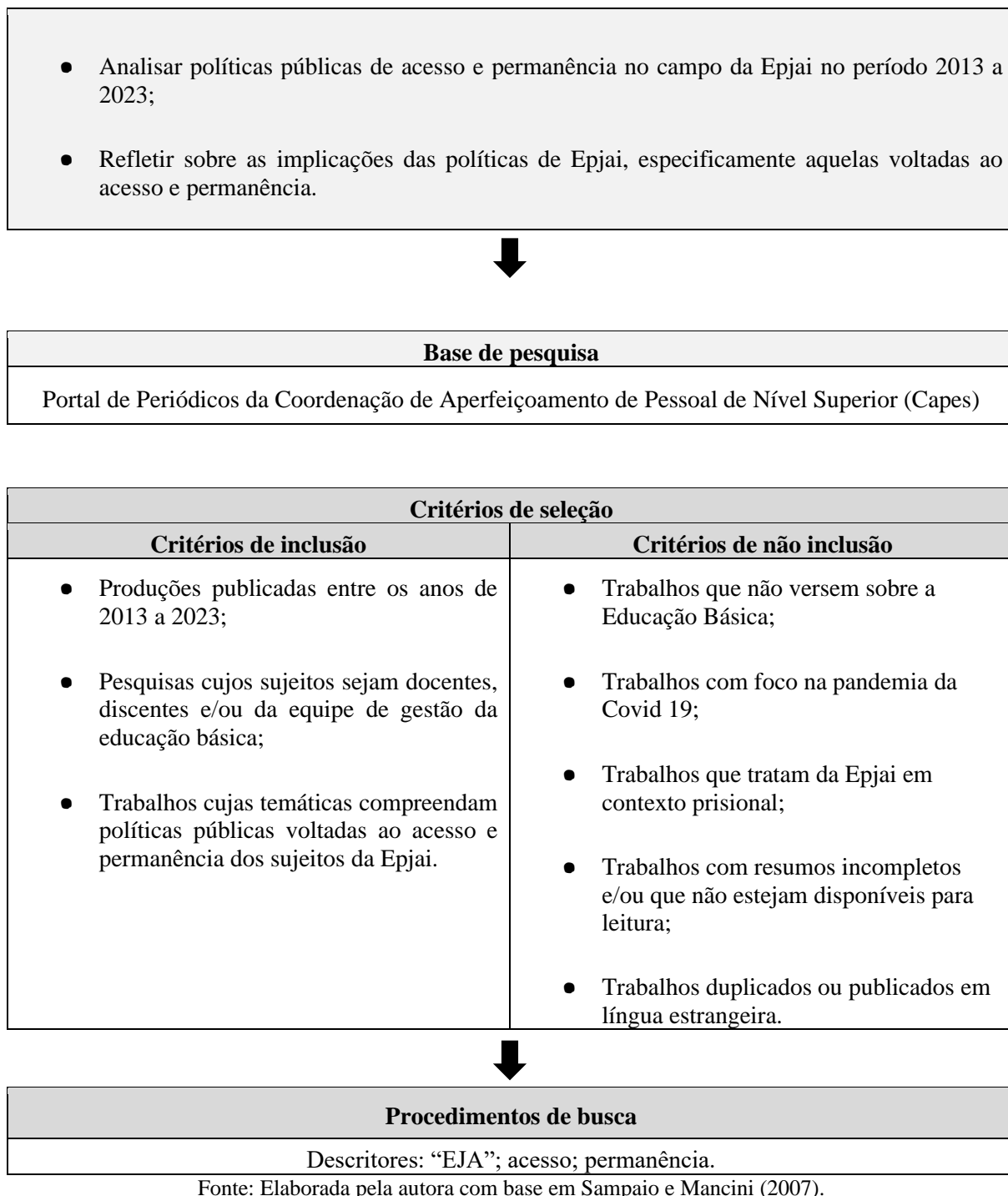
Figura 3 – Printscreen do banco de dados da Capes.



Fonte: Elaboração da autora, 2023.

Junto aos descritores, nesta busca, especificamos, também, critérios de inclusão e de não inclusão para a seleção dos trabalhos que compõem o *corpus* analítico desta pesquisa. Nesse sentido, apresentamos, na Figura 4, os critérios de inclusão e de não inclusão para a escolha dos trabalhos.

Figura 4 – Sistematização do Estado da Questão (Base de pesquisa, critérios de seleção e procedimentos de busca).



Nesta etapa, portanto, as buscas foram realizadas utilizando os descritores: “EJA”; “Acesso”; “Permanência”; optando pela ocorrência deles em qualquer parte do texto. Para refinar a busca, aplicamos o filtro do “recorte temporal”, demarcando como critério para

inclusão trabalhos defendidos entre 2013 e 2023, como anunciado anteriormente. Sendo assim, foram localizados, inicialmente, 39 trabalhos, dos quais 3 estavam duplicados, restando 36 e, destes, 7 não foram localizados, restando, portanto, 29 trabalhos encontrados.

Na segunda fase da análise, fizemos os *downloads* dos vinte e nove arquivos. A seleção dessas produções científicas se deu por meio da leitura criteriosa dos resumos, considerando, também, títulos e palavras-chave. Feito isso, não incluímos os trabalhos de acordo com os critérios de não inclusão definidos e apresentados na Figura 4. Assim, não foram incluídos: 10 trabalhos por não versarem sobre a Epjai no âmbito da Educação Básica; 4 por concentrarem seus estudos no contexto da pandemia da Covid 19 e 3 por concentrarem na Epjai no contexto de privação de liberdade.

Sendo assim, restaram doze (12) trabalhos, que receberam os códigos: CONF – para conferência; ART - para artigos; totalizando 1 (uma) conferência (CONF-1) e 11 (onze) artigos (ART-2 a ART-12), apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 – Relação de trabalhos selecionados para análise.

CÓD.	ANO	AUTORES	TÍTULO	INSTITUIÇÃO
CONF - 1	2013	Débora Cristina Jeffrey	A legislação educacional e o conceito de qualidade na educação de Jovens e Adultos: princípios e orientações	Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
		Cristiane Teresa Dombosco		
		Fábio Pereira Nunes		
		Sandra Fernandes Leite		
ART - 2	2013	Maria Clara Bueno Fischer	Trabalho, Educação e Emancipação Humana: a afirmação da EJA como direito	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
		Ana Claudia Ferreira Godinho		
ART - 3	2013	Maria Margarida Machado	Passado e presente na formação de trabalhadores jovens e adultos	Universidade Federal de Goiás (UFG)
		Lênin Tomazett Garcia ²		
ART - 4	2016	Maria Clarice Vieira	A produção sobre a educação da mulher na Educação de Jovens e Adultos	Universidade de Brasília (UnB)
		Karla Nascimento Cruz		
ART - 5	2019	Daiane Ferreira Ferreira	Educação de Jovens e Adultos em um cenário de mudança: entre a indignação e a esperança	Universidade Federal do Rio Grande (FURG)
		Elaine Corrêa Pereira		

		Vilmar Alves Pereira		
ART - 6	2019	Alcides Alves de Souza Filho	Juvenilização da EJA e as implicações no processo de escolarização	Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
		Atenuza Pires Cassol		
		Antonio Amorim		
ART - 7	2020	Rosanna Maria Barros Sá	O ensino integrado como medida política em prol da justiça social: o caso dos cursos EFA em Portugal e do PROEJA no Brasil	Instituto Federal Do Rio Grande do Norte (IFRN)
		Dante Henrique Moura		
		Ana Lucia Sarmiento Henrique		
ART - 8	2020	Maria Lúcia Isídio Alves	O Tecer da pesquisa na Educação Popular: abordagens empíricas e teóricas de territórios em construção	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
		Luana Patrícia Costa Silva		
		Severino Bezerra da Silva		
ART - 9	2020	Jupter Martins de Abreu Júnior	A Educação de Jovens e Adultos no Brasil: entre trajetórias descontínuas e a expectativa do direito	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
		Helen Wanderley do Prado		
ART - 10	2020	Daniela Karine Ramos	Educação de Jovens e Adultos na modalidade à distância: acesso, permanência e aprendizagem na percepção dos alunos.	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
		Ana Lúcia da Silva Bezerra		
ART - 11	2020	Efigênia Alves Nunes	Educação de Jovens e Adultos no Brasil: contradições entre políticas públicas e qualidade social	Universidade Federal do Piauí (UFPI)
		Marli Clementino Gonçalves		
		Neuton Alves Araújo		
ART - 12	2023	Julita Lopes Carvalho	Do direito à negação: os desafios do acesso e permanência de estudantes na Educação de Jovens e Adultos	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
		Janille da Costa Pinto		
		Adenilson Souza Cunha Junior		

Fonte: Elaboração da autora, 2023.

No universo de trinta e nove (39) trabalhos encontrados inicialmente, selecionamos 12 (doze), que foram exportados para uma pasta criada no computador, na área de trabalho, intitulada: “Artigos selecionados – EQ”, identificados pelos títulos. Todos esses trabalhos foram impressos e lidos na íntegra.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta terceira etapa, analisamos as pesquisas com base na Técnica de Análise de Conteúdo – TAC (Bardin, 1977, s/p.). Segundo essa autora, “As diferentes fases da análise de conteúdo organizam-se em torno de três polos cronológicos: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação”. As contribuições teóricas estão referendadas em Freire (2013, 1992), uma educação libertadora, contra hegemônica e emancipadora; em Arroyo (2014), que defende uma educação que dialogue com os sujeitos da Epjai, os quais, segundo ele, “São jovens e adultos com rostos, com histórias, com cor, com trajetórias sócio étnico-raciais, do campo, da periferia” (Arroyo, 2006, p. 22); em Di Pierro (2017), que traz discussões sobre as Políticas Públicas de Epjai. Sendo assim, optamos, neste EQ, por discutir acerca das políticas públicas direcionadas à Epjai, reforçando as discussões concernentes ao acesso e permanência, com foco nas categorias *emancipação* e *política*, estas últimas apoiadas, especialmente, em Freire (2013, 1992).

Dando início à terceira fase da análise, enfatizam Nóbrega-Therrien e Therrien (2004, p. 8): “O mergulho na literatura disponível em torno da temática em foco propicia ao estudante/pesquisador uma oportunidade única de confronto crítico dos autores/pesquisadores consultados”. Nessa direção, na leitura dos títulos dos trabalhos, constatamos: dez deles trazem o descritor “EJA” ou a expressão “Educação de Jovens e Adultos”. Os descritores “acesso” e “permanência” foram identificados juntos em dois trabalhos, sendo eles ART-10 e ART-12. Entretanto, foram evidenciados alguns conceitos centrais que dialogam com a nossa pesquisa, a saber: emancipação e política.

De acordo com Freire (1992), a formação de um indivíduo, em sua integralidade, visando à cidadania, à solidariedade e à igualdade, não pode ser desenvolvida na singularidade, mas na coletividade, ou seja, na comunhão e, assim, ela ultrapassará limites geográficos.

Nesse sentido, Freire (2013) alerta para a consolidação de uma aprendizagem emancipadora, que tenha como base interações sociais e culturais entre homens e mulheres, uma vez que aprendemos com e na cultura, ao justificar que o ser humano é sujeito da própria educação e não objeto dela, chamando a atenção, ainda, para a necessidade de contestar as práticas de educação bancária, uma vez que, segundo o autor, “[...] ninguém educa a ninguém, ninguém se educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (Freire, 2013, p. 78).

Prosseguindo com a análise, percebemos que, das regiões brasileiras nas quais os trabalhos se originaram, dos 12 selecionados, 5 são oriundos da região Nordeste do Brasil.

Segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), dentre as regiões brasileiras, a Nordeste apresenta a maior taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais de idade (Brasil, 2019). Dos cinco trabalhos, um é do ano de 2019, três de 2020 e um de 2023. Sendo assim, é possível inferir que os estudos relacionados às políticas públicas direcionadas à Epjai cresceram na região Nordeste nos últimos cinco anos.

O que esses trabalhos trazem, para além das constatações estatísticas, é a necessidade urgente de se combater o discurso perverso que estigmatiza socialmente a população Nordestina não escolarizada, o que culmina, muitas vezes, em ódio e culpabilização desta população pelo atraso econômico e desigualdade do país, quando já se sabe que “O analfabetismo é um fenômeno com raízes sociais, culturais e políticas e não resulta, regra geral, da opção e da incapacidade das pessoas, apresentando-se como consequência de determinados contextos e circunstâncias que ultrapassam a esfera individual” (Cavaco, 2018, p. 372).

Percebemos ainda, nesta etapa, que os estudos que tratam das políticas públicas para a Epjai necessitam de discussões que enfoquem as ações que venham a propiciar práticas emancipadoras, visando ao fortalecimento, sobretudo, na perspectiva crítica, na modalidade em questão.

Segundo Freire (1992), como seres políticos, os homens e as mulheres não podem deixar de ter consciência do seu ser ou do que está sendo, e é preciso que se envolvam permanentemente no domínio político, refazendo sempre as conjunturas sociais e econômicas em que se dão as relações de poder e ideológicas. Freire (1996, p. 14) afirma:

O educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão. Uma de suas tarefas primordiais é trabalhar com os educandos a rigorosidade metódica com que devem se “aproximar” dos objetos cognoscíveis. E esta rigorosidade metódica não tem nada que ver com o discurso “bancário”.

Nessa perspectiva, observemos as palavras-chave das pesquisas selecionadas, apresentadas no quadro 2, assim, daremos continuidade à apresentação da análise interpretativa da pesquisa realizada.

Quadro 2 – Palavras-chave utilizadas nas pesquisas selecionadas.

CÓD.	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE
CONF -1	A legislação educacional e o conceito de qualidade na educação de jovens e adultos: princípios e orientações	Legislação; EJA; Qualidade
ART - 2	Trabalho, Educação e Emancipação Humana: A afirmação da EJA como direito	EJA; Brasil; Trabalho; Educação; Emancipação humana
ART - 3	Passado e presente na formação de trabalhadores jovens e adultos	Educação de Jovens e Adultos; Trabalho; Qualificação; Profissional
ART - 4	A produção sobre a educação da mulher na educação de jovens e adultos	Educação de Jovens e Adultos; Gênero; Educação de mulheres
ART - 5	Educação de Jovens e Adultos em um cenário de Mudança: entre a indignação e a esperança	Educação de Jovens e Adultos; Educação popular; Políticas públicas; Esperança
ART - 6	Juvenilização da EJA e as implicações no processo de escolarização	EJA; Juvenilização; Ensino de qualidade; Escolarização
ART - 7	O ensino integrado como medida política em prol da justiça social: o caso dos cursos EFA em Portugal e do Proeja no Brasil	Educação de jovens e adultos; Cursos EFA, Portugal; Proeja, Brasil
ART - 8	O Tecer da Pesquisa na Educação Popular: Abordagens Empíricas e Teóricas de Territórios em Construção	Educação de Jovens e Adultos; Educação Popular; Saberes; Pesquisa; Livro didático.
ART - 9	A Educação de Jovens e Adultos no Brasil: entre trajetórias descontínuas e a expectativa do direito	Direito à educação; Direito social; EJA
ART -10	Educação de Jovens e adultos na modalidade à distância: acesso, permanência e aprendizagem na percepção dos alunos.	Educação a distância; Ambiente virtual de aprendizagem; Flexibilização; Tecnologias
ART -11	Educação de Jovens e Adultos no Brasil: Contradições entre políticas públicas e qualidade social	Educação de Jovens e Adultos; Políticas públicas; Qualidade educacional
ART - 12	Do direito à negação: os desafios do acesso e permanência de estudantes na Educação de Jovens e Adultos	Educação de Jovens e Adultos; Evasão escolar; Fracasso escolar

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Como é perceptível no Quadro 2, das pesquisas selecionadas, nenhuma traz como palavras-chave acesso e permanência, embora todas discutam estes conceitos nos textos, aparecendo, no entanto, como palavras-chave: Qualidade; ensino de qualidade e qualidade educacional, o que nos faz inferir que a aprendizagem na Eja venha a ser problematizada nesses estudos. As categorias emancipação e políticas públicas aparecem como palavras-chave em um trabalho.

Dando continuidade à interpretação dos dados, a leitura na íntegra dos trabalhos sinaliza as principais temáticas evidenciadas na pesquisa bibliográfica, conforme apresentado no Quadro 3.

Quadro 3 – Principais temáticas presentes nas pesquisas.

FREQUÊNCIA DAS TEMÁTICAS NAS PESQUISAS												
Temáticas	Frequência											
	CONF -1	ART - 2	ART - 3	ART - 4	ART - 5	ART - 6	ART - 7	ART - 8	ART - 9	ART - 10	ART - 11	ART - 12
Acesso	1	14	9	2	7	8	42	1	20	34	18	7
Permanência	4	5	2	3	6	6	0	0	3	26	8	6
Aprendizagem	6	3	9	0	2	6	5	15	4	63	2	2
Políticas	0	49	6	0	11	8	22	2	3	1	28	2
Emancipação	0	25	0	0	6	0	0	3	0	0	1	0

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Das pesquisas selecionadas, cinco discutem acerca de emancipação ou práticas emancipadoras, conceito bastante defendido por Freire (1992). Ainda observando o quadro 3, todas as pesquisas problematizam a temática do acesso escolar na Epjai. Em contrapartida, permanência é, ainda, pouco discutida no âmbito das políticas públicas, o que é possível correlacionarmos aos altos índices de abandono escolar na modalidade.

A temática mais evidenciada foi “Política”, discutida em todos os trabalhos, analisando distintas políticas voltadas à educação na modalidade educativa Epjai, contudo, aparece, em alguns trabalhos, de maneira não aprofundada, tampouco problematizadora.

Outro dado que chamou a atenção foi a ausência da discussão com enfoque no gênero feminino nos trabalhos, quando temos dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), de 2019, que apontam 750 milhões de jovens e adultos no mundo que não são alfabetizados, a cada três pessoas destas, duas são mulheres. É necessário, neste sentido, discutir as razões que têm contribuído para que mulheres acessem menos às instituições escolares.

As análises indicam, ainda, uma lacuna no âmbito da concepção das políticas públicas para além do ingresso e permanência na Epjai, demandando práticas pedagógicas que foquem na qualidade e discutam a aprendizagem, sem perder de vista o viés político de uma educação emancipadora, o que implica em uma (res)significação das políticas educacionais direcionadas para esta modalidade educativa.

Com base nisso, trazemos uma reflexão de Arroyo (2006), ao fazer referência à efetivação de um ensino baseado nos princípios da criticidade, da democracia e emancipação. Afirma o autor que se faz necessário adentrar no universo social dos estudantes, que, em sua maioria, é marcado por dificuldades e exclusão social. Assim, Arroyo (2006, p. 24) ratifica:

O público da EJA é composto por jovens e adultos com uma História (...) que tem que ser reconhecida, para acertar com projetos que deem conta de sua

realidade e de sua condição. Sabemos muito pouco sobre a construção dessa juventude, desses jovens e adultos populares com trajetórias humanas cada vez mais precarizadas.

Atribuimos este silenciamento e exclusão ao legado do colonialismo, à lógica da colonialidade, que marca os currículos educacionais. Vemos, na contramão da ideologia hegemônica e eurocentrada, Paulo Freire, um intelectual que constantemente questionava e problematizava temas relacionados a uma estrutura social hierarquizada. Essa atitude se alinha ao pensamento decolonial, pois rasura criticamente os referenciais eurocêntricos. Freire (2013) criticava o currículo conservador, que atendia aos interesses da classe dominante opressora, em detrimento das classes populares, os(as) oprimidos(as).

Neste contexto, as pesquisas ART-2, ART-5, ART-8 e ART-11 discutem a categoria de educação emancipadora, dando um maior enfoque ao tema, como podemos observar nos trechos a seguir.

O ART- 2 (2013, p. 7) enfatiza:

[...] Educadores e gestores da educação de jovens e adultos na perspectiva da emancipação humana, tanto em espaços como os fóruns, quanto nos locais de atuação singular têm proposto questionamentos sobre a relação da Escola, e seu patrimônio curricular e metodológico, com as experiências da Educação Popular, suas teorizações, concepções e práticas no âmbito da educação não escolar. Na mesma direção, estes atores da EJA indagam-se sobre os modos de incorporar ao cotidiano escolar o patrimônio de viés emancipatório construído pelos estudos sobre educação e relações étnico-raciais, de gênero e trabalho.

O Art 2 aponta, ainda, para a necessidade de reformulação da política curricular para a Eja, cuja perspectiva principal é a valorização do saber popular centrada na categoria trabalho e que tal perspectiva seja orientadora das ações educativas, para que, assim, os estudantes sintam-se acolhidos, o que vem a caracterizar-se como política de permanência. “Este reconhecimento dos saberes não escolares pela legislação contribui, mesmo que timidamente, para a superação do estigma contra a população analfabeta ou pouco escolarizada” (Fischer; Godinho, 2017, p. 4).

Freire (2013) vem dizer que a educação precisa denunciar o que ele denomina como sistema opressor, uma conjuntura que submete as camadas populares, resultante de um modelo neoliberal de desenvolvimento opressor. Também denuncia as práticas que chama de “educação bancária” (Freire, 2013). A partir de sua posição na condição de nordestino, brasileiro e latino-americano, marcada pela dominação vivida, mas também pela resistência dos(as)

oprimidos(as), ou dos “condenados da terra”, Paulo Freire experimentou, como um pensador do Terceiro Mundo, em todos os lugares por onde passou, tanto o corpo-política quanto a geopolítica do conhecimento, utilizando esses mecanismos para aprofundar e expandir o rompimento com a colonialidade (Costa, 2015).

O Art 4 teve como objetivo “analisar as produções acadêmicas dos estudos de gênero do âmbito da educação sobre mulheres na EJA”. Este foi o único trabalho encontrado neste estudo que enfoca as regulações de gênero em interface com a Epjai. A pouca quantidade de estudos científicos neste campo, com foco na educação da mulher na Epjai, evidencia que tal temática ainda seja pouco pesquisada, isso quando os dados do IBGE (2024) apontam predominância feminina na modalidade Epjai. As mulheres são 51,9% (1,3 milhões) do total de matrículas. As autoras terminam o artigo com a seguinte conclusão:

De um modo geral, os estudos mostram que a mulher ainda é discriminada na atual sociedade, uma problemática ainda bem visível. São diversas as razões que contribuem com o afastamento dos estudos por parte das mulheres, razões que envolvem cerceamentos vindos da família, como o pensamento popular de que a mulher não precisa estudar; ingresso precoce no mercado de trabalho, casamento e filhos (Vieira; Cruz, 2017, p. 54).

O ART-5 (2019, p. 9), por sua vez, afirma:

[...] Paulo Freire foi um idealizador da Educação Popular e que acreditou que o povo era capaz de se libertar da alienação, de se conscientizar politicamente, culturalmente e acreditava na emancipação social das classes oprimidas e excluídas. Como educador comprometido com uma educação emancipadora, via no diálogo uma forma de construir uma educação mais esperançosa e propositiva.

Este trabalho apresenta como bem-sucedida a política pública de acesso e permanência intitulada Paulo Freire, que consiste em uma escola itinerante, ancorada na concepção de educação popular, “[...] ela é um modelo de escola itinerante que vai até as comunidades que há demandas. Isso, além de valorizar o contexto do sujeito, corrobora para uma menor índice de abandono do processo formativo.” (Ferreira; Pereira; Pereira, 2019, p. 08).

Os trechos dos trabalhos analisados, ancorados na perspectiva de Freire (2013), reforçam a necessidade de uma educação que seja construída sob os primas da democracia, dialogicidade, equidade e diversidade, dialogando, assim, com o que afirmamos anteriormente. Nesse sentido, Freire (1992) anuncia ser fundamental que educadores e educandos saibam que a atitude deles precisa ser dialógica, aberta, curiosa, indagadora e não apassivada, enquanto fala ou enquanto ouve.

Não obstante disso, no ART-5 (2020, p. 9) traz ainda:

[...] Falar sobre a Educação Popular, neste modo, é falar sobre as pedagogias de Paulo Freire. Pedagogias estas que dialogam com os diferentes, os pobres, negros, quilombolas, indígenas, ou seja, dialoga com o povo, com o povo plural, que ainda luta por uma educação justa e igualitária.

O ART-11 tece reflexões concernentes à necessidade de atuação crítica e engajada dos professores da modalidade Epjai, atitude esta que exige políticas sérias de formação continuada de educadores, com base na perspectiva de que a Epjai não se limite às práticas conteudistas, ao contrário, ela precisa acontecer com engajamento político e social, o que, do ponto de vista das autoras, entrelaçada com outras políticas essenciais à modalidade, contribuirá com a permanência escolar dos estudantes.

Portanto, como foram muitas as causas que levaram os alunos da EJA a se afastarem da escola na sua infância ou adolescência, muitas são, também, as que os fazem retornar. Dessa maneira, um dos maiores desafios para a EJA não é apenas incentivar a chegada deste aluno à escola mas, sobretudo, a partir daí incentivar a sua permanência, a qual está intimamente relacionada à formação continuada de professores, às políticas públicas de financiamento e aos fatores de gestão e organização escolar. (Neres; Gonçalves; Araújo, 2020, p. 1536-7)

Considerando que a aprendizagem incide da eficiência das políticas de acesso e permanência escolar, mesmo o objeto de estudo desta pesquisa não sendo a aprendizagem na Epjai, esta análise aponta a necessidade, também, de investigação da aprendizagem no processo de escolarização da Epjai.

Através do ART-7 (2020, p. 7):

[...] Percebe-se que essas políticas têm em comum sua inscrição em uma história de avanços e retrocessos na agenda educacional prevista para a educação de jovens e adultos. De um lado, avanços nos governos de centro-esquerda entremeados com retrocessos por abandono ou omissão nos governos de direita.

Da interpretação dos resultados destes trabalhos, notamos que essa modalidade de educação em diversos momentos, no âmbito nacional, foi silenciada pelos poderes públicos, sendo ela agregada a um caráter emergencial, assistencialista e temporário. Desse modo, Di Pierro (2006, p. 24) destaca:

[...] não basta promover apenas a alfabetização inicial. A maioria dos educadores concorda que uma alfabetização de qualidade requer mais tempo

que aquele proporcionado pelas campanhas para jovens e adultos, e que a consolidação da alfabetização requer a continuidade de estudos em níveis mais elevados, dentre outras oportunidades de utilização das habilidades recém-adquiridas na vida cotidiana.

Para além das questões supracitadas, a concepção de emancipação defendida por Freire (1974, 1992), abrange as relações interculturais, visando, assim, consolidar relações dialógicas e críticas entre as diversas culturas, na perspectiva da consolidação da educação como um lugar de libertação e transformação do sujeito. Este autor contribui com o debate aqui tecido enfatizando que:

[...] a partir destas relações do homem com a realidade e nela, criando, recriando, decidindo, que ele vai dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade externa. Vai acrescentando a ela algo de que é mesmo o fazedor. Vai temporalizando os espaços geográficos. Faz cultura. E é ainda o jogo dialético de suas relações – com que marca o mundo refazendo-o e com o que é marcado – que não permite a “estaticidade” das sociedades nem das culturas (Freire, 1974, p. 43).

Desse modo, este educador propicia importantes reflexões sobre a interação do homem e da mulher com os demais seres vivos, contribuindo, em seu tempo, com a construção de uma sociedade mais humanizada e democrática. Um viés político da educação que vem a colaborar com o despertar da consciência dos sujeitos concernente às suas potencialidades. Do nosso ponto de vista, tal conscientização implica diretamente no acesso e na permanência destes à escola, de maneira que fará leituras críticas da conjuntura político-social que o circunda, resistindo e lutando contra a negligência do Estado, em busca dos seus direitos, de maneira a superar os desafios e dificuldades que lhes são impostos. Freire (1980, p. 75) defende que a pessoa não alfabetizada “não é a que vive à margem da sociedade, um homem marginal, mas apenas um representante dos extractos dominados da sociedade, em oposição consciente ou inconsciente àqueles que, no interior da estrutura, tratam-no como uma coisa”.

O ART-3 traz os resultados do estudo de dois programas do Ministério da Educação do Brasil em períodos distintos, Programa Intensivo de Preparação da Mão-de-Obra (PIPMO), executado no contexto da Ditadura Militar no Brasil e o segundo, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), iniciado em 2011, no contexto de um governo progressista. O estudo em questão apresenta como novidade no Pronatec a bolsa-formação, sendo esta uma importante política de permanência estudantil. Ela se encontra “dividida em duas modalidades: Bolsa-Formação Estudante e Bolsa-Formação Trabalhador, sendo que a primeira destina-se a alunos matriculados no ensino médio de escolas públicas que farão os cursos técnicos concomitantes e a segunda bolsa refere-se a oferta de formação inicial e

continuada de trabalhadores” (Machado; Garcia, 2013, p. 54).

Sobre a política de concessão de bolsas como auxílio financeiro para estudantes da Epjai, na perspectiva de assegurar a permanência deste estudante na escola, Gadotti (2013, p.26) corrobora:

A diversidade pode ser considerada como uma grande riqueza, mas a desigualdade social e econômica é a nossa pobreza maior. O mapa do analfabetismo é o mesmo da pobreza, onde falta tudo, não só o acesso à educação. Por isso, a luta pelo direito à educação não está separada da luta pelos demais direitos. E não basta oferecer um programa de educação de adultos. É preciso oferecer condições de aprendizagem, transporte, locais adequados, materiais apropriados, muita convivência e também bolsas de estudos.

O ART-9 (2020, p. 6) denuncia “[...] Como agravante, a realidade de descontinuidade das políticas públicas educacionais para que os menos favorecidos, contribuindo para que ficassem num plano secundário, impedindo a ampliação do direito à educação para este público” e, assim, contribuindo para a não permanência escolar dos estudantes.

Impera, ainda, uma conjuntura de cunho neoliberal por trás de muitas políticas públicas educacionais, cujas consequências implicam em uma educação tecnicista que objetiva a ampliação do setor privado na esfera educacional em detrimento de uma educação emancipadora, defendida por Freire (2013). Com isso, observamos uma precarização da educação, sobretudo na Epjai, implicando diretamente no acesso e permanência nesta modalidade. De acordo com Danilo Streck, Euclides Redin e José Zitzkosk (2008, p. 39): “O processo emancipatório freiriano decorre de uma intencionalidade política declarada e assumida por todos aqueles que são comprometidos com a transformação das condições e de situações de vida e existência dos oprimidos”.

Nesse contexto, é imperativo, com base nas contribuições de Freire (1992), que o ensino na Epjai precisa passar pelo sensível entendimento das identidades discentes que a compõem. Referimo-nos, portanto, às diversas pessoas para as quais o acesso à educação de qualidade faz-se fundamental e necessário. Para tanto, Barroso (2005) afirma que, antes mesmo das questões técnicas pertinentes ao fazer pedagógico, faz-se necessário repensar as questões políticas, no sentido de compreender a escola a partir de um projeto de sociedade. Esse autor afirma:

Entre esses princípios quero destacar: a universalidade do acesso, a igualdade de oportunidades e a continuidade dos percursos escolares. Estes princípios obrigam a que escola seja sábia para educar (permitindo a emancipação pelo saber), recta para integrar as crianças e os jovens na vida social (por meio da partilha de uma cultura comum) e justa (participando na função social de distribuição de competências) (Barroso, 2005, p. 745).

Barroso (2005) defende a necessidade de um projeto político nacional fundado, entre outros princípios, no fortalecimento da escola pública como promotora da equidade. Nessa direção, o ART-6 (2019, p. 5) reflete sobre a importância que têm “[...] os gestores das escolas e dos sistemas de ensino no sentido de que repensem as ações de políticas públicas educacionais específicas na área, visando ao enfrentamento dos desafios interpostos no caminho da EJA”.

Desse modo, de acordo com o ART-12 (2023, p. 16):

Fica evidente que os sujeitos da EJA superam diversos desafios proporcionados principalmente por questões socioeconômicas para continuarem seus estudos, porém, esses resultados deveriam ser fruto de um trabalho em conjunto entre: poder público, escola e os/as próprios/as estudantes. Ao poder público caberia o investimento necessário em políticas públicas efetivas que garantam a estes sujeitos os direitos previstos em lei e investimentos necessários em materiais didáticos contextualizados, significativos e apropriados à modalidade.

Nesse contexto, faz-se necessária a implementação de políticas públicas educacionais que favoreçam a consolidação de olhares críticos e constantes reflexões sobre elas, a fim de promover alternativas para superar os desafios citados.

O trabalho que mais trouxe discussões acerca das categorias acesso e permanência foi o ART-10 (2020, p. 6), embora tenha concentrado tais discussões na modalidade de educação a distância, conforme o trecho a seguir:

[...] a aprendizagem é um aspecto fundamental de todo processo educativo, e muitos fatores podem interferir nela. Por isso, investigamos no contexto da Educação de Jovens e Adultos na modalidade a distância os fatores que contribuem, efetivamente, com o acesso, a permanência e a aprendizagem.

Discordamos, no entanto, uma vez que entendemos que a defesa da modalidade de educação a distância para a Epjai aponta uma lógica de perpetuação à ordem social capitalista, sem questionamentos às suas estruturas, o que acaba naturalizando as desigualdades e reafirmando uma concepção aligeirada e frágil da Epjai. Sobre o ensino na modalidade EaD na Epjai, Di Pierro (2022) tece as seguintes críticas:

[...] ela cogitou a hipótese de um percentual muito alto da carga horária ser feito à distância, e isso é um desastre. Os estudos sobre o analfabetismo funcional mostram que a autodidaxia não é um atributo dos jovens e adultos com baixa escolaridade, pelo contrário. A autonomia de aprendizagem deve ser um dos objetivos da educação de adultos, sem dúvida, mas não é uma característica dos sujeitos, então se você só oferece educação à distância as

pessoas com baixo grau de ‘letramento’, com baixa autonomia de estudo, de autodidaxia, que é a maioria, vão ficar fora do sistema porque elas não têm o suporte pedagógico necessário” (Di Pierro, 2022, s/p.)

Esta autora (2022) complementa: “Todos os estudos mostram que a escola de adultos é um espaço de sociabilidade, de encontro, o vínculo com o professor é muito importante” (Di Pierro, 2022, s/p.).

Como afirmado anteriormente, a exclusão dos direitos históricos dos estudantes da Epjai potencializa ainda mais as desigualdades já tão evidenciadas nos percursos dos sujeitos desta modalidade, o que seria atenuado, caso houvesse políticas públicas de natureza decolonial, emancipadora e qualitativa no sistema educacional brasileiro. Nesta perspectiva, Arroyo (1998, p. 143) traz a seguinte contribuição:

Ainda que de forma compensatória, aos alunos da EJA, na sua maioria trabalhadores que já ultrapassaram a idade convencional, deve-se proporcionar uma educação que também “compense” o prejuízo do descaso do sistema educacional. Logo, precisa ser a “melhor” educação, que proporcione a aproximação do educando com o processo formador da vida e do conhecimento, do trabalho e das técnicas produtivas, e onde se atinja a liberdade pessoal que passe pela coletividade.

Nessa direção, o trabalho CONF -1 (2013, p. 2) concentra-se na investigação acerca do conceito de qualidade educacional no âmbito da Epjai, confrontando com a legislação. Vejamos:

Diante de tantas especificidades, a EJA, como modalidade, também almeja uma educação de qualidade. Ironicamente, é possível inferir que a existência da EJA seja um indício da não prestação de um serviço de qualidade para todos ao longo da história da educação brasileira.

Com base, ainda, na categoria de educação emancipadora, de acordo com as reflexões, ancoradas no pensamento e na prática de Freire (2013, 1992), em que a educação ocupa um lugar de libertação e transformação.

A problematização da formação de pessoas adultas é questão de cerne na obra de Paulo Freire, que a concebe de forma vinculada à questão da alfabetização, numa perspectiva de educação emancipatória, uma vez que compreende a alfabetização para além de uma aprendizagem mecânica da técnica de codificação e decodificação, mas como leitura de mundo (Baquero, 2008, p. 136).

Freire (1992) enxergava os educandos como seres reflexivos e coparticipantes dos processos de construção cultural e educacional, antagônico à educação massificadora. A

educação, na perspectiva desse educador, deve ser fortalecida na coletividade, no diálogo, na leitura crítica de mundo e na fraternidade.

Hoje, entretanto, mesmo que muitas pesquisas estejam validando este pensamento de Freire (2013), o que evidenciamos neste estudo é que há um distanciamento entre o currículo escolar e a idealização das políticas propostas com a materialidade das suas ações e a realidade em que vivem seus estudantes, principalmente os das classes populares, o que acaba reforçando, neste sentido, a colonialidade, também, no campo educacional, que reforça concepções negativas e preconceituosas sobre o sujeito desta modalidade. Identificamos, entretanto, políticas públicas promissoras na perspectiva do acesso e permanência na Epjai, as quais pontuamos: Política de reformulação curricular na perspectiva da valorização aos saberes construídos em contextos não escolares; Escola Itinerante, que constitui-se em uma política de acesso e permanência, uma vez que assegura ao estudante a escola próxima à sua moradia, respeitando os saberes locais; Formação continuada na perspectiva da educação crítica e de valorização à concepção de educação popular e problematizadora, as quais despontam para uma concepção decolonial, e a política de concessão de “bolsas” como auxílio financeiro aos estudantes para assegurar a permanência.

Em síntese, partir da realidade do estudante não significa que não se deve considerar a sua materialidade, mas sim que sejam planejadas condições visando ao despertar das reflexões críticas sobre as relações sociais que os envolvem, oportunizando o conhecimento, a compreensão crítica da sociedade em que se vive, de maneira a contestá-la e lutar pela autonomia e demarcação do seu espaço, no anseio da consolidação de uma pedagogia libertadora.

O analfabetismo é consequência de lacunas anteriores, um processo de desigualdade socioeconômica que vem desde a colonização do Brasil, onde coexistiam “diferentes educações”, para os filhos da elite o ensino dito erudito e para os indígenas a catequização jesuítica. Desse modo, a relação entre a não alfabetização e exclusão social está articulada a um contexto amplo da sociedade, onde a desigualdade influi de forma decisiva nas condições de vida dos sujeitos, imposta por uma elite que se firmou às custas da exploração e subalternização de vários povos, perpetuando estruturas de exploração e subalternidade, evidenciadas, ainda hoje, por meio da colonialidade. “Ninguém é analfabeto por escolha própria, as pessoas são analfabetas devido às circunstâncias objetivas” (Schwartz, 2012, p. 91). Sendo assim, a consolidação de políticas públicas que contemplem a diversidade que marca a modalidade Epjai, garantindo acesso e permanência dos jovens, adultos e idosos deve ser o cerne nas agendas dos entes governamentais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para além de questões pedagógicas e organizacionais, é necessário pensar uma Política de Epjai que esteja interrelacionada com todas as esferas administrativas, dialogando com município, estado e federação. Mesmo que esta modalidade da educação básica tenha logrado avanços no campo da legislação, ela ainda é vista como compensatória, o que implica um engajamento dos defensores da modalidade para que haja uma valorização da Epjai de forma séria, comprometida, qualificada e diversa.

Quando decidimos pesquisar no portal de periódicos da Capes trabalhos que tratam do campo das políticas públicas de acesso e permanência voltadas à Epjai, com o objetivo de analisar políticas públicas de acesso e permanência no campo da Epjai no período 2013 a 2023, não imaginávamos encontrar tão pouca quantidade de trabalhos que discutem as políticas públicas para esta modalidade. A maioria dos trabalhos encontrados limitou-se a fazer uma abordagem histórica da modalidade no Brasil. Poucas foram as pesquisas que apresentaram políticas de acesso e permanência concentradas na Epjai. Vimos, em sua maioria, estudos genéricos, sem um aprofundamento em políticas públicas evidenciadas na modalidade em questão. Por outro lado, identificamos muito presente nestes trabalhos as discussões e reflexões político-pedagógicas na perspectiva da educação libertadora e emancipadora, o que é muito importante e necessário.

As análises indicam, ainda, uma lacuna no âmbito da concepção das políticas públicas para além do ingresso e permanência nesta modalidade, o que nos faz inferir que é necessária a discussão na literatura científica da aprendizagem estudantil no bojo das políticas públicas da Epjai. Indicam, também, a ausência de discussões concernentes ao acesso e permanência do gênero feminino no contexto dessa modalidade.

Constatamos, ainda, que a produção acadêmica voltada para as discussões sobre a aprendizagem na Epjai é ainda incipiente. Sinalizamos, neste sentido, uma demanda urgente por estudos nestas áreas, uma vez que acreditamos que a escolarização precisa ser parte de um projeto de sociedade que vise à democracia e à justiça social. Isso requer, dentre outras iniciativas, uma política de emancipação sociocultural que reverbere dentro e fora da escola.

Nesse sentido, o Estado da Questão aponta que os municípios, estados e federação estão longe para cumprirem as metas 9 e 10 do Plano Nacional de Educação (PNE), tampouco aparentam que cumprirão até 2025, prazo definido. Apesar disso, notamos, por meio de políticas públicas evidenciadas nesta análise, esforços de entes federados nas conjunturas

educacionais, buscando promover ações emancipadoras em favor da Epjai, ainda que se constituam em ações isoladas, sem articulação, o que dificulta sobremaneira na efetivação dessa legislação.

Neste artigo, portanto, ao utilizar as categorias “emancipadora” e “políticas”, partimos do pressuposto de que a análise das políticas públicas educacionais, visando ao acesso e permanência, está imbricada de diversas outras ações. Entretanto, a compreensão das concepções destas ações e a materialização delas no universo da Epjai serão fatores cruciais para a qualidade das políticas executadas, sobretudo visando à formação crítica e à emancipação dos sujeitos.

Neste entendimento, é imperioso afirmar que não podemos deixar de lado o compromisso de lutar pela emancipação humana e transformação social. A Epjai precisa ocupar a centralidade das discussões que compreendam as experiências dos seus sujeitos como valorosas, que sejam vistos como criadores de cultura.

REFERÊNCIAS

- Albino, Â. C. A.; Scocugli, A. C. Educação para autonomia e emancipação: interdiscursividade entre Paulo Freire e Boaventura de Sousa Santos. **Revista Internacional de Educação de Jovens e Adultos**, v. 04, n. 07, p. 75-92, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rieja/article/view/12815/8693>. Acesso em 10 nov. 2021.
- Alves, M. L. I.; SILVA, L. P. C.; SILVA, S. B. da . O Tecer da Pesquisa na Educação Popular Abordagens Empíricas e Teóricas de Territórios em Construção. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, v. v. 8, p. 19-40, 2020.
- Andrade, M. E. B. de; Freitas, G. M. C. Alfabetização de jovens, adultos e idosos em diálogo com Paulo Freire: uma experiência em tempos de pandemia. **Práxis Educacional (online)**, v. 17, p. 1-20, 2021.
- Arroyo, M. G. Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. *In*: SOARES, Leôncio;
- Giovanetti, M. A.; Gomes, N. L. (Org.). **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- Arroyo, M. G.. A educação de jovens e adultos em tempos de exclusão. *In*: UNESCO. **Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos**. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2008.
- Arroyo, M. G. Trabalho, educação e teoria pedagógica. *In*: FRIGOTO, G. (Org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis: Vozes, 1998. v. 1, p. 138-165

Barqueiro, R. Educação de Adultos. *in*: STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (Orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

Bardin, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

Barroso, J. O Estado, a Educação e a Regulação das Políticas Públicas. **Educação e Sociedade**, Campinas, São Paulo, v. 26, n. 92, p. 725-751, Ed. Especial, Out. 2005.

Beisiegel, C. de R. **Paulo Freire**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2010.

Beisiegel, C. R. **Política e Educação Popular** (A teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil). 3. ed. São Paulo: Ática, 1982.

Bigas, B. Analfabetismo no Brasil é maior na população que vive no nordeste e reflete desigualdades estruturais. *In*: **Jornal da USP**. Universidade de São Paulo, 21/07/2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/analfabetismo-no-brasil-e-maior-na-populacao-que-vive-no-nordeste-e-reflete-desigualdades-estruturais/>. Acesso em 05 maio 2024.

Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual** – 2º trimestre. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadca/tabelas> . Acesso em 10/05/2024.

Brasil. **Lei Nº 102/2015** - Aprova o plano municipal de educação – PME do município Malhada de Pedras/BA, em consonância com a lei nº 13.005/2014 que trata do plano nacional de educação - PNE. 2015.

Brasil. **Lei Nº 150/2021**. Dispõe sobre a Criação e Regulamentação de Programa de Incentivo à Educação de Jovens e Adultos do Município de Malhada de Pedras-BA. 2021.

Brasil. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

Cabral, P.; VIGANO, S. M. M. Políticas públicas em educação para formação de professores na educação de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, v.2, n.1, Julho/2017, p. 201-220. Acesso 20 abril 2023.

Carvalho, J. L.; Pinto, J. C.; Cunha Júnior, A. S.. Do direito à negação: os desafios do acesso e permanência de estudantes na Educação de Jovens e Adultos. **Revista do NUPEM**, v. 15, p. 141-157, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/nupem/article/view/4867/5255>. Acesso em 20 abril 2023.

Catelli, R.; Ribeiro, V. M.; Haddad, S.; CARREIRA, D.; RIBEIRO, E. ; SERRAO, Luis.; PIERRO, M. C.; FREITAS, M. V. **A EJA em Xequê** - Desafios das políticas de Educação de Jovens e Adultos no século XXI. São Paulo: Global Editora e Ação Educativa, 2014.

Cavaco, C. **Agenda política global**: invisibilidade do analfabetismo e desinvestimento na alfabetização de adultos. *Global Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 15, n. 32, p. 289-303,

mai./ago. 2021.

Cavaco, C. **Analfabetismo e alfabetização de adultos em Portugal**. REVISTA CONTEMPORÂNEA DE EDUCAÇÃO, v. 13, p. 369, 2018.

Costa, J. B. **Saberes subalternos e decolonialidade**: os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

Cruz, K. N; Vieira, M. C. **A produção sobre a educação da mulher na educação de jovens e adultos**. v. 42. n. 1. Santa Maria : educação p. 45-56, 2017.

Di Pierro, M. C.. Um balanço da evolução recente da educação de jovens e adultos no Brasil. **Construção coletiva**: contribuições à educação de jovens e adultos. Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2006.

Di Pierro, M. C.; Haddad, S. Transformações nas políticas de educação de jovens e adultos no Brasil no início do terceiro milênio: uma análise das agendas nacional e internacional. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 35, n. 96, p. 197-217, maio/ago., 2015. Acesso 15 jul. 2022.

Farago, C. C. ; Fofonca, E. A análise de conteúdo na perspectiva de Bardin: do rigor metodológico à descoberta de um caminho de significações. **Linguagem** (São Paulo) , v. 18, p. 01-05, 2011.

Faria, V. E. P. de. **A trajetória do projeto CIEJA entre as políticas públicas de EJA na cidade de São Paulo**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

Fernandes, F. C. Apresentação. GADOTTI, Moacir. **Alfabetizar e conscientizar**: Paulo Freire, 50 anos de Angicos. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2014.

Ferreira, D. F.; Pereira, E. C.; Pereira, V. A. Educação de Jovens e Adultos em um Cenário de Mudança: entre a indignação e a esperança. **RELACult –Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade Revista**, v. 5, ed. especial, abr., 2019. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/1336/862>. Acesso em 20 abril 2023.

Filho, A. A. S.; Cassol, P. A.; Amorim, Antônio. Juvenilização da EJA e as implicações no processo de escolarização. **Ensaio**: aval. pol. públ. educ. 29. Jul-Sep 2021.

Fischer, M.C.B.; Godinho A.C. F. Trabalho, Educação e Emancipação Humana: A afirmação da EJA como direito. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, 22 (65). Dossiê Educação de Jovens e Adultos II. v. 22 n. 65, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2750/275031898082.pdf>. Acesso em 20 abril 2023.

Frank, A. G.; Yukihiro, E.. Formatos alternativos de teses e dissertações. **Blog Ciência Prática**, 2013; Tema: Ciência prática (Blog - <http://cienciapratica.wordpress.com/2013/04/15/formatos-alterativos-de-teses-e-dissertacoes/>) Acesso em 17 Dez 2022.

Freire, P. **Pedagogia do oprimido** [recurso eletrônico] 1. ed. - Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2013. recurso digital

Freire, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Edição. São Paulo: Paz e Terra, 1992. 127p. (versão digital)

Freire, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação - uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 4. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

Freire, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Freire, P. **Política e educação: ensaios**. São Paulo, Cortez, 1993.

Freire, P. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Olho D'Água, 1997.

G1 Notícias. **Íntegra do discurso de Dilma após impeachment**. Publicado em 31/08/2016. Disponível em: <https://glo.bo/2bDpgJt> Íntegra do discurso de Dilma após impeachment. Acesso em 10 maio 2024.

Gil, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

Guimarães, C. **A Educação de Jovens e Adultos é uma porta de reingresso no sistema educacional**. In: *EPSJV/Fiocruz. Disponível em <<https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/a-educacao-de-jovens-e-adultos-e-uma-porta-de-reingresso-no-sistema-educacional>>* Acesso em 05 maio 2024.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2019**. Brasília, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 12 jul. 2022.

Jeffrey, D. C. Dombosco, C. T. ; Nunes, F. ; Leite, S. F. . A Legislação Educacional e o Conceito de Qualidade na Educação de Jovens e Adultos: Princípios e Orientações. **Revista Exitus**, p. 1 - 27, 01 jul. 2013.

Kramer, S. **Alfabetização, leitura e escrita: formação de professores em curso**. São Paulo: Ática, 2010.

Ludwig, A. C. W. **Fundamentos e prática de metodologia científica**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

Machado, M. M.; Garcia, L. T. . Passado e presente na formação de trabalhadores jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, v. 1, p. 45-64, 2013.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

Maldonado-Torres, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: COSTA, J. B.; GROSFOGUEL, R.; Maldonado-Torres, N.

15 (org.). **Decoloniadidade e pensamento afrodiáspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 27-53.

Moura, A. P.; Ventura, J. A. atualidade do pensamento de Paulo Freire para refletirmos sobre políticas públicas na educação de jovens e adultos. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, Rio de Janeiro, v.4 n.2, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/article/view/38031/26701> > Acesso 20 jan. 2022.

Nascimento, D. M. do; Santos, J. J. R. dos; Cavaco, C. Saberes artísticos experienciais um estudo no contexto da educação de pessoas jovens, adultas e idosas. **Revista Internacional de Educação de Jovens e Adultos**, Salvador, v. 4, n. 7, p. 122-139, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rieja/issue/view/60>. Acesso 10 nov. 2021.

Neres, E. A.; GONCALVES, M. C. ; ARAUJO, N. A. . Educação de Jovens e Adultos no Brasil: Contradições entre políticas públicas e qualidade educacional. **Política e Gestão Educacional (Online)**, v. 24, p. 1524-1540, 2020.

Nóbrega-Therrien, S. M.; Therrien, J. Trabalhos científicos e o estado da questão. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 15, n. 30, p. 5–16, 2004. DOI: 10.18222/ae153020042148. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/ae/article/view/2148>. Acesso em: 20 mai. 2023.

Pierro, M. C. A educação de jovens e adultos no plano nacional de educação: avaliação, desafios e perspectivas. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 939-959, jul.-set. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Byj8LBb5ktqKfbcHBJKQjmR/?format=pdf&lang=pt.a>. Acesso 10 nov. 2021.

Pierro, M. C. D. Um balanço da evolução recente da educação de jovens e adultos no Brasil. *In*: UNESCO. **Construção coletiva**: contribuições à educação de jovens e adultos. 2ª ed. Brasília: UNESCO, 2008.

Pierro, M. C. D; Haddad, Sérgio. Transformações nas políticas de educação de jovens e adultos no Brasil no início do terceiro milênio: uma análise das agendas nacional e internacional. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 35, n. 96, p. 197-217, maio/ago., 2015.

Pires, M das G. P.; Silva, M. A. A.; Ferreira, L. G.; Aprendizagens Colhidas na Perspectiva Freiriana: Entre Saberes e Diálogos da Prática Pedagógica. **Revista Práxis Educacional** v. 17, n. 47, p. 1-14, ago. 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/download/9425/6122/22518>. Acesso em 12 de jul. 2022.

Ramos, D. K.; Bezerra, A. L. S. . Educação de Jovens e Adultos na Modalidade a Distância: Acesso, Permanência e Aprendizagem na Percepção dos Alunos. **EAD EM FOCO**, v. 10, p. 1-17, 2020.

Ferreira, D. F; Pereira, E. C; Pereira, V. Educação de Jovens e Adultos em um Cenário de Mudança: entre a indignação e a esperança. **RELACult** – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade Revista Latinoamericana de Estudios en Cultura y Sociedad | Latin American Journal of Studies in Culture and Society V. 05, ed. especial, abr., 2019.

Acesso em 10 de maio de 2024.

Sá, R. M. B.; Moura, D. H. ; Henrique, A. L. S.. O ensino integrado como medida política em prol da justiça social: o caso dos cursos EFA em Portugal e do PROEJA no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 25, p. e250021, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782020250021>. Acesso em 20 abril 2023.

Schwartz, S. **Alfabetização de Jovens e Adultos: teoria e prática**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

Severino, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

Soares, L. **Formar educadoras e educadores de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 1ed. p. 17-32, 2006. Disponível em: http://forumeja.org.br/un/files/Formacao_de_educadores_de_jovens_e_adultos_.pdf. Acesso em 21 Nov. 2023.

Streck, R. Danilo; Redin, Euclides; Zitkoski, José Jaime (Orgs.). **Dicionário: Paulo Freire**. Autêntica, 2010. (NO TEXTO VC CITA ESSA OBRA COM O ANO DE 2008)

TSE. **Estatísticas do eleitorado** – Por sexo e grau de instrução, 2021. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/estatistica-do-eleitorado-por-sexo-e-grau-de-instrucao>. Acesso em 26 out. 2021.

Vasconcellos, C. S. Formar educadoras e educadores de jovens e adultos. In: SOARES, Leôncio. (Org.). **Formação de educadores de jovens e adultos**. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica, p. 17-32, 2006.

Vasconcellos, C. S. **Construção do conhecimento em sala de aula**. 2. ed. São Paulo: Libertard, 1994.

Ventura, J. Educação ao longo da vida e organismos internacionais: apontamentos para problematizar a função qualificadora da Educação de Jovens e Adultos. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, v. 1, n. 1, 2013



Artigo 2

**Política Pública da
Epjai na Rede
Municipal de
Ensino de Malhada
de Pedras-BA:
Reflexões sobre o
período 2007 A
2020**

ARTIGO 2

POLÍTICA PÚBLICA DA EPJAI NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS-BA: Reflexões sobre o período 2007 a 2020

1 INTRODUÇÃO

A Educação de Pessoas Jovens, Adultos e Idosas (Epjai) no Brasil, historicamente, tem ocupado um lugar subalterno no universo das políticas educacionais. Superar esta problemática tornou-se um grande desafio para aqueles e aquelas que são engajados(as) junto a esta modalidade educativa, militando em favor de uma educação que não seja excluyente, que seja para todos e todas, conforme preconiza a Constituição Federal do Brasil (CF) de 1988, assegurando o direito à educação, inclusive para aquelas pessoas que não acessaram as instituições escolares na infância e adolescência (Brasil, 1988). Nesse sentido, é dever das esferas governamentais garantir a oferta da escolarização, também, às pessoas jovens, adultas e idosas. Na prática, no entanto, apesar da previsão de direitos e deveres expressos na legislação brasileira, deparamo-nos com uma realidade muito aquém da almejada, sobretudo em se tratando das políticas educacionais para a Epjai. Reflexos da estrutura colonialista que tem moldado por séculos as relações de poder estruturadas socialmente, forçando o silenciamento de povos e culturas nas narrativas históricas, com o predomínio arquitetado das epistemologias eurocêntricas, que permanecem marcadas pelo poder e pela subalternidade que a Europa disseminou por toda a América e outras partes do mundo.

A ausência de políticas públicas com viés emancipador e contra-hegemônico reforçam a subalternização, especialmente na Epjai, modalidade predominantemente composta por sujeitos oriundos das classes populares. Desse modo, os reflexos do colonialismo são profundamente evidenciados na sociedade brasileira contemporânea. Historicamente, o acesso à educação institucionalizada foi um privilégio reservado às elites, enquanto os grupos subalternizados foram relegados a trabalhos extenuantes e condições de vida desumanas. Essa disparidade educacional é resultado direto de uma estrutura colonial que perpetuou a exclusão e a marginalização de amplos segmentos sociais, reforçando desigualdades que ainda hoje são latentes no Brasil.

Numa perspectiva historiográfica, é possível afirmar avanços no que concerne à taxa de alfabetização e escolaridade no Brasil, entretanto, os números anunciam que a quantidade de pessoas não alfabetizadas no país ainda é alta. É o que mostram os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), divulgada pelo Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística (IBGE) em 2023; uma realidade que dificulta o cumprimento da meta 9 do Plano Nacional de Educação (PNE), que tem como “[...] objetivo elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final do PNE, erradicar o analfabetismo absoluto”. (Brasil, PNE, 2014). Estes dados revelam uma realidade de desigualdade educacional e exclusão social.

Em contraste ao cenário da educação no Brasil, especialmente, no campo da Epjai, conforme anunciado na Introdução deste artigo, encontramos o município de Malhada de Pedras, localizado no interior da Bahia, na região Sudoeste do Estado, pertencente ao Território de Identidade Sertão Produtivo. Nessa cidade, com um total de 8. 670 habitantes (IBGE, 2024), os(as) estudantes jovens, adultos(as) e idosos(as) estão vivenciando um conjunto de políticas e iniciativas que incentivam o ingresso e a permanência na Epjai, o que Freire (2013) vem chamar de “inéditos viáveis”, que são “[...] na realidade uma coisa inédita, ainda não claramente conhecida (Freire, 1992, p. 279). Estas iniciativas são pertencentes à política municipal intitulada MPEJA³. O MPEJA, como é chamado, é uma política pública criada pelo Município de Malhada de Pedras, na Bahia, por meio da Lei nº 150, de junho de 2021. Trata-se de uma política, no âmbito desse município, que visa à consolidação de um outro olhar e compreensão da condição dos(as) estudantes jovens, adultos(as) e idosos(as), situando-os(as) como sujeitos de direito à educação, deixando de lado uma visão minimalista e prejudicial, a qual consiste no pensamento de que educação é só para crianças e adolescentes. Propõe, portanto, reorganizar a Epjai no município referido.

Compõem a rede municipal de ensino do município 9 (nove) escolas, que ofertam desde a Educação Infantil até os Anos Finais do Ensino Fundamental, organizadas em modalidades e etapas da Educação Básica.

Figura 1 – Mapa do Município de Malhada de Pedras, Bahia.



Fonte: Construído a partir do site familysearch.

³ As iniciais MP referem-se às primeiras letras do nome da cidade, Malhada de Pedras, aglutinadas com a sigla EJA (Educação de Jovens e Adultos). A junção culminou na sigla MPEJA.

Em se tratando da modalidade Epjai, no âmbito da referida cidade, as pessoas que a compõem vêm ganhando maior atenção e, conseqüentemente, resultados satisfatórios são evidenciados no que concerne ao aumento de matrículas nessa modalidade e à motivação dos(as) estudantes e engajamento deles(delas) nas aulas. Mas a realidade do município nem sempre foi assim. Desse modo, no presente artigo, buscamos, como objetivos, mapear e compreender as seguintes questões de pesquisa: Como tem ocorrido a gestão das políticas de acesso e permanência de estudantes da Epjai na rede municipal de ensino de Malhada de Pedras? Quais os principais desafios e ações governamentais, visando assegurar o acesso, a permanência na Epjai? Do ponto de vista temporal, definimos o período de 2007 até 2020, em razão da implementação do Plano Nacional de Educação (PNE) e do Plano Municipal de Educação (PME), que trazem metas e estratégias para a política educacional da Epjai, as quais, de acordo a esta legislação, devem ser cumpridas até 2025.

Nesse sentido, debruçamo-nos sobre o percurso inicial da Epjai na Rede Municipal de Ensino de Malhada de Pedras, concentrando no período de 2007 até o ano de 2020. Justificamos a realização do presente estudo pela razão principal: Analisar situações-limites e inéditos viáveis no contexto da gestão da política pública MPEJA para assegurar o acesso e a permanência com aprendizagem de estudantes da Epjai na rede municipal de ensino de Malhada de Pedras e, de maneira secundária, os seguintes objetivos, quais sejam: a) sistematizar memórias e história da Epjai no contexto da rede municipal de ensino, compreendo o legado ao longo da sua trajetória, com destaque para as principais ações e projetos voltados para este campo; b) contribuir com a elaboração de políticas públicas no campo do acesso e da permanência de pessoas jovens, adultas e idosas em âmbito estadual e nacional.

Para tanto, reafirmamos o que ratificou Freire (1992, p. 33), “[...] carregamos conosco a memória de muitas tramas, o corpo molhado de nossa história, de nossa cultura; a lembrança de algo distante que, de repente, se destaca límpido diante de nós”. Sistematizar a trajetória da Epjai de Malhada de Pedras colaborará também com o registro histórico dos percursos trilhados pela rede municipal de ensino, que implicaram os processos de escolarização voltados às pessoas jovens, adultas e idosas, buscando, portanto, a construção de ações transformadoras e humanizadoras para os(as) sujeitos(as) deste campo educacional. Esta pesquisa é de abordagem qualitativa, do tipo documental, na qual mobilizamos as categorias denúncia, anúncio, situações-limites e inéditos viáveis (Freire, 1992).

2 PERCURSO METODOLÓGICO: seleção, organização e categorias de análise dos dados⁴

Cada cidadão malhadapedrense, por menor que seja sua contribuição, ajudou a construir e fazer parte da história e da memória do município, pois o cidadão pleno é aquele que contribui para o andamento e desenvolvimento da sua localidade e auxilia na preservação da sua memória (Malhada de Pedras, 2015, p. 17).

Para tentar responder à questão central deste estudo, utilizamos a abordagem qualitativa, uma vez que, por meio desta, um fenômeno pode ser melhor compreendido numa perspectiva integrada, na qual se valoriza a observação dos fatos, documentos, comportamentos, cenários e discursos, ou seja, o sujeito na sua integralidade. Nesse sentido, Minayo (2002) traz a seguinte contribuição:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser qualificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 2002, p. 21).

Ancorada na abordagem qualitativa, foram realizadas pesquisas documentais. Em relação à pesquisa documental, Godoy (1995, p. 21) enfatiza que “[...] os documentos normalmente são considerados importantes fontes de dados para outros tipos de estudos qualitativos, merecendo portanto atenção especial”.

Deste modo, apresentamos, nesta pesquisa, os dados concernentes à Epjai na Rede Municipal de Ensino de Malhada de Pedras-Bahia, coletados no âmbito da Secretaria Municipal de Educação (SME) deste município, resultantes, ainda, das buscas nos sites governamentais, a exemplo do diário oficial do município. Outrossim, a mesma autora reforça ainda:

A palavra ‘documentos’, neste caso, deve ser entendida de uma forma ampla, incluindo os materiais escritos (como, por exemplo, jornais, revistas, diários, obras literárias, científicas e técnicas, cartas, memorandos, relatórios), as estatísticas (que produzem um registro ordenado e regular de vários aspectos da vida de determinada sociedade) e os elementos iconográficos (como, por exemplo, sinais, grafismos, imagens, fotografias, filmes) (Godoy, 1995, p. 21-22).

Seguindo nesta perspectiva, a compreensão e a análise dos dados coletados ancoram-

⁴ A metodologia e a base analítica apresentadas neste tópico é a mesma desenvolvida para o artigo 3, razão pela qual esta não será repetida no texto subsequente.

se na técnica de análise de conteúdo de Bardin (1977), pois “[...] ela é adequada ao domínio e ao objectivo pretendidos e tem que ser reinventada a cada momento” (Bardin, 1977, p. 31). Desse modo, são apresentados nesta pesquisa dados oriundos de uma diversidade de documentos, conforme quadro 1 a seguir, os quais foram coletados na fase da pré-análise, momento no qual selecionamos os materiais fornecidos pela SME de Malhada de Pedras e que compõem o *corpus* desta pesquisa.

Preparado o material, partimos para a leitura flutuante do mesmo, por meio da qual definimos as categorias **denúncia**, **anúncio**, **situações-limite** e **inéditos viáveis**, categorias presentes na obra de Freire (2013, 1992). Os limites impostos às trajetórias da Epjai e as possibilidades evidenciadas em diversas ações e políticas, voltadas sobretudo ao acesso e permanência estudantil nesta modalidade, foram basilares para a mobilização destas categorias.

Quadro 1 – Relação de documentos analisados

Nº	Documento	Descrição	Órgão expedidor e ano	Instância
1	Lei Nº 102/2015	Institui o Plano Municipal de Educação de Malhada de Pedras	Prefeitura Municipal de Malhada de Pedras-PMMP. 2015.	Municipal
2	Lei Nº 127/2018	Dispõe sobre Sistema Municipal de Ensino de Malhada de Pedras-Ba	Prefeitura Municipal de Malhada de Pedras-PMMP, 2018.	Municipal
3	Lei Nº 150 / 2021	Dispõe sobre a Criação e Regulamentação de Programa de Incentivo a Educação de Jovens e Adultos no município de Malhada de Pedras-Ba.	Prefeitura Municipal de Malhada de Pedras-PMMP, 2021.	Municipal
4	Decreto Nº 046/2021	Regulamenta a Lei municipal Nº. 150/2021, que institue Programa de incentivo à Educação de Jovens e Adultos no município de Malhada de Pedras.	Prefeitura Municipal de Malhada de Pedras-PMMP, 2021.	Municipal
5	Relatórios Anuais	Relatórios iniciais e finais com fotografias de aulas e projetos, bem como dados de aprovação/retenção/abandono das turmas do MPEJA	Secretaria Municipal de Educação /2021;2022 e 2023.	Municipal
6	Relatório de Monitoramento do PME	Relatório da Equipe Técnica de Monitoramento (ETMA) do PME	Secretaria Municipal de Educação de Malhada de Pedras -	Municipal

			Relatório elaborado pela ETMA – 2021 a 2023	
7	Resolução CME Nº 002/2023	Dispõe sobre Aprovação da Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Ensino de Malhada de Pedras	Conselho Municipal de Educação (CME), 2023	Municipal

Fonte: Pesquisa direta dos autores (2024).

A análise e a interpretação dos dados foram feitos de forma interativa com a coleta, efetuando exame crítico dos mesmos, tendo como referência principal, conforme já anunciamos, as categorias inerentes do pensamento de Freire (2013 e 1992) “situações-limites”, “inéditos viáveis”, “denúncia” e “anúncio”, o que requereu retomada das obras *Pedagogia do Oprimido* (Freire, 2013) e *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido* (Freire, 1992), dentre outras obras do autor, as quais nos convidam a um rompimento com a “educação bancária”, denunciada por este autor nestas obras. O rompimento com uma educação opressora, visando à dignidade humana, se dá por meio da denúncia das “situações-limites”, do sonho, da dialogicidade e do “anúncio esperançosamente viável” (Freire, 2013). Além de Freire (2013, 1992), embasaram a discussão dos constructos desta pesquisa autores como Arroyo (2001), Santos (2011) e Di Pierro (2008), dentre outros.

Situações-limite, para Freire (1997), são “[...] obstáculos, barreiras, que precisam ser vencidas. As barreiras ele chama de ‘Situações Limites’” (Freire, 1992, p.277). Contudo, mesmo evidenciando tal realidade, este cidadão não se entrega ao conformismo, ao contrário, ele luta bravamente em busca dos seus direitos, resistindo às forças opressoras, de maneira consciente e crítica, construindo os “inéditos viáveis”. A categoria “inédito viável”, nesta perspectiva, compreendida como um caminho possível, surge à medida que os sujeitos inrrompem com as “situações-limites” (Freire, 1992). Este autor vem chamar o “inédito viável” de sonho possível. Desta maneira, contribuindo para o pensar esperançoso, crítico e consciente, de maneira que os/as sujeitos/as saiam da condição de “Ser Menos” para a de “Ser Mais”. De acordo ao pensamento de Freire (1996, p. 87):

É preciso, porém, que tenhamos na resistência que nos preserva vivos, na compreensão do futuro como problema e na vocação para o ser mais como expressão da natureza humana em processo de estar sendo, fundamentos para a nossa rebeldia e não para a nossa resignação em face das ofensas que nos destroem o ser. Não é na resignação, mas na rebeldia em face das injustiças que nos afirmamos (Freire, 1996, p. 87).

Partindo desta premissa, buscamos, por meio da categoria “inéditos viáveis”

compreender as diversas interfaces das ações que compõem as políticas da Epjai na Rede Municipal de Ensino de Malhada de Pedras, na perspectiva da compreensão de suas significações para os estudantes dentro dos diversos contextos sociais, de maneira a reconhecer, problematizar e romper com as ideologias construídas em um contexto histórico-social de um sistema educacional, muitas vezes, excludente, elitista, hegemônico, marcado pelo colonialismo, que tem operado por meio de uma lógica de poder que privilegia determinados conhecimentos e experiências em detrimento de outros.

Sobre “inéditos viáveis”, Nita Freire vem nos dizer que se trata de uma coisa não conhecida, “[...] mas sonhada e quando se torna um ‘percebido destacado’ pelos que pensam utopicamente, esses sabem, então, que o problema não é mais um sonho, que ele pode se tornar realidade (Freire, 1992, p. 11).

À medida que a investigação avançava, outros conceitos, também do pensamento de Freire (2013 e 1992), foram evidenciados, são eles: “denúncia” e “anúncio”, constituindo-se em categorias desta pesquisa. A primeira consiste na denúncia do que Freire (2013) vem chamar de sistema opressor, conjuntura sob a qual as camadas populares são submetidas, que é resultante de um modelo de “desenvolvimento” neoliberal opressor, denunciando, ainda, práticas do que Freire (2013) vem chamar de “educação bancária”. E a segunda diz respeito ao anúncio de proposições que converjam para uma educação emancipatória, com força transformadora, por meio de processos educativos libertadores na dialética entre “Ser Menos” e “Ser Mais”, na perspectiva da emancipação e não de domesticação (Freire, 2013). Isso envolve romper com as estruturas hegemônicas impostas por referenciais eurocêntricos e considerar as contribuições de Paulo Freire para a construção de uma educação decolonial. Paulo Freire (2013) foi um intelectual que, constantemente, questionava e problematizava temas relacionados a uma estrutura social hierarquizada, muitas vezes, não examinados anteriormente.

O desenvolvimento da pesquisa deu-se, inicialmente, por meio da oficialização desta junto ao órgão responsável pela Educação Municipal, a Secretaria Municipal de Educação (SME) de Malhada de Pedras/Bahia, momento no qual recebemos os documentos e materiais referentes à Epjai, obtendo, ainda, as informações necessárias à sua análise.

3 A EPJAI NO CONTEXTO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS: 2007 a 2020

O Plano Municipal de Educação (PME) de Malhada de Pedras, Lei nº 102/2015, publicada no Diário Oficial do município em 17 de junho de 2015, explicita:

O Plano Municipal de Educação (PME) é um documento de fundamental importância que estabelece as diretrizes, as metas e estratégias do município para o decênio 2015 - 2025, bem como, norteia a definição de projetos, programas e ações a serem desenvolvidas na área educacional, culminando, assim, em políticas públicas para a educação (Malhada de Pedras, 2015, p. 11).

Na parte do diagnóstico educacional do município, nesse documento, na qual consta como se encontravam as modalidades e etapas de ensino ofertadas pela Rede Municipal de Ensino no período que o documento fora construído, 2014/2015, a Epjai é apresentada da seguinte forma:

Para a faixa etária acima de 35 anos que não está alfabetizada são ofertadas vagas para curso de Alfabetização através do Programas Todos Pela Alfabetização (TOPA) em parceria com o governo estadual e Programa Brasil Alfabetizado em parceria com o governo federal, tanto na Zona Urbana quanto na Zona Rural (Malhada de Pedras, 2015, p. 21).

Fazemos um paralelo do cenário municipal ao nacional neste período, que traz as ações no campo da Epjai, anteriormente mencionadas, que são, também, desdobramentos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Epjai (DCNEJA), publicadas no ano 2000, “[...] o documento impulsionou ampliação da oferta da EPJA nas redes públicas e o surgimento de vários programas, projetos, políticas e ações diversas nas esferas federal, estadual e municipal.” (Novais, 2022, p. 40). Neste contexto, as turmas de alfabetização na Epjai, em Malhada de Pedras, eram formadas esporadicamente, quando criadas campanhas atreladas a projetos nacionais de alfabetização de jovens e adultos, mencionados no documento analisado, ao que inferimos, não haver, naquele momento, um olhar do município para esta modalidade que fosse para além das campanhas de alfabetização. Sobre isso, Haddad e Di Pierro (2000, p. 14) ratificam:

Cada vez torna-se mais claro que as necessidades básicas de aprendizagem dessa população só podem ser satisfeitas por uma oferta permanente de programas que, sendo mais ou menos escolarizados, necessitam institucionalidade e continuidade, superando o modelo dominante nas campanhas emergenciais e iniciativas de curto prazo, que recorrem a mão-de-obra voluntária e recursos humanos não-especializados, características da maioria dos programas que marcaram a história da educação de jovens e adultos no Brasil.

Essa associação da Epjai com campanhas temporárias marca historicamente esta

modalidade, sobre a qual Haddad e Pierro (2000, p. 128) ainda advertem: “[...] o ensino de jovens e adultos perde terreno como atendimento educacional público de caráter universal, e passa a ser compreendido como política compensatória coadjuvante no combate às situações de extrema pobreza”.

Continuando com a análise, é sabido que, no ano de 2014, foi sancionado o Plano Nacional de Educação (PNE), que foi resultado da união de forças de vários setores e movimentos organizados da sociedade, constituindo-se em importante arcabouço legal que, associado à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/96, vem regulamentar uma nova configuração para a Epjai no Brasil:

[...] trazendo em seu texto princípios como a redução das desigualdades, valorização da inclusão e diversidade, oportunidades de acesso e permanência para todos os estudantes, além de trazer um capítulo específico para a EPJA. (Novais, 2022, p. 40).

Em decorrência do Plano Nacional de Educação -PNE, os municípios brasileiros tiveram que elaborar seus Planos Municipais de Educação - PME, os quais vieram a se tornar leis, trazendo, assim, um olhar mais atento à Epjai na legislação, o que, em diversos momentos da história do país, foi invisibilizada. O PME, com força de lei, estabeleceu 20 metas a serem atingidas até o ano de 2025. Dialogando com a história da educação no Brasil,

[...] podemos afirmar que os PNE, PEE e PME têm sua origem em 1832, com o lançamento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, representado por 26 educadores e educadoras, que propugnaram um plano com sentido unitário e de bases científicas. (Novais, 2022, p. 41).

Esta lei (PME), no âmbito do município de Malhada de Pedras, na parte diagnóstica, assinala:

Quadro 2 – Matrícula inicial na Educação de Jovens e Adultos no município de Malhada de Pedras (dependência administrativa e localização 2007-2010).

Anos	Municipal		Estadual		Privada		Total
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	
2007	254	246	-	-	-	-	500
2008	345	66	-	-	-	-	411
2009	168	41	-	-	-	-	209
2010	104	-	-	-	-	-	104

Fonte: Anuário Estatístico da Educação da Bahia (2007/2010).

Corroborando com os dados do quadro 2, trazemos a citação do PME:

Embora o município disponibilizasse a EJA em todos os anos acima, no ano de 2010, foram ofertadas turmas de EJA somente na zona urbana. No meio rural, proporcionou-se apenas em nível de alfabetização através dos programas TOPA (esfera estadual) e Brasil Alfabetizado (esfera federal) (Malhada de Pedras, PME, 2015, p. 60).

Não obstante, tal incoerência entre a previsão legal e a efetivação na prática, como evidenciado na esfera municipal, lócus desta investigação, é evidenciada, também, em âmbito nacional, como anunciam Haddad e Di Pierro (2000, p. 119) sobre a história da educação de jovens e adultos: “[...] é marcada pela contradição entre a afirmação no plano jurídico do direito formal da população jovem e adulta à educação básica, de um lado, e sua negação pelas políticas públicas concretas, de outro”. Isto evidencia a ausência de prioridade desta modalidade, que, ao longo da sua história, foi colocada em uma posição de inferioridade no contexto das políticas públicas educacionais brasileiras. O que deveria ser diferente, sobretudo em se tratando do Brasil, país que concentra ainda 11, 4 milhões de pessoas com 15 anos ou mais que não são alfabetizadas, o que corresponde a 7% da população do país, de acordo aos dados do Censo Demográfico de 2022, do IBGE (2024).

Segundo Freire (2003, p. 14):

A relação entre analfabetismo e exclusão social está articulada a um contexto amplo da sociedade, onde a desigualdade influi de forma decisiva nas condições de vida dos sujeitos. Ninguém é analfabeto por escolha própria. [...] o analfabeto é aquele a quem foi negado o direito de ler.

Com base no pensamento de Freire (2003), a exclusão social está relacionada, também, à falta de oportunidades, à negação de direitos e condições de permanência na escola, sendo, portanto, o Estado responsável por tais garantias. Ausências que atribuímos, ainda, à colonialidade, que é manifestada como um padrão de poder que classifica e hierarquiza a população, legitimando processos de dominação. Em uma escala global, a colonialidade tem servido para justificar a conquista e a subjugação, enquanto, em contextos nacionais, tem legitimado processos de exclusão, desigualdade, desumanização e silenciamento (Candau, 2020).

Desse modo, Di Pierro (2006, p. 22) destaca:

[...] não basta promover apenas a alfabetização inicial. A maioria dos educadores concorda que uma alfabetização de qualidade requer mais tempo que aquele proporcionado pelas campanhas para jovens e adultos, e que a consolidação da alfabetização requer a continuidade de estudos em níveis mais elevados, dentre outras oportunidades de utilização das habilidades recém-adquiridas na vida cotidiana.

No tocante à matrícula na Epjai, de acordo com a modalidade, etapa e turno de estudo, a rede municipal de ensino de Malhada de Pedras apresenta as seguintes informações:

Quadro 3 – Matrículas por modalidade, etapa e turno

Modalidade- Etapa	Matrículas por Ano											
	Ano	Urbano					Rural					Total
		D-4	D+4	N-4	N+4	T	D-4	D+4	N-4	N+4	T	
EJA – Fundamental – Anos iniciais Presencial	2007	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2008	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	17	17	-	-	-	-	-	17
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	33	-	33	-	17	15	-	32	65
EJA – Fundamental – Anos finais Presencial	2007	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2008	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	154	-	-	62	216	-	-	-	-	-	216
	2010	-	48	65	-	113	-	-	-	-	-	113
	2011	24	-	-	74	98	-	-	-	-	-	98
	2012	33	-	-	53	86	-	-	-	-	-	86
	2013	-	-	-	-	-	-	57	49	-	106	106

Fonte: <http://ide.mec.gov.br/2014/>.

Conforme apresenta o Quadro 3, observamos que nos anos iniciais houve um aumento de matrículas no ano de 2013 na Epjai; nos Anos Finais, isso aconteceu em 2009. Esse aumento, associamos ao cenário geral em âmbito nacional, no qual havia grande mobilização dos defensores da Epjai, com fortes expectativas em torno da VI Confitea que seria realizada no Brasil, em Belém do Pará (Brasil - Belém, 2009), na gestão do então presidente Lula, um governo de cunho progressista, o que suscitou a esperança de “[...] oportunidade tanto para recuperar e incorporar o espírito transformador, nas atividades governamentais, na área da educação de pessoas jovens, adultas e idosas cada vez mais formais e orientadas para a escola, quanto para elevar sua prioridade na agenda política [...]” (Ireland, 2013, p. 6). Esta conferência resultou no Marco da Ação de Belém, documento que “constitui peça fundamental no longo processo de mobilização e preparação nacional e internacional, que teve início em 2007” (Brasil, 2011).

O 4.º Relatório da Unesco (2020), em sua conclusão, assinalou que a Agenda 2030,

que consiste em estratégias de desenvolvimento sustentável, dentre elas, atingir o ensino básico universal, acabando com o analfabetismo, só será cumprida, no período estipulado, se a Epjai for priorizada, aumentando consideravelmente os investimentos na modalidade, cujas ações estejam concentradas na equidade, na inclusão e na sustentabilidade para com os seus integrantes.

O desafio estava posto, que seria tornar concretas as políticas públicas visando ao acesso a processos de escolarização; à permanência e à aprendizagem de jovens e adultos, garantindo-lhes o preceito da educação ao longo da vida.

Neste cenário, para atender às necessidades da Epjai, o PME de Malhada de Pedras (2015) estabeleceu a Meta 9: “elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até o final da vigência deste PME, visando reduzir o analfabetismo ressalta-se que ela é composta por 12 estratégias, a saber:

- 9.1) Assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria, durante todos os anos de vigência do plano;
- 9.2) Ofertar a Educação de Jovens e Adultos, em todos os tempos formativos, nas escolas do campo, onde houver demanda, até o final de vigência do plano;
- 9.3) Manter programas de alfabetização de jovens e adultos em parceria com os governos federal e estadual, em todos os anos de vigência do plano;
- 9.4) Realizar levantamento dos jovens e adultos com Ensino Fundamental e Médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na Educação de Jovens e Adultos, a partir do segundo ano de vigência do plano;
- 9.5) Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica, em parcerias com os governos federal e estadual, em todos os anos de vigência do plano;
- 9.6) Realizar chamadas públicas regulares para Educação de Jovens e Adultos, promovendo-se busca ativa em regime de colaboração entre entes federados e em parceria com organizações da sociedade civil, em todos os anos de vigência do plano;
- 9.7) Realizar avaliação, por meio de exames específicos, que permita aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de 15 (quinze) anos de idade, a partir do terceiro ano de vigência do plano;
- 9.8) Acompanhar cada aluno individualmente, mediante registro da sua frequência e do seu desempenho em avaliações (teste cognitivo de entrada e saída), em todos os anos de vigência do plano;
- 9.9) Executar ações de atendimento ao (à) estudante da Educação de Jovens e Adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da saúde e demais entes federados, até o último ano de vigência do plano;
- 9.10) Buscar apoio técnico e financeiro para a realização de projetos inovadores na Educação de Jovens e Adultos que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses (as) alunos (as), até o último ano de vigência do plano;

9.11) Buscar parcerias para estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados e das empregadas com a oferta das ações de alfabetização e de Educação de Jovens e Adultos, até o último ano de vigência deste PME;

9.12) Considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, e implementar programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas, até o final de vigência do plano (Malhada de Pedras, Bahia, PMMP, 2015).

O texto acima, retirado da lei municipal que estabelece o PME, traz o conceito de “idade própria”, como se houvesse uma idade instituída correta à aprendizagem. Gadotti (2016, p. 3) vem nos dizer que “A educação sempre foi entendida como um processo que se dá ao longo de toda a vida, como a aprendizagem, e não um processo que se reduz à população jovem”, restringindo-se a uma “idade apropriada. Corroborando com o debate, Freire (2000, p 40) vem dizer que “não é possível ser gente senão por meio de práticas educativas. Esse processo de formação perdura ao longo da vida toda, o homem não para de educar-se, sua formação é permanente e se funda na dialética entre teoria e prática”.

Outro conceito que precisamos problematizar aqui é “erradicação”, termo que também consta na lei municipal que institui o PME, o qual carrega um significado pejorativo, dando lugar à estigmatização social dos sujeitos da Epjai. De acordo a Novais (2022, p. 34), é em 1889, em decorrência da Proclamação da República que “[...] o analfabetismo passa a ser visto como “chaga” que necessita ser “erradicada” e a EPJA, e a partir de 1920, passa a ser defendida pelos entusiastas da educação (intelectuais, médicos e industriais), com o objetivo de [...] aumentar o contingente eleitoral”. Daí o surgimento das campanhas nacionais em prol da “erradicação do analfabetismo” no Brasil, o que tem marcado negativamente a história da modalidade, uma vez que, tais campanhas carregam, negativamente, o discurso “[...] na idéia de que estes indivíduos são ignorantes, incultos e excluídos social e profissionalmente” (Cavaco, 2002, p. 13). Do nosso ponto de vista, a legislação municipal analisada acaba por reforçar as conotações negativas em relação aos sujeitos da Epjai, quando traz em seu texto os termos “idade própria” e “erradicação”.

Das estratégias da meta 9, constantes no PME de Malhada de Pedras (2015), apresentadas anteriormente, 03 (três) foram executadas no período monitorado, de acordo ao relatório da Equipe Técnica de Monitoramento (ETMA) do PME analisado, 2 (duas) estão parcialmente executadas e 6 (seis) sequer foram iniciadas. Dentre as estratégias analisadas, cabe

destacar a 9.9:

Executar ações de atendimento ao (à) estudante da Educação de Jovens e Adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da saúde e demais entes federados, até o último ano de vigência do plano (Malhada de Pedras, Bahia, PMMP, 2015, p. 99).

Tal estratégia, vinculada à meta 9, chama a nossa atenção, uma vez que levanta várias reflexões, em especial no que tange à previsão de tais direitos em um arcabouço legal, entretanto, na prática, eles não são, ainda, efetivados, mesmo com uma série de lutas e mobilizações evidenciadas historicamente em favor dos direitos da modalidade, sobretudo dos Fóruns de Epjai. Vemos que estamos ainda distantes para alcançarmos ações sustentáveis e solidárias, com justiça, igualdade social e inclusão, em conformidade com o compromisso firmado para a Epjai na VI Confitea (Unesco, 2010).

Como vimos, a estratégia do PME preconiza o fortalecimento da Epjai de Malhada de Pedras, por meio de programas suplementares de transporte, alimentação, entretanto, o que é realidade, em plano nacional, que corresponde também ao municipal, é que o valor das matrículas, em se tratando do financiamento da Educação Básica para as políticas de ingresso e permanência na Epjai, é inferior ao quantitativo recebido pelos estudantes das demais etapas e modalidades, o que contribui para o discurso de muitos gestores, que consiste em justificarem a negligência para com esta modalidade, inferiorizando-a em relação às demais, o que acaba por tornar-se um jogo de “empurra, empurra”, em busca de culpados e, assim, de maneira efetiva, pouco tem sido feito, ano após ano, como mostram os dados analisados, uma vez que, em um universo de 12 estratégias de uma meta, no período analisado, somente três haviam sido executadas.

Freire (2013) vem alertar-nos para uma intencionalidade desta omissão dos direitos aos estudantes jovens, adultos e idosos, a educação é condição fundamental para a construção de si mesmo ou para a negação de si mesmo, e ela, quando condiciona o indivíduo à passividade e à resignação para atender ao *status quo* vigente que o transforma em *menos gente*, interessada, neste sentido, muito mais em inserir o/a educando/a no sistema educacional, massificador do que possibilitar a construção de personalidades autênticas, conscientes e livres.

Segundo o pensamento de Freire (2013), o despertar crítico que se faz necessário, e ele não acontecerá de forma caridosa, com o opressor “presenteando” o oprimido com tal descoberta. É uma leitura crítica, uma construção individual e coletiva, que demanda muita interação com outros grupos sociais, processo para o qual a atuação engajada e comprometida

do educador e educadora da Epjai faz-se crucial, visando, sobretudo, à transformação social, nesta perspectiva, denunciando situações opressoras, nas quais os opressores se “gratificam”, através de sua falsa generosidade. (Freire, 2023, p. 27).

Sobre o financiamento da educação, esperava-se que, com o Novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb⁵, essa inferioridade fosse abolida, o que não aconteceu. Contudo, já no início (2023) da gestão do governo Lula, houve um aumento significativo em algumas das políticas de incentivo e permanência, a exemplo do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que passa de R\$ 0,32 centavos diários por estudante para R\$ 0,41 centavos diários por estudante da Epjai, um aumento que corresponde a quase 30%. Vale salientar que o valor não era reajustado desde 2018, o que sinaliza a falta de importância da esfera federal, sobretudo da gestão 2019/2022, para com a educação brasileira. Conforme afirmam Bispo, De Faria e Garcia (2021, p. 308), “[...] os governos [...], não garantindo as políticas públicas, impedem esses sujeitos de elevarem o nível de escolaridade e geram impactos individuais e sociais em suas vidas e na sociedade.”

Ainda que o reajuste no valor repassado pela União a estados e municípios pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para cada estudante, por dia letivo, tenha sido significativo, o trato inferior para com a Epjai permanece, uma vez que, dentre todas as etapas e modalidades, o custo recebido pelo estudante da Epjai ainda continua sendo o menor, como mostram os dados a seguir, da Resolução nº 02/2023 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) (Brasília, 2023).

Quadro 3 – Valor diário por estudante para alimentação escolar

Etapas e Modalidades da Educação Básica	Valor diário recebido por estudante pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)
Creche	1,37
Pré-escola	0,72
Escolas indígenas e quilombolas	0,86
Ensino Fundamental e Médio	0,50
Educação de Jovens e Adultos	0,41
Ensino Integral	1,37

⁵ O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) atende toda a educação básica, da creche ao ensino médio. O Fundeb é o principal fundo de financiamento da Educação Básica Pública no Brasil.

Ensino Médio em Tempo Integral	2,56
Atendimento Educacional Especializado (AEE)	0,68

Fonte: <http://ide.mec.gov.br/2024/>.

Mesmo diante das mencionadas desassistências, sobre a meta prevista no PNE, em vigência até 2025, que consiste na redução da taxa de analfabetismo da população brasileira de 15 anos ou mais, nota-se que, “[...] a meta intermediária foi alcançada em 2017 na média Brasil, porém, no Nordeste e para a população preta ou parda, ainda não foi alcançada” (IBGE, 2024). Isto faz com que o analfabetismo reflita, ainda, nas desigualdades regionais e étnico-raciais no Brasil, contexto no qual a região Nordeste e a população negra são mais impactadas.

A história do Brasil é profundamente marcada pela dominação e subjugação de seus primeiros habitantes, traços que continuam impactando a sociedade brasileira. Desde a colonização, o país foi construído sobre um alicerce de exploração e violência, que resultou em um legado duradouro de racismo, preconceito e discriminação. Esses processos de subalternização, iniciados durante o período colonial, não apenas persistem, mas também se manifestam de maneira estrutural, afetando amplamente a organização social do Brasil. As desigualdades raciais e sociais que observamos atualmente são, em grande parte, um reflexo dessas dinâmicas históricas, que moldaram profundamente as relações de poder e as hierarquias sociais no país. A compreensão desse contexto é fundamental para qualquer análise crítica das estruturas sociais e educacionais contemporâneas, pois evidencia a necessidade de enfrentar e superar as injustiças enraizadas que continuam a perpetuar a exclusão e a desigualdade (Candau, 2020).

Outro desafio também expresso nos dados analisados nesta pesquisa, é o percentual elevado de pessoas que não concluem o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, ou seja, não permanecem na escola, o que impõe um grande desafio aos entes governamentais preocupados com a elevação da escolaridade da população brasileira. São inúmeros os motivos que levam um estudante a ser obrigado a interromper seus percursos escolares, dentre eles, trabalho, gravidez, escolas e ensino precários, responsabilidades para com a família, currículo dissonante da realidade do estudante, etc, sendo estes, “situações-limites”, por meio das quais evidenciamos que garantir o acesso somente não é suficiente, posto que precisa vir acompanhado da garantia da permanência e aprendizagem na escola, os quais carecem de políticas públicas sérias e comprometimento dos entes federados para com a Epjai. Segundo Bispo, De Faria e Garcia (2021, p. 312), “[...] a Educação Básica [...] não se esgota com o

acesso, mas pressupõe a permanência e a conclusão desse nível de ensino, ofertando também as condições para continuar os estudos em outros níveis.”

Nesse sentido, Freire (2013) desperta-nos a exercermos, enquanto educadores e sujeitos críticos, a constante reflexão sobre o nosso fazer pedagógico. Para tanto, pensar a Epjai implica numa análise sensível e humanizada das condições de acesso e permanência voltados aos indivíduos que buscam a escola com a perspectiva de formação e inclusão social, uma vez que não se pode perder de vista que esta modalidade educativa é composta por sujeitos oriundos das classes populares: “[...] trabalhadores, pobres, negros, subempregados, oprimidos, excluídos” (Arroyo, 2001, p. 10).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, evidenciamos que no período analisado, de acordo com este estudo, não houve no município de Malhada de Pedras ações e políticas que visavam uma atenção especial à Epjai. Observamos, neste sentido, que a modalidade Epjai em Malhada de Pedras tinha suas turmas concentradas na Zona Urbana do município, sendo estas, quando muitas, três, uma dos Anos iniciais e duas dos Anos Finais, que eram compostas por estudantes com histórico de repetência, que, por razões diversas, abandonavam seus percursos escolares. Na modalidade de Educação do Campo, a Epjai foi ofertada no ano de 2013; nos anos anteriores, era condicionada às campanhas nacionais de alfabetização, a exemplo do Topa (Todos pela Educação) e do Programa Brasil Alfabetizado (PBA).

Inferimos, neste contexto, descontinuidade das ações voltadas à Epjai por parte dos agentes políticos, o que caracteriza provisoriedade da modalidade: “[...] a EJA traz essas marcas do imprevisto, do descaso, mas sobretudo da dívida social para com as pessoas mais marginalizadas” (Neres; Gonçalves; Araujo, 2020, p. 1531).

Rememorando a nossa trajetória enquanto educadora da rede municipal, nas turmas de Epjai, pontuamos, dentre outros, a ausência de política educacional voltada à formação de professores para esta modalidade, bem como, ausência de acompanhamento pedagógico e, ainda, invisibilização dos estudantes desta modalidade nos projetos pedagógicos constantes do calendário escolar. A Epjai dificilmente era incluída neles, esta modalidade era vista como “um investimento desnecessário”. Para que as turmas fossem incluídas em ações dos projetos pedagógicos e festas de datas comemorativas, por exemplo, nós, professores, quem financiávamos, muitas vezes, a depender dos custos, recorríamos a comerciantes da cidade em busca de patrocínios. Quando reivindicávamos os direitos dos estudantes, ouvíamos que o

recurso que vinha para “custear” o estudante da Epjai mal dava para as despesas básicas. Sendo estes sujeitos vistos como um “fardo pesado”.

Assim, mesmo movendo, muitas vezes, esforços para garantir, nas condições que tínhamos, um universo escolar mais atrativo e aconchegante para os estudantes, o número de abandono escolar na modalidade ainda era alto, anualmente, como mostram os dados analisados. Sobre as reuniões pedagógicas semanais, que eram momentos de estudo do currículo e de práticas de avaliação, dentre outros, em nenhuma delas era abordada, sequer uma única vez, questões, dentro destes campos, relativas à Epjai. Nós, educadores da modalidade, participávamos destes encontros porque éramos obrigados, sob a ameaça de termos o dia de trabalho “cortado”. O nosso planejamento e estudo para conduzir a nossa prática pedagógica, no entanto, era em outro momento, no nosso tempo extra-escolar, que deveria ser destinado a outras atividades. A total falta de importância para com a Epjai era atenuada pela solidariedade voluntária de alguns educadores que se ajudavam e juntos ajudavam os estudantes da modalidade. Tal invisibilização da Epjai é evidenciada, historicamente, no Brasil. Neste contexto, Di Pierro (2021, p. 17) ratifica:

Darcy Ribeiro (que concorria ao Senado) beijou a careca de Paulo Freire e pronunciou a tristemente famosa (e a meu juízo equivocada) frase ‘-Deixem os velinhos morrerem em paz’, em referência a sua posição favorável à priorização do ensino das crianças como estratégia de enfrentamento ao analfabetismo.

Diante do exposto, compreendo (mas não aceito), hoje, o porquê, estar professor da Epjai da Rede Municipal de Ensino de Malhada de Pedras era visto pela maioria dos docentes como um castigo, uma perseguição. Alguns professores até apelidaram, pejorativamente, a modalidade de “Aja coragem”, fazendo alusão que, para ser professor ou professora da Epjai precisava de muita coragem por ter que suportar todas as dificuldades que permeavam a modalidade em âmbito municipal.

REFERÊNCIAS

Alves, E. A; Gonçalves, M. C; Araújo, N. A. **Educação de Jovens e Adultos no Brasil: contradições entre políticas públicas e qualidade educacional.** Revista on line de Política e Gestão Educacional, Araraquara, v. 24, n. 3, p. 1524-1540, set./dez. 2020.

Arroyo, M. A Educação de Jovens e Adultos em tempo de exclusão. **Revista Alfabetização e Cidadania** – Rede de Apoio à Ação Educadora do Brasil, n. 11, abr. 2001.

Bardin, L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edições 70, [s/d], 226 p. [a edição francesa é de 1977].

Bispo, S. V. S.; De Faria, E. M. S.; Garcia, E. E. B. Políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos: entre o ideal e o real. **Revista Retratos da Escola**, [S. l.], v. 15, n. 32, p. 305–320, 2021. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1245>. Acesso em: 28 jan. 2024.

Brasil, **Lei Nº 102/2015** – Aprova o plano municipal de educação – PME do município Malhada de Pedras/BA, em consonância com a lei nº 13.005/2014 que trata do plano nacional de educação - PNE.

Brasil. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 maio 2024

Brasil. **Lei Nº 150/2021**. Dispõe sobre a Criação e Regulamentação de Programa de Incentivo à Educação de Jovens e Adultos do Município de Malhada de Pedras-BA.

Brasil. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 05 maio 2024.
Brasil. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer nº 11, de 10 de maio de 2000**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF: Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação, 2000. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PCB11_00.pdf?query=Escolas. Acesso em: 05 maio 2024.

Candau, Vera Maria Ferrão. **Pedagogias Decoloniais e Interculturalidade: Insurgências**. 1. ed. Rio de Janeiro: APOENA, 2020.

Di Pierro, M. C. **Memorial**. Universidade de São Paulo/ Faculdade de Educação. São Paulo, outubro de 2021. Disponível em: <https://mariaclaradipierro.com.br/wp-content/uploads/2021/12/MCDP-Memorial-2021.pdf>. Acesso em 17 de maio de 2024

Di Pierro, M. C. Um balanço da evolução recente da educação de jovens e adultos no Brasil. p. 17-30. *In: Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos*. Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2006

Freire, N. **Entrevista Contrapontos** - volume 7 - n. 3 - p. 671-687 - Itajaí, set/dez 2007. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/ctp/v07n03/v07n03a14.pdf>. Acesso: 20 maio de 2024

Freire, P. **Extensão ou comunicação?** 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

Freire, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996, p. 31.

Freire, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Edição. São Paulo: Paz e Terra, 1992 (versão digital).

Freire, P. **Pedagogia do oprimido** [recurso eletrônico] 1. ed. - Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2013 (versão digital).

Gadotti, M. Educação popular e educação ao longo da vida. *In*: NACIF, Paulo Gabriel Soledade; QUEIROZ, Arlindo Cavalcanti de; GOMES, Lêda Maria; ROCHA, Rosimere Gomes. (org.). **Coletânea de textos CONFINTEA Brasil+6: tema central e oficinas temáticas**. Brasília: MEC, 2016. p. 50-69.

Godoy, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995. Disponível em: scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?format=pdf&lang=pt Acesso em 12 de maio de 2024

Haddad, S.; Di Pierro, M. C. Escolarização de Jovens e Adultos. **Revista Brasileira de Educação**. ANPEd, São Paulo, n. 14, mai-ago, p. 108-130, 2000.

IBGE. Censo 2022: Taxa de analfabetismo cai de 9,6% para 7,0% em 12 anos, mas desigualdades persistem | Agência de Notícias. **Agência IBGE**. Publicado em 07/05/2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/40098-censo-2022-taxa-de-analfabetismo-cai-de-9-6-para-7-0-em-12-anos-mas-desigualdades-persistem>. Acesso em 12 maio 2024.

Ireland, D. T. Sessenta anos de CONFINTEAs: uma retrospectiva. *In*: Ireland, D. T.; Spezia, C. H. **Educação de adultos em retrospectiva: 60 anos de CONFINTEA**. Brasília: UNESCO, MEC, 2013.

Malhada de Pedras. **Lei nº 307, de 17 de junho 2015**. Dispõe acerca do Plano Municipal de Educação – PME, do Município Malhada, e dá outras providências. Malhada de Pedras: Câmara Municipal, 2015. Disponível em: <https://www.procedebahia.com.br/ba/malhada/diarios&edicao=1951>. Acesso em: 10 maio 2024.

Minayo, M. C. de S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

Novais, T. S. **Trajéorias e memórias da Educação de Pessoas Jovens e Adultas em tempos de pandemia da Covid-19: refletindo sobre situações-limites e inéditos viáveis**. Programa de Pós-graduação em Ensino. 129p. Orientação: Prof. Dr. José Jackson Reis dos Santos. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista-BA, 2023.

Pierro, M. C. Um balanço da evolução recente da educação de jovens e adultos no Brasil. *In*: UNESCO. **Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos**. 2ª ed. Brasília: UNESCO, 2008.

PMMP. Prefeitura Municipal de Malhada de Pedras. **Lei no 102, de 26 de junho de 2015**. Aprova o Plano Municipal de Educação - PME, e dá outras providências. Malhada de Pedras: Câmara Municipal/ PMMP, 2015.

Santos, Boaventura de Sousa. **A Gramática do tempo: para uma nova cultura política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

Silva, Danilo Pereira da; SANTOS, José Jackson Reis dos. **Relações étnico-raciais no contexto da Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas:** reflexões e proposições para a vida e para a escola. Curitiba: CRV, 2024.

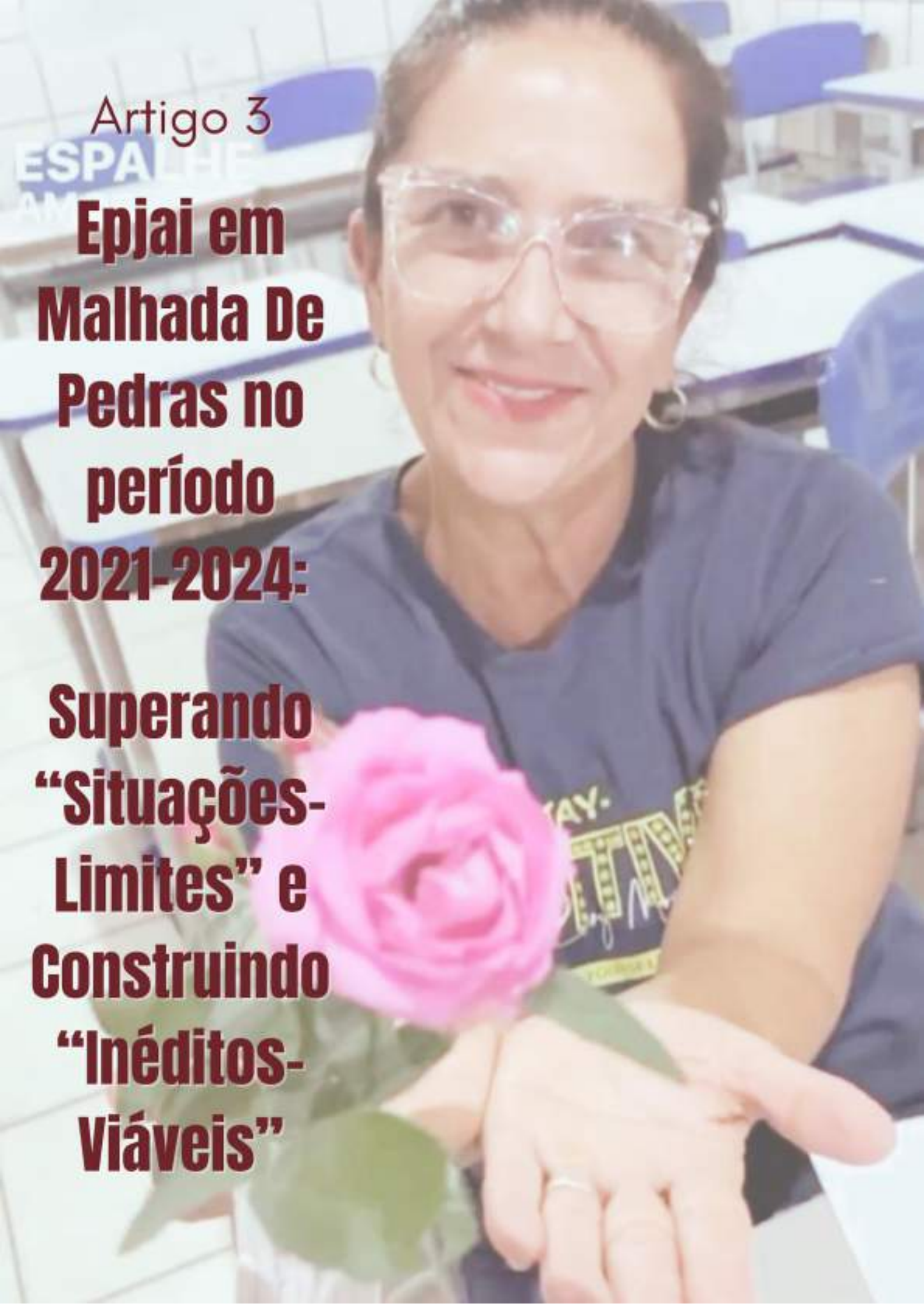
Unesco. **Confinteia VI** – Sexta Conferência Internacional de educação de adultos - Marco de Ação de Belém. Brasília, 2010.

Unesco. **Quarto Relatório Global sobre Aprendizagem e Educação de Adultos.** Brasília: UNESCO, 2020.

Artigo 3

**Epjai em
Malhada De
Pedras no
período
2021-2024:**

**Superando
“Situações-
Limites” e
Construindo
“Inéditos-
Viáveis”**



ARTIGO 3

EPJAI EM MALHADA DE PEDRAS NO PERÍODO 2021-2024: SUPERANDO “SITUAÇÕES-LIMITES” E CONSTRUINDO “INÉDITOS-VIÁVEIS”

1 PALAVRAS INICIAIS

Conhecer, na dimensão humana, [...] não é o ato através do qual um sujeito, transformado em objeto, recebe, dócil e passivamente, os conteúdos que outro lhe dá ou impõe. [...] O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o ‘como’ de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato.[...] Conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito, e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer (Freire, 1992, p. 27).

Referenciados no pensamento de Freire (1992), como levantado nos documentos analisados, a preocupação com o processo de escolarização na Epjai, compreendendo-o como ferramenta essencial para os sujeitos alcançarem a autonomia e a participação social crítica e consciente, esteve presente desde o início da Gestão 2021-2024 da Secretaria Municipal de Educação de Malhada de Pedras-Bahia.

No âmbito das políticas públicas, compreendemos aquelas voltadas ao acesso e permanência na Epjai, que visem combater as desigualdades sociais, o racismo institucional e estrutural, de maneira que o sujeito passe do “Ser menos” para o “Ser Mais”, como articuladoras de um movimento de conscientização, que venham a contribuir para que os sujeitos reconheçam e lutem pelos seus direitos, superando as “situações-limites”, compreendendo que “A consciência do mundo engendra a consciência de mim e dos outros no mundo e com o mundo” (Freire, 2000, p. 41).

Identificar que as ausências no âmbito da Epjai são sistematicamente produzidas implica reconhecer que elas não são fruto de uma falha acidental do sistema, mas de um projeto intencional de exclusão e marginalização enraizado em um sistema educacional que historicamente priorizou o acesso e a qualidade da educação para certos grupos sociais, em detrimento de outros, perpetuando, assim, as desigualdades e as injustiças sociais. A produção sistemática dessas ausências pode ser entendida como uma forma de manter o *status quo*, no qual as vozes e os saberes dos sujeitos da Epjai são silenciados ou ignorados, para que não ameacem as estruturas de poder existentes. Ao mesmo tempo, essas ausências são justificadas por narrativas que naturalizam a exclusão e a desigualdade, apresentando-as como inevitáveis

ou mesmo necessárias para o bom funcionamento do sistema. Nesta perspectiva, a incorporação de epistemologias decoloniais e práticas pedagógicas interculturais críticas emergem como um caminho poderoso para transformar as estruturas de poder e promover uma justiça social que valorize e respeite a diversidade de saberes e experiências, contribuindo para a superação das profundas desigualdades que ainda marcam a sociedade brasileira (Candau, 2020).

Na contramão da realidade educacional da Epjai de Malhada de Pedras, até o ano de 2020, de acordo com os dados desta pesquisa, evidenciamos a partir de 2021, “inéditos viáveis”, amparados numa pedagogia decolonial, marcados pelo pensamento de Paulo Freire e reconstruídos pela gestão municipal, professores, estudantes e demais pessoas engajadas com a consolidação de uma nova realidade para a modalidade no âmbito do município. Novas ações, práticas pedagógicas e políticas educacionais foram construídas e implementadas visando garantir o direito à educação dos estudantes da Epjai, buscando, entre outras razões, garantir o acesso e permanência com vistas à promoção de práticas escolares inovadoras e inclusivas.

Nesta perspectiva, Mota Neto (2015) afirma que, embora Freire nunca tenha utilizado o termo “decolonial”, esse conceito está implícito em sua atuação político-pedagógica, dado seu papel como educador do Terceiro Mundo, que fala a partir da perspectiva dos oprimidos no sistema-mundo. Essa posição o conduz, ao longo de toda a sua obra, a denunciar tanto o colonialismo quanto a colonialidade, e a desenvolver, por meio de experiências, uma proposta político-pedagógica descolonizadora.

Em diálogo com representantes da Secretaria Municipal de Educação (SME), obtivemos informações sobre a realidade atual da Epjai no município. No início do ano de 2021, a equipe de gestão dirigente da Secretaria Municipal de Educação de Malhada de Pedras, elaborou, conjuntamente, e enviou à Câmara de Vereadores, o Projeto de Lei que dispunha sobre Política Pública de Incentivo à Educação de pessoas Jovens, Adultas e Idosas nesse município, o (MPEJA), o qual foi aprovado pelo legislativo e sancionado pelo executivo, que é a Lei municipal Nº 150/2021. Assim, a educação no âmbito da Epjai, na referida cidade, vem ganhando maior atenção e, conseqüentemente, tem-se observado resultados satisfatórios no que concerne ao aumento de matrículas nessa modalidade e à motivação dos estudantes e engajamento deles nas aulas. Vejamos o parágrafo 5º do Artigo 2º da Lei Nº 150/2021:

§ 5º. A Secretaria Municipal de Educação implantará um conjunto de ações que visem contínuo diagnóstico da EJA, com análises, intervenções e adaptações pedagógicas e didáticas, objetivando a aprendizagem e formação dos alunos com atratividade necessária à permanência na escola. (Malhada de Pedras, 2021).

Analisando a legislação, os relatórios pedagógicos e demais documentos constantes no *corpus* desta pesquisa, inferimos que foram concretizadas ações na perspectiva do cumprimento da preconização legal, diferentemente do que evidenciamos neste estudo, em âmbito nacional, a incoerência entre a retórica e as ações. Percebemos aqui, nesta perspectiva, uma superação de “situações-limites”, cujas ações estão articuladas com o pensamento de Paulo Freire e a decolonialidade. Vale salientar que, por se tratar de um estudo envolvendo seres humanos, esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética, seguindo, assim, todos os protocolos exigidos, em especial o termo de consentimento dos envolvidos para a construção das informações e uso de imagens e depoimentos.

Inéditos-viáveis: busca ativa

Antes do início do ano letivo, em 2021, foi desenvolvida uma estratégia de matrícula para a Epjai no município, chamada nos documentos municipais de “Busca Ativa”, da qual participaram vereadores, representantes de entidades religiosas, prefeito, membros de associações, professores, secretária de educação e outros, informações estas constantes nos relatórios analisados. As equipes de matrícula visitaram quase todas as residências da municipalidade, com o intuito de fazer um levantamento dos sujeitos da Epjai. No mês de março de 2021, a secretária de Educação foi à Rádio Comunitária para, no Programa Estação Mix, apresentar e defender o MPEJA. Participou, ainda, de reuniões em associações rurais e em bairros da cidade com essa mesma finalidade. Desse modo, superaram a meta de matrícula projetada para aquele primeiro ano, logo, conseguiram matricular 700 estudantes na Epjai, em 2021; em 2022, 604; 2023, 246 e em 2024, 382 novas matrículas foram também realizadas nesta modalidade. As ações citadas compreendem algumas das estratégias de ingresso que fazem parte da política pública MPEJA, representadas nas imagens 1, 2, 3 e 4 a seguir.

Salientamos que as legendas sobre as fotos são de autoria da Secretaria Municipal de Educação (SME). Os arquivos foram recebidos com tais legendas.

Imagem 1



Fonte: SME, 2024.

Imagem 2



Fonte: SME, 2024.

Imagem 3



Fonte: SME, 2024.

Imagem 4



Fonte: SME, 2024.

A imagem 1 corresponde ao card divulgado nos meios de comunicação da prefeitura, da SME e grupos de *WhatsApp*, convidando a população para acompanhar a entrevista concedida pela secretária de educação à rádio local, onde estaria tirando as dúvidas sobre o MPEJA, incentivando as matrículas. Na imagem 2, vemos, em frente ao imóvel da SME, várias pessoas, dentre elas, professores, gestores escolares, vereadores e assessores; todas estas pessoas engajadas na campanha de matrícula. Este foi o “Dia D”, destinado à mobilização pelas ruas da cidade com carro de som e carreata, divulgando para a população a novidade MPEJA. A imagem 3 apresenta a carreata pelas ruas da cidade e a imagem 4 mostra um “grupo de matrículas”, grupo de pessoas, do qual faziam parte um diretor escolar, um professor, uma servidora de apoio e um presidente de associação. Este grupo de matrícula estava em campo, fazendo as visitas de casa em casa divulgando o MPEJA.

Em cada grupo de matrículas havia uma pessoa engajada com a comunidade ou bairro em que se faziam as matrículas, como no caso da imagem 4, que estava junto o presidente da associação de produtores rurais daquela comunidade. Tal iniciativa, segundo o diário de pesquisa, da autora desta dissertação, visava uma maior proximidade do grupo com os estudantes, uma vez que, quando estes observassem alguém do seu convívio engajado e divulgando a política pública, a confiabilidade dos possíveis estudantes aumentaria.

Visando garantir a permanência dos estudantes e não somente o ingresso, uma série de ações de incentivo, concebidas, nesta investigação, como “inéditos viáveis” (Freire, 1992), foram implementadas, sendo elas: Busca Ativa; Bolsa permanência; Redução de jornada diária de trabalho para funcionários públicos municipais; Práticas curriculares inovadoras e diversificadas; Sala de acolhimento para os filhos das mães MPEJA; Plantões pedagógicos; Protagonismo dos estudantes MPEJA em projetos pedagógicos; Construindo prédios e edificando sonhos.

Inéditos-viáveis: bolsa permanência

O auxílio financeiro é uma política pública voltada à concessão do valor de R\$200,00 por unidade letiva a todos os estudantes matriculados, indiscriminadamente, desde que cumpridos os requisitos da Lei municipal, Nº 150/1021, que institui o MPEJA, visando, assim, contribuir para a permanência estudantil. As condicionalidades, de acordo com a mencionada legislação, para o recebimento desta “bolsa”, como é chamado, são:

Art. 2º. Os alunos terão direito ao pagamento de incentivo financeiro desde que estejam matriculados em Turmas de Educação de Jovens e Adultos e preencham os seguintes requisitos:

- I. Tenham idade acima de 16 anos;
- II. Estejam matriculados na Rede Municipal de Ensino regular em Escolas com turmas de modalidade EJA da Educação Básica dos níveis Fundamental I e Fundamental II;
- III. Obtenham frequência de pelo menos 75% nas aulas;
- IV. Mantenham permanência na escola até a conclusão das unidades regulares de avaliação;
- V. Obtenham aprovação com média mínima adotada nas avaliações das escolas que ofertam o programa. (Malhada de Pedras, 2021)

Desde a implementação da política municipal MPEJA, 3. 223 (três mil, duzentos e vinte e três) estudantes já foram contemplados com este auxílio financeiro. Sobre a garantia das condições materiais para a permanência do estudante na Epjai, Machado (2021) ratifica a necessidade de “[...] uma política de assistência estudantil, que inclui medidas como a oferta de

alimentação e vale transporte e até o pagamento de bolsas. A gente precisa compreender quais são os fatores que dificultam a permanência desses jovens e adultos trabalhadores que vêm [para a escola] à noite, cansados, que têm dificuldade de se alimentar e de chegar até a escola”. Sendo estas, segundo Freire ([1969], 1992), “situações-limites” que, quando percebidas e denunciadas, trarão possibilidades de superação, por meio de “inéditos-viáveis”, cujas intenções sejam a humanização e a transformação para melhor das pessoas e do mundo.

Inédito viável: redução de jornada de trabalho de funcionários públicos municipais que são estudantes do MPEJA

Como incentivo ao ingresso e permanência na Epjai para os funcionários públicos municipais, a Lei Nº 150/ 2021, que institui o MPEJA, dispõe em seu Art. 3º, § 6º:

§ 6º. Os Servidores Públicos Municipais que se enquadrarem nesta Lei e matriculares terão direito ao incentivo financeiro, sem qualquer redução no salário e como incentivo para estudar terão direito à redução de duas horas diárias de trabalho para carga horária de 40 horas e uma hora de trabalho para os que tiverem 20 e 30 horas semanais.

Por meio deste dispositivo legal, em 2024, 15 (quinze) novas matrículas foram efetivadas na Epjai da rede municipal. Os estudantes beneficiados precisam apresentar relatório de frequência mensal para os chefes das secretarias administrativas a que estão vinculados. Analisando os mencionados relatórios, evidenciamos frequência, em média, de 84% (oitenta e quatro por cento) destes estudantes. A redução da carga-horária é autorizada mediante requerimento do estudante, protocolado na Secretaria Municipal de administração.

Inéditos viáveis: práticas curriculares inovadoras e diversificadas

Nesta perspectiva, o MPEJA tem buscado favorecer um movimento de emancipação das pessoas jovens, adultas e idosas, lutando para que esses sujeitos adentrem na própria cultura, de forma que se reconheçam, através da autorreflexão crítica e processos dialógicos, como sujeitos dotados de potencialidades, para que, assim, possam usufruir de condições dignas de vida porque “cotidianamente é negado a eles o lugar de sujeitos produtores de cultura e de agentes de construção do nosso mundo” (Moura; Ventura, 2018, p. 337). Observamos, deste modo, a construção de práticas pedagógicas decoloniais.

Desse modo, as ações pedagógicas e curriculares podem, intencional ou inadvertidamente, reproduzir conhecimentos eurocêntricos que perpetuam os “mitos da

modernidade e da democracia racial” e contribuem para a manutenção das relações coloniais de poder, ser e saber, conforme destaca Dussel (2000), para quem a modernidade europeia se constituiu a partir da negação e subjugação dos outros, estabelecendo uma narrativa universal que desvaloriza outras formas de conhecimento e existências. Os estudos decoloniais, desenvolvidos por teóricos(as) como Walter Mignolo (2003), Vera Candau (2020) e Catherine Walsh (2009), buscam rasurar essa lógica hegemônica, propondo a descolonização das estruturas de pensamento e prática que sustentam a opressão e a exclusão nas sociedades contemporâneas. Para Mignolo (2003), à luz do conceito de “epistemologias fronteiriças”, uma crítica contundente à colonialidade do saber, o conhecimento produzido nos centros de poder, muitas vezes identificado com a modernidade europeia, é apresentado como universal e inquestionável, ignorando ou desvalorizando os saberes produzidos nas margens, ou seja, fora dos circuitos de legitimação ocidentais. Essas epistemologias buscam valorizar os conhecimentos que emergem dos interstícios das fronteiras culturais e sociais, onde ocorrem interações e resistências entre as culturas coloniais e as colonizadas. Esses saberes fronteiriços desafiam a hegemonia dos conhecimentos eurocêntricos e propõem novas perspectivas e alternativas epistemológicas que refletem as realidades e experiências dos povos historicamente subalternizados. Com essas epistemologias, o autor se volta à descolonização do pensamento, pois elas possibilitam uma articulação de narrativas e conhecimentos que foram silenciados/marginalizados pela história colonial e metafísica, e à desconstrução das hierarquias de poder que sustentam a colonialidade e, ao mesmo tempo, à promoção de uma pluralidade/polifonia de saberes que enriqueça o entendimento global. Essa resistência mencionada, que busca afirmar um currículo de base cartesiana, foi evidenciada na política pública MPEJA, uma vez que as ações curriculares subjacentes da mesma incorporam efetivamente epistemologias e pedagogias que valorizam a diversidade cultural e os saberes locais. A escola pública, enquanto espaço plural e democrático, não pode se eximir de abordar questões cruciais que permeiam a sociedade, incluindo as relações de poder e dominação decorrentes da colonialidade.

Para Candau (2020), sob a perspectiva da interculturalidade, a pedagogia decolonial deve ir além da inclusão desprovida de análises críticas de conteúdos culturais diversos no currículo; deve, na verdade, transformar as relações pedagógicas e epistemológicas que sustentam a educação. Tendo isso em vista, propõe práticas pedagógicas interculturais críticas que reconhecem a diversidade cultural e promovem ativamente o diálogo e a construção de saberes. Não sendo, nesta perspectiva, a interculturalidade caracterizada como uma celebração

superficial da diversidade, mas um compromisso profundo com a equidade epistemológica e com a justiça social.

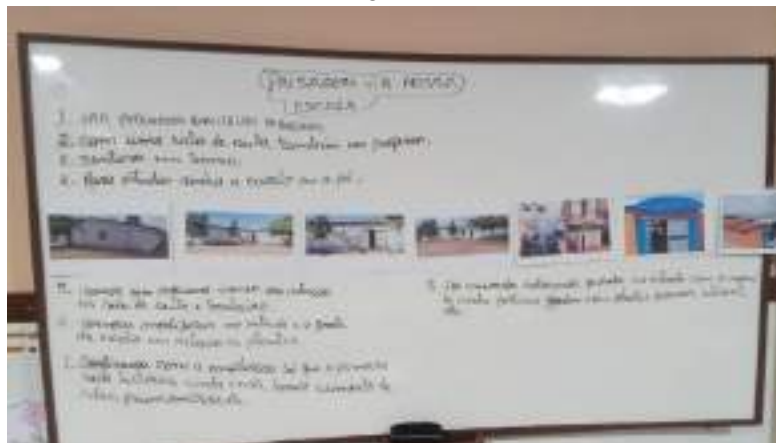
A filosofia cartesiana, ao universalizar o modelo de pensamento europeu como padrão de humanidade, desvaloriza e exclui outros modos de conhecimento e existências, que não se enquadram nessa moldura eurocêntrica (Maldonado-Torres, 2007). Esse processo de negação não é apenas teórico, mas tem consequências práticas e históricas.

Neste entendimento, visando construir um currículo que se aproximasse das vivências dos estudantes, cuja intencionalidade dialogasse com realidades políticas, culturais e sociais, respeitando, deste modo, os saberes construídos pelos sujeitos, entendendo que “[...] os adultos não escolarizados são portadores de saberes, que adquiriram ao longo do seu percurso de vida e lhes garantiram a inserção no contexto familiar, profissional e social.” (Cavaco, 2002, p.16). Para reforçar este entendimento, Santos (2011, p. 148) contribui:

[...] acreditamos que conhecer as trajetórias de vida, os processos de trabalho dos educandos e as suas atividades na comunidade são fundamentais para pensar as ações educativas, no sentido de ressignificar suas representações sobre escola, educação e o próprio processo de ensino- aprendizagem em sala de aula.

Nesta perspectiva, compreendendo a importância da articulação dos saberes de vida com os saberes escolares, o Conselho Municipal de Educação de Malhada de Pedras (CME) expediu a Resolução Nº 002 de 2023, que regulamenta a preconização da Lei municipal Nº 150/2021, que traz no parágrafo § 4º, do Artigo 2º, no tocante às práticas curriculares: “§ 4º- A Secretaria Municipal de Educação fará planejamento e execução pedagógica com ampliação máxima de projetos que aproximem a realidade social e de vida dos alunos à sala de aula, concentrando trabalho pedagógico à emancipação, aprendizagem, alfabetização e formação cidadã dos alunos EJA”.

Imagem 5



Fonte: SME, 2024.

Na imagem 5, vemos, dentro do componente curricular Geografia, uma exposição que retrata vários tipos de paisagens. O que chama a nossa atenção são as imagens apresentadas, as quais retratam as paisagens e suas modificações no decorrer da história, sendo elas da comunidade na qual vivem os estudantes. Santos (2011, p.148) afirma, ainda, a necessidade de “[...] articulação dos conhecimentos frutos das experiências de vida e de outros contextos dos educandos com as possibilidades de temáticas, conteúdos e conceitos a serem trabalhados na sala de aula.” O que observamos ter se materializado na Epjai em Malhada de Pedras.

Imagem 6



Fonte: SME, 2024.

Aula dos componentes curriculares Geografia, Agricultura e Ciências, desenvolvida na turma de MPEJA dos anos iniciais, cuja temática foi “Agricultura Familiar”, momento rico de discussões acerca de práticas de plantio e combate às pragas que afetam as lavouras” (Relatório Pedagógico MPEJA, 2024).

Imagem 7



Fonte: SME, 2024.

A imagem 7 apresenta uma aula desenvolvida na turma de MPEJA, Anos Iniciais, localizada na Fazenda Três Lagoas, turma que é anexo da José de Alencar, conforme relatório pedagógico.

“Nesta aula, trabalhamos o componente curricular Matemática e o conteúdo Adição. Entregamos para cada estudante uma nota (falsa) de R\$ 50,00 reais, uma quantia para que ele pudesse adentrar o mercado e fazer suas compras. A regra seria escolher os produtos desejados, sem ultrapassar o valor recebido. Foi uma atividade muito significativa, onde descobrimos que algumas estudantes não conseguiam fazer suas compras no mercado, ficando esta atividade sob responsabilidade dos seus familiares. Eles adoraram a aula e ao término disseram que nem parecia que tinha sido aula hoje”. (Relatório pedagógico, 2024, p. 07)

Comumente, os estudantes associam o ambiente escolar a algo chato e enfadonho, como retrata a fala do estudante, apresentada no relato da imagem 7. Diante de uma aula atrativa e significativa para o seu contexto social, aquele estudante não associou o momento com uma sala de aula, o que, provavelmente, deve decorrer de representações escolares frustrantes que ele tenha vivenciado anteriormente. Nesta perspectiva, pensar práticas curriculares a partir das experiências vivenciadas cotidianamente pelos estudantes está em coadunação com o que Freire (1992) vem chamar de relações democráticas e não hierarquizadas na escola.

Imagem 8



Fonte: SME, 2024.

Imagem 9



Fonte: SME, 2024.

Imagem 10



Fonte: SME, 2024.

Imagem 11



Fonte: SME, 2024.

Imagem 12



Fonte: SME, 2024.

As imagens 9, 10 e 11 retratam a sequência didática com o tema “Alimentação saudável”, desenvolvida na turma de Anos Finais do MPEJA, localizada na Fazenda Lagoa dos Patos, uma turma que é anexo da Escola Centro Educacional Rui Barbosa.

A aula foi introduzida com a leitura de palavras de alimentos cultivados nas lavouras dos próprios estudantes. Depois, levantamos a discussão sobre alimentação saudável e alimentos industrializados, refletindo sobre os benefícios e malefícios para a vida humana, discutindo ainda sobre quem

obtem os maiores lucros com a comercialização dos alimentos, se os agricultores ou os donos de indústrias. Em seguida, apresentei aos estudantes um modelo de pirâmide alimentar, momento de muitas descobertas. Alguns estudantes disseram que nunca tinham visto uma pirâmide alimentar. Os produtos que os estudantes levaram das suas produções foram pesados e juntos discutimos os valores recebidos pela comercialização destes produtos na feira local. A sequência pedagógica foi finalizada com um trabalho de grupos, cinco (5) ao todo, onde eles construíram em cartazes pirâmides alimentares e apresentaram para o restante da classe, desenvolvendo a oralidade (Relatório Pedagógico, 2024, p.9)

Vemos, no relato da sequência didática, constante nas imagens 9, 10 e 11, influências da pedagogia freiriana, a saber: a introdução das atividades por meio da discussão de palavras geradoras que fazem parte do contexto dos estudantes; problematização acerca dos que serão beneficiados com as produções, tecendo reflexões sobre quem mais produz e quem mais lucra; o protagonismo do estudante, por meio do qual os vemos se organizarem em grupos, construindo o seu trabalho e apresentando aos demais.

Nita Freire (2007, p. 677) contribui com o diálogo, quando afirma que as práticas de escolarização, na perspectiva de Paulo Freire, são para além da aquisição de leitura e escrita:

Paulo criou uma compreensão de educação, uma epistemologia, humanista e libertadora, dentro da qual ele percebeu que homens e mulheres que construíram a existência humana por milhares e milhares de anos, construíram no esforço cotidiano histórico - fazendo a história e a história os fazendo – e nesse fazer-se, nessa relação dialética se construindo com a criação da linguagem escrita e, portanto, isso é parte constituinte do ser humano, é uma parte ontológica do ser humano.

Seguindo, ainda, nesta direção, apresentamos as imagens 12 e 13, que retratam um trabalho de grupo sendo realizado cuja temática é “O Dia Internacional da Mulher”. Uma sequência de atividades que, conforme diário de pesquisa da autora da dissertação, constituiu-se em um momento importante de reflexões acerca dos vários papéis exercidos pelas mulheres na sociedade. O que chama a nossa atenção são as protagonistas do cartaz, as estudantes da turma, uma perspectiva que rompe com a ideologia eurocêntrica que envia as práticas escolares e datas celebrativas, forjando, assim, um trabalho que visa apenas os “grandes heróis”, que, por séculos, foram ensinados nas escolas.

Com Maldonado-Torres (2007), aprendemos que a filosofia cartesiana estabelece uma hierarquia ontológica que privilegia determinados sujeitos pensantes, simultaneamente negando a humanidade e a capacidade de pensar daqueles considerados “outros”. Afirmando, deste modo, a existência de uns tem como lado oculto a negação do direito à vida de outros. Isso significa que a filosofia cartesiana, ao universalizar o modelo de pensamento europeu como

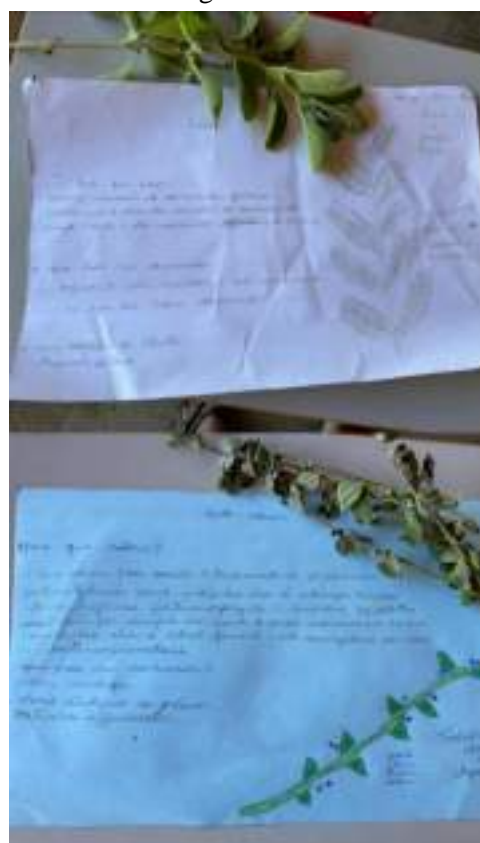
padrão de humanidade, desvaloriza e exclui outros modos de conhecimento e existência que não se enquadram na moldura eurocêntrica, e aqui cabe citarmos as mulheres, subalternizadas pelo sistema sociopolítico do patriarcado europeu. (Maldonado-Torres, 2007). O domínio patriarcal opera severos agravantes na vida das mulheres.

Imagem 13



Fonte: SME, 2024.

Imagem 14



Fonte: SME, 2024.

As imagens 13 e 14 apresentam um rico trabalho desenvolvido no âmbito dos componentes curriculares *Agricultura* e *Ciências*, acerca das plantas medicinais. Experiências pedagógicas que valorizam os saberes culturais dos estudantes, o que, do ponto de vista desta investigação, dialoga com a produção de Cavaco (2002), que defende a importância de respeitar os saberes construídos fora da escola e que os estudantes levam consigo para as salas de aulas, uma vez que estas pessoas conferem às suas vidas sentido “[...] articulando capacidades e referências provenientes de práticas sociais muito diversificadas, sendo de destacar as seguintes: as formas culturais de raiz tradicional, [...] as práticas socializadoras mais ou menos ritualizadas [...], resultantes das experiências acumuladas ao longo da vida.” (Cavaco, 2002, p. 23).

Outrossim, “Poucos na história da educação têm valorizado tanto ‘o saber de experiências feito’ elaborado pelos pobres e oprimidos quanto Paulo Freire. Introduziu a troca fecunda de saberes, do popular com o científico. Deixou claro que somente um ignorante pode considerar o povo ignorante” (Boff, 1992, s.p.). O que este autor vem nos dizer é que precisamos respeitar o outro na sua singularidade, aceitando a diversidade, porque, “[...] ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa.” (Freire, 1989, p. 16).

Imagem 15



Fonte: SME, 2024.

Imagem 16



Fonte: SME, 2024.

Imagem 17



Fonte: SME, 2024.

As imagens 15, 16 e 17 apresentam o conteúdo Adição de maneira lúdica, onde vemos que materiais concretos foram construídos para a realização desta vivência pedagógica. Mediante os materiais analisados, observamos uma aproximação do conteúdo com o contexto de convivência do estudante da Epjai, o que torna o currículo muito mais significativo. Conforme Novais (2022, p. 96), o “[...] currículo [...] é também documento que representa e (re)produz processos identitários.”

Imagem 18



Fonte: SME, 2024.

Imagem 19



Fonte: SME, 2024.



Fonte: SME, 2024.



Fonte: SME, 2024.

As imagens 18, 19, 20 e 21 vêm apresentar práticas didáticas desenvolvidas na Epjai, cujas intencionalidades são a aquisição da base alfabética, um trabalho que, mediante os arquivos do MPEJA, mostram a mobilização de diversificadas estratégias didáticas e gêneros textuais, como podemos observar, ainda, no relato apresentado a seguir:

As atividades ajudaram muito, principalmente as complementares, o que fez com que os alunos passassem a gostar mais das aulas, depois que começamos a trabalhar com temas do conhecimento deles, que eles conseguiam discutir e dar opiniões, onde eles refletiam e juntos compartilhamos conhecimentos. O

projeto de leitura que abordou diversos gêneros textuais como: cordel, música, histórias e cantigas, ajudou bastante no desenvolvimento deles, pois muitos demonstraram gosto pela leitura. O cordel foi muito abordado por eles, pois o cordel retrata suas histórias de vida, e as cantigas que relembram suas infâncias. Por isso é de grande importância ressaltar a importância que esse projeto tem tido em nosso município de Malhada de pedras, pois é uma bênção na vida deles, eles estão muito felizes em fazer parte desse projeto, muitos dizem que é um sonho que está sendo realizado em suas vidas, depois de muito tempo fora da sala de aula. Gratidão família MPEJA. (Relatório Pedagógico, 2023, p. 50).

O relato da professora vem reforçar que a política pública MPEJA tem oportunizado o acesso e a permanência de pessoas na Epjai do município, o que podemos, neste sentido, atribuir aos “inéditos viáveis” da mencionada política, analisados nesta pesquisa. Para reforçar este argumento, trazemos dois depoimentos de estudantes do MPEJA, que constam nos relatórios pedagógicos.

Professora só tenho a fazer elogios sobre o MPEJA que é incrível. Aprendi bastante durante o ano. No início do ano eu não conseguia nem ler pequenas palavras, hoje já estou conseguindo ler pequenas frases. Eu sempre quis estudar, mas nunca tive oportunidade, porque eu tinha q Fonte: SME, 2024.ue trabalhar. Com o MPEJA a história está sendo diferente. (Aluno: José Adriano Silva dos Santos- Epjai 1, 2023).

Para mim esta escola está sendo ótima, é uma distração, tiro muitas coisas ruins da cabeça quando estou aqui (Aluna: Lucineia Rosa de Oliveira.- Epjai III, 2023).

O MPEJA é incrível. Aqui onde a gente mora nunca teve isso, e agora estamos tendo essa oportunidade que tanto sonhávamos. Agradeço de coração a senhora, professora Mariana, por estar nos ensinando tão bem (Aluno José Aparecido – Epjai IV, 2023).

Inferimos, com base nos depoimentos dos estudantes, que houve, nestes casos, uma superação das “situações-limites” a estes estudantes impostas, as quais os limitavam a “sermenos”, em um mundo conduzido por forças opressoras. “Nas “situações-limites”, mais além das quais se acha o “inédito viável”, às vezes perceptível, às vezes não, se encontram razões de ser para ambas as posições: a esperançosa e a desesperançosa” (Freire, 1992, p.11).

Inéditos viáveis: Sala de acolhimento aos filhos das mães estudantes MPEJA

As mulheres mães, estudantes do MPEJA, depararam-se com a “situação-limite da falta de rede de apoio para ajudar nos cuidados com os seus filhos no momento em que estivessem na escola. Refletindo sobre tal situação, denunciaram para seus professores, reclamando o

direito de permanecerem na escola. Em diálogo com a Secretaria Municipal de Educação (SME), amparados pela contribuição da pesquisa de mestrado desenvolvida pela pesquisadora Séfora Barros da Silva (2023), conceberam o “inédito-viável”, intitulado “Sala de acolhimento às crianças”, que consiste em um espaço dentro da escola, no qual um monitor, designado pela SME, fica responsável por desenvolver atividades dinâmicas e cuidados com as crianças das mães estudantes que precisam levar seus filhos consigo para a escola. Vejamos os registros a seguir:

Imagem 20



Fonte: SME, 2024.

Imagem 21



Fonte: SME, 2024.

Muitas destas estudantes, provavelmente, nunca ouviram falar em Paulo Freire, no entanto, elas estão hoje vivendo experiências concretas de uma educação transformadora, o que lhes é de direito, coadunando, mesmo sem que saibam, com o pensamento desse educador, que vem dizer que não devemos ser “[...] esperançosos por pura teimosia, mas por imperativo existencial e histórico” (Freire, 1992, p. 10).

Refletimos, por meio desta ação, sobre tantas trajetórias de mulheres que, por serem mães, foram obrigadas a abandonar seus sonhos. Entretanto, fica nítida a resistência destas mulheres que, mesmo com todas as dores inerentes do ser mulher, não se curvam perante um sistema opressor, abraçando as oportunidades, como a da “Sala de acolhimento para os filhos das mães estudantes MPEJA”.

Imagem 22



Fonte: SME, 2024.

Imagem 23



Fonte: SME, 2024.

O que chama a nossa atenção na imagem 24 é a atenção com que a estudante observa o documentário sobre povos indígenas “Índios somos nós”. Segundo a professora da turma, a motivação para o trabalho com o documentário veio a partir da fala de uma estudante, quando disse:

Hoje em dia não existe mais índios!”. Foi uma aula que suscitou vários debates e descobertas. Os estudantes desta turma ainda tinham a visão folclórica e primitiva do indígena, como se eles ainda andassem nus, só vivessem em ocas e não fizessem nada do que fazem as sociedades não indígenas. Eles ficaram surpresos e impactados quando descobriram que os indígenas têm acesso à internet, que moram em casas, que fazem faculdade e ocupam vários trabalhos e espaços na sociedade. (Relatório Pedagógico, 2024, p.16)

A imagem da senhora concentrada, assistindo ao documentário, retrata esta “surpresa” dos estudantes ao perceberem que os indígenas hoje em dia não são como lhes eram apresentados quando estudantes. Daí a importância das práticas curriculares que tenham como premissa o respeito à diversidade, em uma abordagem contra hegemônica, o que carece de uma atuação docente engajada político e pedagogicamente, porque forças contrárias a uma educação que respeite a diversidade têm tentado, de muitas maneiras, tirar o professor de uma atuação crítica, na perspectiva da pluralidade, “[...] que nos empurra no sentido de afirmar que o diferente de nós é inferior. Partimos do princípio que a nossa forma de estar sendo não é apenas boa mas é melhor do que a dos outros, diferentes de nós. (Freire, 1997, p. 65).

Nesta perspectiva, analisamos a imagem 25, que chama a nossa atenção pelo enfoque, dentro do pensamento pedagógico decolonial, quando traz para o diálogo e discussão na Epjai um tema que de cara já chama a nossa atenção, a saber: “SANKOFA: Ancestralidade, Tradição, Cultura, História e Memória no MPEJA”. Um círculo de cultura que aconteceu na véspera do Dia da Consciência Negra, a advogada e especialista em religiões, Keite Oliveira (imagem 25) foi convidada para o círculo de cultura, abordando:

[...] dificuldades enfrentadas pelo povo negro, especialmente no contexto educacional e na luta contra o racismo epistemológico. Além disso, destacou grandes personalidades negras ao longo da história, incluindo escritores e cientistas, ressaltando suas contribuições significativas. (Relatório Pedagógico, 2023, p.26).

Em relação ao trabalho na Epjai, com base no enfoque de conhecimentos outrora marginalizados, influenciado pela pedagogia decolonial, que constitui do pensamento de fronteira que visa à emancipação dos grupos sociais subalternizados e oprimidos o que, para Oliveira (2016, p. 439), engendra-se em “expressar o colonialismo que construiu a desumanização dirigida aos subalternizados pela modernidade europeia e pensar na possibilidade de crítica teórica a geopolítica do conhecimento”. Desse modo, podemos dizer que, no pensamento de Freire (1992), encontramos uma série de contribuições que dialogam com a pedagogia decolonial, como afirmam Joaquim e Oliveira (2021, s./p.):

Tanto na pedagogia decolonial quanto no pensamento freiriano se identificam elementos comuns, como o reconhecimento do ato de educar como um ato político; o desenvolvimento de uma ética humana contrária às opressões; a crítica à neutralidade da ciência; a crítica à hierarquização do saber e o preconceito epistêmico; a perspectiva de humanização do homem por meio da ação consciente; a rebeldia como práxis política-pedagógica de existência; a invasão cultural como ação de silenciamento dos oprimidos; o papel do educador como agente de empoderamento e transformação social; e o papel do colonialismo no sistema de opressão.

Percebemos, neste sentido, uma naturalização orquestrada da dialética concreta entre o capitalismo, racismo, colonialismo e colonialidade, o que acaba gerando visões místicas e acríticas por parte dos sujeitos que compõem o campo educacional. Isso é o que pretende a conjuntura capitalista neoliberal e eles têm operado nesta direção, seja por meio do currículo ou das políticas. As críticas e problematizações tensionando a ordem neoliberal em detrimento da humanização e da conscientização crítica dos sujeitos precisa estar no cerne das práticas escolares institucionalizadas.

Neste contexto, observamos, nesta análise, fortes influências do pensamento decolonial, dialogando com a perspectiva humanista de Freire (1992), que vem tecer críticas ao sistema opressor e antidemocrático imposto por uma elite que coloca o seu saber em patamar de superioridade em detrimento de outros saberes. Desse modo, observamos que a Epjai de Malhada de Pedras tem buscado romper com as imposições da colonialidade, por meio de ações pedagógicas ancoradas na pedagogia freiriana e na pedagogia decolonial.

Inéditos viáveis: Plantões pedagógicos

Imagem 24



Fonte: SME, 2024.

Imagem 25



Fonte: SME, 2024.

Imagem 26



Fonte: SME, 2024.

Imagem 27



Fonte: SME, 2024

Segundo Freire (1996, p. 26), a “aprendizagem verdadeira” acontece quando os estudantes tornam-se “sujeitos reais da construção e reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito no processo”. Neste sentido, quando o estudante não consegue obter êxito no seu percurso escolar, há uma tendência de ele interromper seus percursos escolares. Para superar esta “situação-limite”, a política MPEJA propõe, visando à garantia da permanência estudantil, as ações dos “plantões pedagógicos”, que, de acordo ao relatório pedagógico do MPEJA, consiste em

Acompanhamento aos estudantes em suas residências, semanalmente. É um momento no qual o estudante tem atenção individualizada do monitor para si. Os monitores fazem uma espécie de diagnóstico de aprendizagem dos estudantes e desenvolvem os plantões com base nos conhecimentos em que eles precisam consolidar. Por exemplo, para os estudantes que ainda não estão alfabetizados, os plantões terão como base os conteúdos de alfabetização, se ele precisa consolidar conhecimentos matemáticos, o monitor trabalhará com foco nos conhecimentos matemáticos. (Relatório Pedagógico, 2023, p.43)

Vale salientar que, das análises, é possível inferir que as intervenções dos monitores nestes plantões não acontecem de maneira autoritária. Sendo assim, mesmo que este profissional identifique que o estudante precise consolidar um determinado conteúdo, este só será desenvolvido com o estudante mediante interações entre monitor e estudante, como observado no trecho a seguir, extraído do Relatório Pedagógico:

Os plantões individuais acontecem na casa dos alunos no horário vespertino, durante a semana e aos sábados [...] Os conteúdos trabalhados durante o ano letivo são propostos pelos professores juntamente com os monitores, durante os ACs, e com isso, os monitores e professores se reúnem nas quintas-feiras para o planejamento das atividades que serão trabalhadas durante os plantões. As atividades podem ser modificadas, a depender da demanda que for surgindo mediante interação do monitor e aluno. (Relatório Pedagógico 2, 2023, p. 5).

Sobre o monitor, o Decreto nº 046/2021, que regulamenta a Lei Municipal nº. 150/2021, que cria o MPEJA, traz:

10º. A Educação de Jovens e Adultos será executada com equipe formada por coordenador, monitores e alfabetizadores que deverão preencher os seguintes requisitos:
a) Formação completa em Pedagogia ou Licenciatura;
b) Estudantes de cursos de Pedagogia ou Licenciatura.

O MPEJA conta hoje com 53 monitores. Não há, no MPEJA, monitores que não tenham concluído ou não estejam cursando uma graduação, como preconizado em legislação municipal.

Estes profissionais acompanham os estudantes nas aulas coletivas em suas turmas semanalmente e, para além disso, fazem o acompanhamento individualizado aos estudantes, como mencionado anteriormente. Ademais, eles participam do planejamento coletivo semanal e das formações pedagógicas. Logo, ele faz um acompanhamento sistematizado aos estudantes, sempre em diálogo e planejamento coletivo com o docente da turma, o que cria um laço de afetividade, porque este profissional participa das vivências escolares junto aos estudantes. Segundo Relatórios Pedagógicos, há estudantes que se recusaram a estudar em um ano porque o seu monitor não seria o mesmo do ano anterior, tendo a secretaria de educação que intervir para solucionar a questão. O monitor do MPEJA recebe um salário mínimo mensal. As turmas de MPEJA funcionam com um professor licenciado, em alguns casos de turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental com dois professores. O professor do MPEJA recebe o piso nacional do magistério e um auxílio de vale transporte, quando for o caso de lecionarem em turmas no contexto do campo (também conhecido como zona rural).

Buscando uma conexão entre as ações dos “plantões pedagógicos”, intercaladas com a interação entre professores e monitores nas Atividades Complementares (AC) semanais, bem como nas formações continuadas no âmbito do MPEJA, que acontecem mensalmente, com carga-horária de 8h, sendo momentos nos quais um formador com experiência em Epjai desenvolve com monitores, professores e equipe pedagógica, dois momentos: o primeiro de estudos teóricos concentrados em abordagens teóricas que embasam a modalidade; e o segundo momento concentra-se no que é chamado de “oficina”, concentrada na elaboração, coletivamente, de estratégias pedagógicas, sequências didáticas e projetos para Epjai. Inferimos, neste contexto, que há uma nítida preocupação com a realidade dos estudantes, bem como com as relações interpessoais que se dão entre escola-estudante e estudante-professor e estudante-monitor, o que vem revelar que, os “plantões pedagógicos” não são pensados meramente como “reforço-escolar”, voltado às dificuldades dos estudantes, para além disso, eles são concebidos como momentos de vivências, de escutas e de encontros, marcados, dentre outros, pela afetividade, como caracteriza uma monitora:

Meus alunos dizem que não veem a hora de chegar o plantão. Eles me esperam com café, requeijão, bolo, as vezes chimango. Eles adoram conversar sobre a vida e compartilham diversas questões do dia- a- dia que estão passando, algumas vezes fazendo desabafos. E eu os aconselho, porque nesta vida tudo passa e a gente precisa olhar com positividade e seguir adiante. Eles falam que se sentem muito melhores depois dos plantões. (Relatório Pedagógico , 2024, p. 7).

Como podemos observar, mediante relato anterior, o acolhimento, a escuta e importância concebidos aos estudantes do MPEJA têm sido uma marca positiva desta política pública que coaduna com um comprometimento maior que o educador deve ter, que, segundo Freire (1974, p.11), é de constituir-se em “educador de vocação humanista que, ao inventar suas técnicas pedagógicas, redescobre através delas o processo histórico em que e por que se constitui a consciência humana.”

Inéditos viáveis: Protagonismo do MPEJA nos projetos pedagógicos

Imagem 28



Projeto Família
(Fonte: SME, 2024).

Imagem 29



Projeto Dia do Estudante
(Fonte: SME, 2024).

Imagem 30



Projeto Dia da Família
(Fonte: SME, 2024).

Imagem 31



Jogos estudantis – MPEJA
(Fonte: SME, 2024).

Imagem 32



Jogos estudantis – MPEJA
(Fonte: SME, 2024).

Imagem 33



Projeto Família na Escola José de Alencar
(Fonte: SME, 2024).

Imagem 34



Gincana estudantil no Projeto Dia do Estudante
(Fonte: SME, 2024).

Imagem 35



Projeto Saúde e MPEJA, cuja culminância aconteceu no Dia Mundial da Saúde
(Fonte: SME, 2024).

Imagem 36



Projeto de Leitura "Escrivências"
(Fonte: SME, 2024).

Imagem 37



Palestra: Saúde e MPEJA
(Fonte: SME, 2024).

Imagem 38



Palestra: Saúde e MPEJA
(Fonte: SME, 2024).

Imagem 39



Diálogo e escuta Ativa MPEJA
(Fonte: SME, 2024).

Imagem 40



Projeto: Como eu vejo a minha escola?
(Fonte: SME, 2024).

Imagem 41



Projeto Escuta Ativa MPEJA
(Fonte: SME, 2024).

Imagem 42



Intercâmbio de escolas Mpeja
(Fonte: SME, 2024).

Imagem 43



Palestra na semana do estudante com o o aluno egresso da Epjai, Ronaldo, que se tornou vereador e hoje é cantor, objetivando incentivar os estudantes acerca da superação das situações-limites.
(Fonte: SME, 2024).

Imagem 44



Palestra com membros do grupo Alcoólicos Anônimos (AA) da cidade de Brumado para a turma MPEJA da Escola João Rufino Neves na Fazenda Três Lagoas, em Malhada de Pedras, Bahia. (Fonte: SME, 2024).

Analisando a sequência das imagens de 30 a 46, que retratam atividades do MPEJA, dentro dos projetos didáticos do calendário letivo da rede, observamos que houve a superação da “situação-limite” denunciada anteriormente nesta pesquisa, ou seja, a invisibilização da Epjai de Malhada de Pedras em projetos pedagógicos da rede, o que confirma o que já discutimos nesta pesquisa, a marginalização histórica desta modalidade, que, segundo Freire (2000, p. 254):

Os alunos da EJA, ao vivenciarem, pelo viés da exclusão social, o agravamento das formas de segregação – cultural, espacial, étnica bem como, das desigualdades econômicas –, experimentam, a cada dia, o abalo de seu sentimento de pertencimento social, o bloqueio de perspectivas de futuro social.

Nesta perspectiva, inferimos, com base na análise, que os estudantes da Epjai de Malhada de Pedras, com o MPEJA, têm sido incluídos nas ações e projetos pedagógicos da Secretaria Municipal de Educação, o que tem elevado a motivação destes estudantes nas aulas e a autoafirmação dos mesmos, o que é para além do campo escolar, como podemos observar na imagem Nº 44, onde vemos um grupo de estudantes apresentando o “Terno de Reis”, apresentação cultural regional. Esta atividade chama a nossa atenção, pois ela transpõe as barreiras físicas do espaço escolar, uma vez que, vemos aí um intercâmbio cultural dentro do MPEJA, por meio do qual a turma da Epjai localizada na Fazenda Caatinga Grande, desloca-se para a Fazenda Três Lagoas para apresentar o “Terno de Reis” para a turma da Escola João Rufino Neves. Momento que, segundo professoras, monitores e estudantes, foi de muita diversão, conforme consta em diário de pesquisa da autora desta dissertação. “A diversão já

começou na viagem de ônibus, onde fomos contando “causos” e piadas, cantando e nos divertindo e tudo terminou com um lanche delicioso compartilhado, cada um levou algo para dividir. Foi uma aula maravilhosa.” (Relatório Pedagógico, 2024, p.19).

Como podemos perceber, esta atividade curricular proporcionou integração, lazer, elevação da autoestima, dentre outros, o que contribui para a permanência escolar na modalidade.

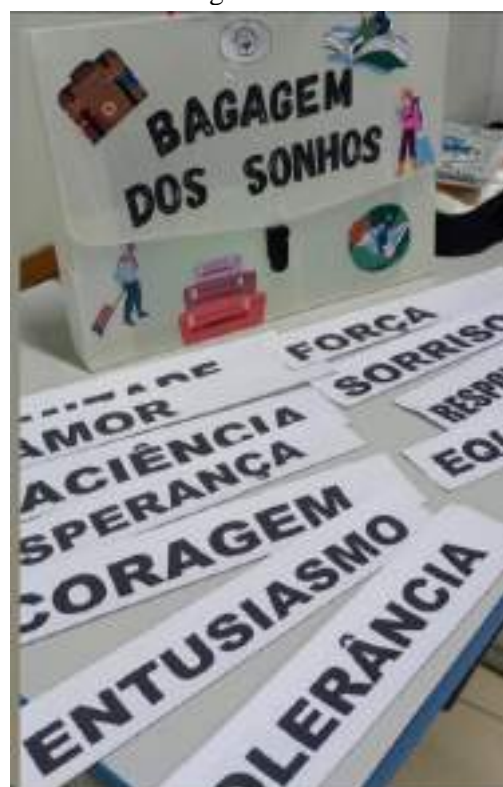
Inédito viável: projeto de leitura e escrita “Escrevivências”

Imagem 45



Professores e monitores entusiasmados confeccionando maletas de leitura para os estudantes MPEJA (Fonte: SME, 2024).

Imagem 46



Maleta de leitura do Projeto de Leitura Escrevivências (Fonte: SME, 2024).

Imagem 47



Cartas de estudantes MPEJA denunciando “situações-limites” na Culminância do Projeto de Leitura
(Fonte: SME, 2024).

Imagem 48



Culminância do Projeto de Leitura
(Fonte: SME, 2024).

Imagem 49



Produções com base no gênero textual “Canções”
(Fonte: SME, 2024).

Imagem 50



Apresentação de paródia
(Fonte: SME, 2024).

Imagem 51



Produções textuais e Mini-gincana
(Fonte: SME, 2024).

Imagem 52

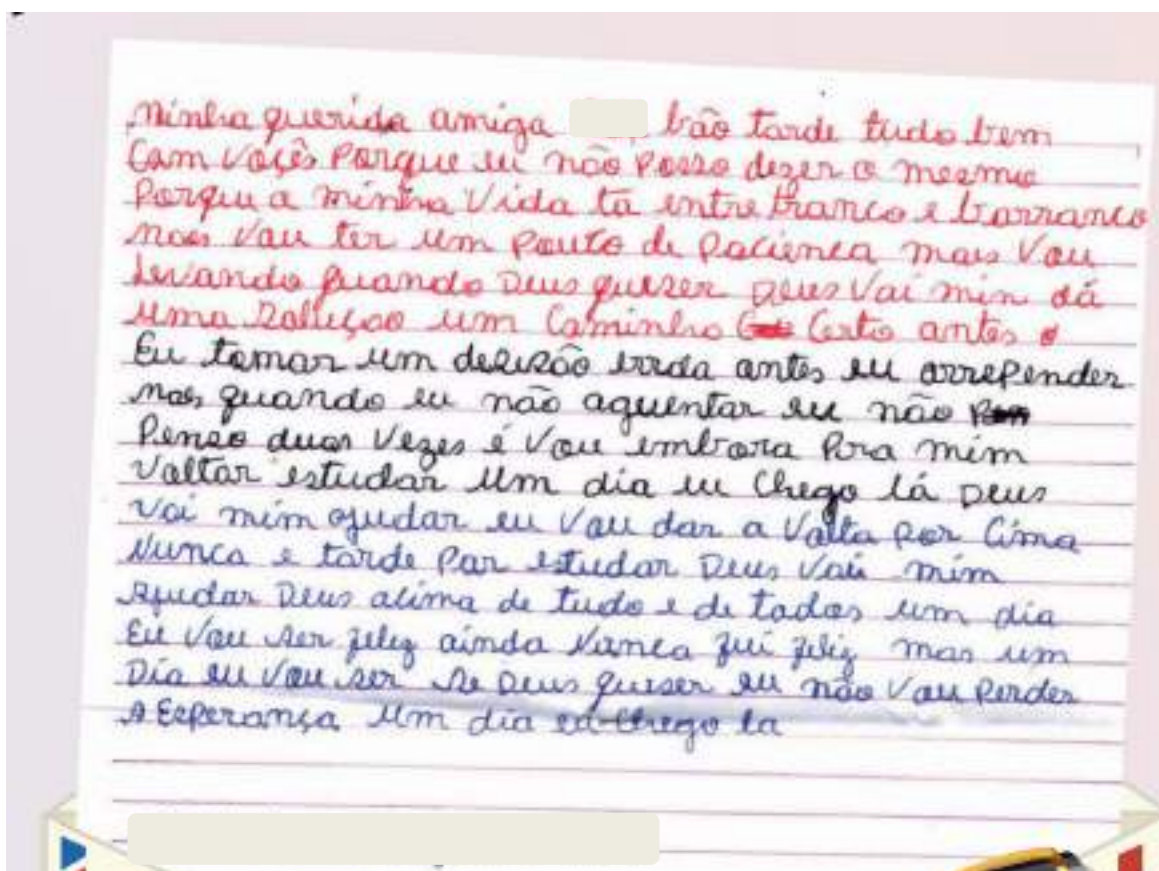


Projeto de leitura “Escrevivências”
(Fonte: SME, 2024).

O projeto “Escrevivências” insere-se no contexto da Epjai, na perspectiva da emancipação das pessoas que compõem esta modalidade. Um trabalho que, conforme relatórios pedagógicos, tem como basilar as categorias emancipação, cultura e processos dialógicos, que são centrais do pensamento de Paulo Freire. O projeto, de acordo com a esta análise, propicia experiências reais de leitura e escrita, viabilizadas por uma política de valorização cultural que favorece a formação de leitores críticos e escritores questionadores da sociedade em que vivem. Além disso, busca ir contra a cultura escolar e social do conformismo, no sentido de que esta tenta apagar preconceitos, discriminação e cerceamento da palavra e da liberdade.

O projeto em questão foi idealizado a partir do conceito “escrevivência”, da escritora Conceição Evaristo (2016). Sendo assim, a partir de contos desta escritora e de outras leituras, os estudantes foram encorajados a escreverem cartas autobiográficas, ação esta precedida por círculos de cultura que tinham a finalidade de refletir e debater sobre questões da vida cotidiana.

Texto 01



(Fonte: SME, 2024).

Nesta escrita, a estudante caracteriza a sua vida como “entre tranco e barranco”, em decorrência da proibição feita pelo seu esposo, no sentido de que a estudante, forçadamente, abandone, mais uma vez, a escola. Vemos aí uma “denúncia” feita por meio da escrita. Observamos, ainda, processos de resistência e resiliência, constituídos por reflexões profundas sobre a condição opressora imposta a ela pelo cônjuge.

Outra constatação, a partir da conscientização das “situações-limites” que vivenciava, é a de que esta estudante busca a (trans)formação, concebendo a escola e a educação como meios pelos quais conseguirá subverter lógicas de opressão, assumindo-se criticamente na condição de autora da própria vida.

Texto 02

Fazenda Lagoa da Lapa
 Aluna: [REDACTED]

Se você tivesse a oportunidade
 com seu eu do passado o que
 você diria para você mesmo?

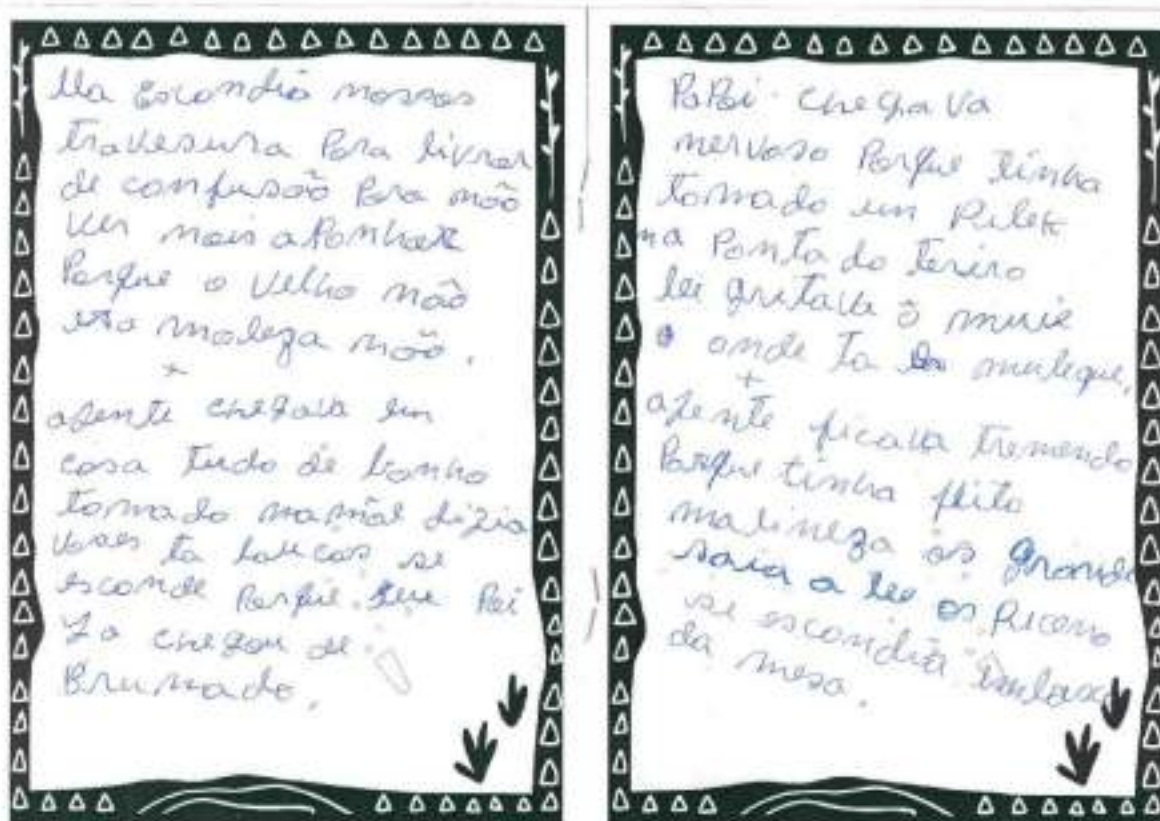
A minha vida foi muito
 sofrida eu comecei a trabalhar
 muito cedo na roça porque
 não tinha condições de estudar
 porque não tinha carro para
 a gente ir a escola aí eu
 comecei a trabalhar com 17 anos
 com 20 anos eu me
 casei aí eu fui uma
 luta trabalhar e criar meus
 3 filhos hoje eles estão tudo criado
 eu sinto muito porque
 hoje eles estão criando mais
 as coisas estão muito
 difíceis mais eu quero que
 eles tenham um bom futuro

(Fonte: SME, 2024).

Analisando os relatos dos estudantes, quase unanimemente afirmaram ser “a vida muito difícil”, devido à necessidade de trabalhar desde criança e a agricultura ser pouco favorável, sendo ela, ao mesmo tempo, a única fonte de renda. Os estudantes estavam imersos nesse ambiente de trabalho desde a infância, como mostram trechos dos textos escritos. Texto 04: “Quando eu era criança, vivia a trabalhar, por isso não tinha infância, nem muito para estudar”. Texto 03: “Papai chegava nervoso porque tinha tomado uns pileques, na porta do terreiro ele gritava: Ôh, mulher, onde estão os moleques?!” Vemos nestas narrativas, uma linha de subversão e de negação de direitos que era naturalizada, vindo a marcar, profundamente, as trajetórias desses/as sujeitos/as. Assim, na maioria das vezes, não há uma separação entre eles e o contexto, ao que naturalizam as condições nas quais vivem, com falas da seguinte natureza: “a vida é assim mesmo”. Esses sujeitos, muitas vezes, acabam por negar seu próprio direito às políticas públicas de forma geral e aos seus direitos fundamentais definidos na Constituição Brasileira de 1988 (Brasil, 1988), justificando, por exemplo, tal condição com falas como “Deus

quis assim”, o que caracterizamos como uma imposição das forças sociais opressoras para que estes sujeitos continuem assim, sem “despertar” para as suas potencialidades enquanto indivíduos e enquanto povo, ganhando força para a libertação, chegando ao “Ser- Mais”.

Texto 03



(Fonte: SME, 2024)

Texto 04




(Fonte: SME, 2024).

Entretanto, concebemos como “inédito-viável” também esta ação do MPEJA, o projeto “Escrevivências”, o qual propiciou um despertar dos estudantes sobre suas construções e partilhas de um ethos de si, que, muitas vezes, foi forçado a aceitar sem questionar a sua condição de vida como natural e obra do divino. A negação do direito à educação, quando ainda eram crianças ou adolescentes, o que, em certo sentido, podemos chamar de conformidade com as situações cotidianas. Nessas diferentes vivências propiciadas pelo projeto de leitura, dentre outras ações da política pública em estudo, o “Ser Menos” estava presente, entretanto, identificamos diversos indícios e um desejo permanente de “mudar de vida” de “Ser feliz”, enfim, de “Ser Mais” (Freire, 1992).

Em diálogo com o gênero textual “cartas”, trabalhamos também com a literatura de cordel, e com o gênero ‘canções’ por ser um tipo de literatura rica e significativa nos processos identitários do povo brasileiro. Foi um sucesso. (Relatório Pedagógico, 2023, p. 34).

As investigações mostram que a escolha dos gênero literário “Cordel” e “Canções” foi uma decisão acertada, pois não apenas preservam tradições valiosas, mas também são tipologias textuais que continuam a cativar jovens, adultos e idosos. Além disso, as rimas presentes nos versos e a musicalidade constituem-se em atrativos, tornando a leitura desses versos uma experiência memorável, como podemos observar com base no material apresentado a seguir.

Texto 05	Texto 06
 <p>FUI ATRÁS DA FELICIDADE ... ACABEI NO MPEJA!</p> <p>GÊNERO TEXTUAL: MÚSICA. PARÓDIAS</p> <p>Professora Telma e alunos</p>	<p>MENINO DA PORTEIRA (SERGIO REIS)</p> <p>TODA VEZ QUE EU VIAJAVA PELAS ESTRADAS DO SERTÃO, DE LONGE EU JÁ SENTIA BATER FORTE O CORAÇÃO. MAMÃE CORRIA ABRIA A PORTEIRA E JÁ IA ME FALANDO: - QUE SAUDADE MEU FILHO JÁ ESTAVA TE ESPERANDO.</p> <p>RECEBI AQUELE ABRAÇO TÃO FELIZ EU FIQUEI, POIS COM A MINHA MAMÃEZINHA FINALMENTE ME ENCONTREI. OBRIGADO MEU DEUS POR DE VOLTA EU ESTAR, NO MEU SERTÃO QUERIDO É QUE EU QUERO FICAR.</p> <p>NO CAMINHO DESTA VIDA MUITO ESPINHO ENCONTREI PRA DIZER MESMO A VERDADE ATÉ FOME EU PASSEL. QUERO DIZER PRA MEUS AMIGOS QUE LÁ FORA É DIFÍCIL, MAS LARGAR O MEU SERTÃO, NUNCA MAIS EU FAÇO ISSO.</p> <p>ALUNOS: Joaquim, Jozina, Santina e Roseli.</p>

Texto 07	Texto 08
<p style="text-align: center;">FUSCÃO PRETO (TRIO PARADA DURA)</p> <p>ME DISSERAM QUE ELA VEIO PRA ENSINAR O MPEJA E A NÓS ESTUDAR, O PORTUGUÊS É MAIS FÁCIL DE APRENDER E A MATEMÁTICA DIFÍCIL DE COMPREENDER.</p> <p style="text-align: center;">PROFESSORA!!! VOCÊ É INTELIGENTE, VEIO PRA AJUDAR A GENTE, TÁ DIFÍCIL DE APRENDER, ÊÊÊÊÊÊ...</p> <p style="text-align: center;">PROFESSORA!!! O MEU DIA TÁ CORRIDO, NEM TODO DIA CONSIGO A ESCOLA COMPARECER.</p> <p>ALUNAS: Rosineide, Elizabete, Edna, Maria de Souza e Carmelúcia</p>	<p style="text-align: center;">FOLHA SECA (AMADO BATISTA)</p> <p>FAZIA UM DIA BONITO QUANDO VEIO ME FALAR, PERGUNTOU SE EU QUERIA ME MATRICULA, ERA O QUE EU SONHAVA EM VOLTAR A ESTUDAR, HOJE ME SINTO FELIZ EM PODER REALIZAR.</p> <p style="text-align: center;">E GRANDE ALEGRIA ELA NOS CONTOU: - VOU TENTAR LHES AJUDAR COM MUITO AMOR, FAÇO O QUE FOR PRECISO PARA LHES ENSINAR, VOU ME SENTIR REALIZADA EM PODER AJUDAR.</p> <p style="text-align: center;">DE SEGUNDA A QUINTA FEIRA ESTAMOS AQUI, TUDO É MUITO BOM NÃO VAMOS DESISTIR, PRA DIZER MESMO A VERDADE QUEREMOS LHES FALAR, A ESCOLA DO MPEJA TEM QUE CONTINUAR.</p> <p>FAZIA UM DIA BONITO QUANDO AQUI CHEGUEI, PRA REALIZAR UM SONHO QUE TANTO SONHEI, VAI SER UM DIA TÃO TRISTE QUANDO TERMINAR, POIS NÃO SABEMOS SE AINDA VAI RETORNAR.</p> <p>ALUNAS: Marcelina, Carmelita, Creuza, Silene e Maria Nilva.</p>

(Fonte: SME, 2024).

Os estudantes, por meio desta produção textual anteriormente apresentada, denunciam vivências dolorosas, retratando trajetórias de lutas, desafios, injustiças, desigualdades e opressão. Logo, compreendemos as ações aqui analisadas como construtoras de percursos para o processo contínuo de leitura do mundo e emancipação humana. Segundo Freire (2000), essa emancipação se concretiza à medida que as injustiças sociais são denunciadas, uma vez que "[...] o ser humano é, naturalmente, um ser da intervenção no mundo à razão de que faz a História. Nela, por isso mesmo, deve deixar suas marcas de sujeito e não pegadas de puro objeto" (Freire, 2000, p. 119).

NO CAMINHO DESTA VIDA
MUITO ESPINHO ENCONTREI
PRA DIZER MESMO A VERDADE
ATÉ FOME EU PASSEI.
QUERO DIZER PRA MEUS AMIGOS/
QUE LÁ FORA É DIFÍCIL
MAS LARGAR O MEU SERTÃO
NUNCA MAIS EU FAÇO ISSO
(Autores: Joaquim, Jozina, Santina e Roseli –
Texto 06)

Estas riquíssimas produções, para além das denúncias feitas de “situações-limites”, ecoam a história do MPEJA, política pública cujas ações têm representado para centenas de

estudantes malhadapedrenses, esperança e dignidade. O trecho a seguir, extraído do texto 08 anuncia:

FAZIA UM DIA BONITO
QUANDO VEIO ME FALAR
PERGUNTOU SE EU QUERIA ME
MATRICULAR
ERA O QUE EU SONHAVA
EM VOLTAR A ESTUDAR
HOJE ME SINTO FELIZ EM PODER REALIZAR
(Autores: Rosineide, Elizabete, Edna, Maria de Souza e Carmelúcia).

O MPEJA, como relatam os estudantes no texto 08, era sonho e hoje é realidade. Ratificamos, desde modo, a importância de vivências pedagógicas que vislumbrem não somente o desenvolvimento acadêmico, mas também o despertar de sujeitos conscientes, críticos e esperançosos. A esperança, segundo Freire (1992, p.8), “[...] anuncia a capacidade humana de desfatalizar esta situação perversa e construir um futuro eticamente mais justo, politicamente mais democrático, esteticamente mais irradiante e espiritualmente mais humanizador.” (Freire, 1992, p. 8).

Inéditos viáveis: construindo prédios e edificando sonhos

Imagem 55



Fonte: SME, 2024.

Imagem 56



Fonte: SME, 2024.

Imagem 57



Fonte: SME, 2024.

Imagem 58



Fonte: SME, 2024.

A construção de uma escola representa muito mais do que um simples prédio, vai para além disso. Denota cuidado, respeito e dignidade para com o outro, no sentido de que entendemos que o ambiente físico influi diretamente na motivação dos estudantes e, conseqüentemente, na permanência escolar. Nesta perspectiva, partindo das análises desta pesquisa, é evidente uma grande influência do MPEJA na infraestrutura da educação de Malhada de Pedras. Observamos, neste sentido, grandes melhorias nas escolas da rede municipal de ensino. Os dados mostram que foi construída uma nova escola, localizada na comunidade Mucambo, que atende, também, à Epjai. Ao todo, oito (8) prédios escolares foram reformados, visando acolher com dignidade os estudantes. Destes, quatro ofertam unicamente a Epjai. Além dos prédios reformados, todas as salas de aula foram climatizadas, passando a dispor de ar condicionado; novas mobílias foram adquiridas para todas as escolas e seus anexos, bem como, materiais tecnológicos.

Entretanto, como há um grande número de estudantes na rede, as análises mostram que há ainda 11 anexos escolares que não apresentam a infraestrutura adequada. Os anexos são turmas que funcionam em localidades rurais que não têm escolas, neste caso, como houve demanda de matrículas e os estudantes não quiseram se deslocar para as escolas de outras comunidades, mesmo com a oferta do transporte escolar, as turmas foram criadas nas

comunidades, sendo anexos da escola mais próxima. Sendo assim, funcionam em prédios de associações, em casas ou outros espaços. No entanto, há um planejamento da gestão para a revitalização ou construção de prédios escolares em todas estas comunidades; algumas obras, inclusive, já se encontram em andamento, de acordo com os registros.

Observamos, entretanto, que há, em todos os anexos, jogos novos de mobília escolar para os estudantes e a mesma alimentação escolar que é ofertada nas turmas que funcionam nos prédios escolares, é também ofertada nos anexos, garantindo assim, estes direitos a todos. Para ilustrar o que é um anexo escolar, apresentamos a imagem a seguir.

Imagem 59



Turma MPEJA localizada na Fazenda Lagoa das Cacimbas. Turma anexo da Escola José de Alencar. As aulas desta turma acontecem no prédio da associação.

(Fonte: SME, 2024).

Mesmo com tais desafios evidenciados, os avanços na modalidade e o seu desdobramento no cenário municipal são notórios. Mediante estes “inéditos-viáveis”, o município de Malhada de Pedras sai de um quantitativo de 68 estudantes matriculados em 2020 na modalidade Epjai para 1.345 em 2024. Nessa direção, a política MPEJA, ora analisada, apresenta experiências curriculares inspiradas em inéditos viáveis e Ser Mais (Freire, 1992) como caminhos para o processo permanente de leitura de mundo e de emancipação humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desta pesquisa, objetivamos compreender como tem ocorrido a gestão da política pública MPEJA, em efetivação no município de Malhada de Pedras. Para tanto, buscamos analisar estratégias de acesso e permanência na modalidade, bem como os desafios atrelados às ações no âmbito desta política.

Deste modo, concluímos que neste município, na contramão da negligência para com a modalidade Epjai, percebida em muitos períodos da história desta cidade, hoje, através do MPEJA, há a materialização de experiências inspiradas no legado do educador Freire (1974), autor que defende práticas escolares permeadas pelo diálogo, com incentivo à valorização e respeito ao itinerário do estudante, defendendo, ainda, que a escolarização está associada à leitura crítica do mundo, à emancipação e transformação humana.

Neste sentido, a experiência da SME de Malhada de Pedras busca romper com a educação conservadora e com práticas da educação bancária. Através das vivências na Epjai, evidenciamos, neste estudo, currículos inspirados em inovações possíveis e na construção e vivência do “Ser Mais” (FREIRE, 1992) como percursos para o processo contínuo de leitura do mundo, emancipação do ser humano e rompimento com “situações-limites” e concretização de “inéditos viáveis” que, além de garantirem o ingresso da população malhadapedrense à escola, têm cumprido o preceito da permanência.

Por meio das análises documentais, que trouxeram memórias e histórias individuais e coletivas de pessoas em processo de escolarização e (trans)formação, concluímos que em Malhada de Pedras tem se rompido práticas educacionais conservadoras, materializando uma realidade na qual não tem buscado tão somente elevar o número de matrículas na Epjai, mas, principalmente, promover a transformação social.

As análises mostram, ainda, que há desafios a serem superados, a exemplo da garantia de qualidade na infraestrutura educacional para todos os estudantes da rede, indiscriminadamente. Mesmo com os desafios, é perceptível que as bases para um caminho mais justo e humanizado, com o seu ponto de partida na educação, foram lançadas.

REFERÊNCIAS

Amorim, Elisângela. **A contribuição de Paulo Freire para uma educação decolonial em Assentamentos da Reforma Agrária**. 2023. Revista Interfaces da Educação, Paranaíba, V. 14, N. 41, p. 253a 273, ano 2023 . Acesso em 20 Set. 2024

Bernardino-Costa - Joaze - **A prece de Frantz Fanon: Oh, meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona!** Disponível em A prece de Frantz Fanon ---.pdf. Acessado em 22/09/23.

Boff, L. Prefácio. In FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Edição. São Paulo: Paz e Terra, 1992. 127p. (versão digital)

BRASIL. **Lei Nº 150/2021**. Dispõe sobre a Criação e Regulamentação de Programa de Incentivo à Educação de Jovens e Adultos do Município de Malhada de Pedras-BA, 2021.

Candau, Vera Maria Ferrão. **Pedagogias Decoloniais e Interculturalidade: Insurgências**. 1. ed. Rio de Janeiro: APOENA, 2020.

Cavaco, C. **Aprender fora da escola: Percursos de Formação Experiencial**. Lisboa: Educa, 2002.

Césaire, Aimé. **Discursos sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

Costa, J. B. **Saberes subalternos e decolonialidade: os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil**. Tese (Doutorado em Sociologia). Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

Evaristo, C. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

Freire, A. M. A. **Pedagogia da indignação: Cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

Freire, N. **Entrevista Contrapontos** - volume 7 - n. 3 - p. 671-687 - Itajaí, set/dez 2007.

Freire, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 1989.

Freire, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Edição. São Paulo: Paz e Terra, 1992. 127p. (versão digital)

Freire, P. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo. Editora UNESP, 2000. Disponível em: <https://nepegeo.ufsc.br/files/2018/11/Paulo-Freire-Pedagogia-da-indigna%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em 05 jun. 2024 (versão online).

Freire, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, [1974], 2013. (recurso digital).

Freire, P. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 1997. Disponível em <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Paulo-Freire-Professora-sim-tia-n%C3%A3o-Cartas-a-quem-ousa-ensinar.pdf>. Acesso em 05 jun. 2024 (versão online).

Guisasola, Jenaro.; Ametller, Jaume.; Zuza, Kristina. Investigación basada en el diseño de Secuencias de Enseñanza-Aprendizaje: una línea de investigación emergente en Enseñanza de las Ciencias. **Revista Eureka Sobre Enseñanza y Divulgación**, v. 18, n, 1, e1801, 2021.

Joaquim, B. dos S.; Oliveira, L. M. P. de. **Inter-Ação**, Goiânia, v.46, n. ed.especial, p. 914-929, set. 2021. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5216/ia.v46ied.especial.68056>>. Acesso 20 maio 2024

Machado, M. M. Permanência na EJA: auxílio estudantil e integração com a Educação Profissional. Entrevista concedida a Katia Guimarães. Site. **Escola Politécnica de Saúde**

Joaquim Venâncio, 22 de nov. 2021. Disponível em:

<https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/permanencia-na-eja-auxilio-estudantil-e-integracao-com-a-educacao-profissional>. Acesso em 20 maio 2024.

Maldonado-Torres, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. *In*: COSTA, J. B.; GROSFOGUEL, R.; MALDONADO-TORRES, N. (org.).

Decoloniadidade e pensamento afrodiaspórico. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 27-53.

Malhada de Pedras. **Lei nº 307, de 17 de junho 2015**. Dispõe acerca do Plano Municipal de Educação – PME, do Município Malhada, e dá outras providências. Malhada de Pedras: Câmara Municipal, 2015. Disponível em:

<https://www.procedebahia.com.br/ba/malhada/diarios&edicao=1951>. Acesso em: 20 maio 2024.

Martins, Paulo Henrique; Benzaquen, Júlia Figueredo. Uma proposta de matriz metodológica para os estudos descoloniais. **Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE**, Recife, V. II, n. 11, p.10-31, Ago/Dez, 2017. Disponível em:

<https://www.journals.ufrpe.br/index.php/cadernosdecienciassociais/article/view/1882/482482516>

Mota Neto, João Colares da. **Educação Popular e Pensamento Decolonial Latino-Americano em Paulo Freire e Orlando Fals Borda**. 2015. 368f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

Moura, A. P.; Ventura, J. A. Atualidade do Pensamento de Paulo Freire para Refletirmos Sobre Políticas Públicas na Educação de Jovens e Adultos. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**. Rio de Janeiro, v.4 n.2, 2018.

Moura, A. P.; Ventura, J. A. Atualidade do Pensamento de Paulo Freire para Refletirmos Sobre Políticas Públicas na Educação de Jovens e Adultos. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**. Rio de Janeiro, v.4 n.2, 2018.

Oliveira, Luiz Fernandes de. Concepções docentes sobre as relações étnico-raciais em educação e a lei 10.639. **Anais da 30ª Reunião da Anped**. Caxambu, 2007.

Santos, Boaventura de Sousa. **A Gramática do tempo: para uma nova cultura política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

Santos, J. J. R. dos. **Saberes necessários para a docência na educação de jovens e adultos**. 2011. 189 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

Silva, S. B. da. **Regulações de gênero e o direito à permanência e aprendizagem de mulheres-mães na educação de pessoas jovens e adultas: um estudo no contexto de uma comunidade quilombola**. Orientador (a): Profº. Drº. José Jackson Reis dos Santos. Dissertação (mestrado)- Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós Graduação em Educação – PPGEn, Vitória da Conquista, 2023.

TSE. **Estatísticas do eleitorado** – Por sexo e grau de instrução, 2021. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/estatistica-do-eleitorado-por-sexo-e-grau-de-instrucao>>. Acesso em 26 out. 2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS GERAIS

Analizamos, nesta dissertação, situações-limites e inéditos viáveis no contexto da Epjai em âmbito nacional, artigo 1, desdobrando para a esfera municipal, artigos 2 e 3; neste último, analisamos a gestão da política pública MPEJA, construída e desenvolvida pela rede municipal de ensino de Malhada de Pedras, Bahia, com foco nas ações voltadas ao acesso e permanência de estudantes na Epjai. Partimos do estudo, da legislação e de políticas públicas de âmbito nacional, entrelaçadas com as políticas e mediações pedagógicas na rede de ensino mencionada, no contexto do MPEJA.

Evidenciamos, neste percurso, em âmbito nacional, como prevíamos, a não efetivação dos preceitos legais para o campo Epjai, o que acaba por intensificar as desigualdades que marcam a oferta da educação para a modalidade (Arroyo, 2005).

Nesta perspectiva, acreditamos na necessidade de articular políticas de acesso escolar interligadas à permanência no contexto da Epjai. Sendo assim, fomos construindo o nosso estudo, tecido pelas discussões ancoradas em Freire (2013, 1992), que nos incentiva ao rompimento com uma educação opressora, visando à dignidade humana, sendo necessário, para tanto, denunciar as “situações-limites”, de maneira a rompê-las, em busca do sonho, para isso, construindo os inéditos viáveis, uma construção, entretanto, que não se materializa de maneira autoritária, impondo ao estudante o que ele irá aprender e o jeito com o qual ele deve aprender.

Por meio das análises documentais, que trouxeram memórias e histórias individuais e coletivas de pessoas em processo de escolarização e (trans)formação, concluímos que, em Malhada de Pedras, a Epjai tem rompido práticas educacionais conservadoras, de base cartesiana, construindo uma realidade na qual não tem buscado tão somente elevar o número de matrículas nesta modalidade, mas, principalmente, a promoção da permanência escolar e, com ela, por meio de vivências pedagógicas dialógicas e humanizadas, a conscientização e transformação social, viabilizadas por uma concepção decolonial. Tal constatação advém das análises dos relatórios pedagógicos, bem como dos registros fotográficos que apresentaram inéditos viáveis que repercutem no acesso e permanência na Epjai, são eles: Busca Ativa; Bolsa permanência; Redução de jornada diária de trabalho para funcionários públicos municipais; Práticas curriculares inovadoras e diversificadas; Sala de acolhimento para os filhos das mães MPEJA; Plantões pedagógicos; Protagonismo dos estudantes MPEJA em projetos pedagógicos; Construindo prédios e edificando sonhos.

Deparamo-nos, ainda, neste percurso, com a experiência pedagógica “Escrevivências”, analisada nesta pesquisa, por meio da qual evidenciamos narrativas de estudantes que, por meio

da escrita, fazem referência às formas diversas de existencialidade no mundo. Sendo suas escritas subsídios para as construções de suas reflexões, anseios, inquietações e, conseqüentemente, motivação para denunciar e problematizar seu próprio lugar de fala, espaço no qual se encontram imersos em suas ideologias e materializações, o que justifica na formação de sua própria consciência.

Nesse percurso, aprendi com a leitura das obras de Freire, *Pedagogia do Oprimido* (2013) e *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido* (1992), que não devemos nunca deixar de “esperançar”, mas não uma esperança ingênua e passiva. Este educador nos convoca ao comprometimento na luta pela libertação dos oprimidos que, historicamente, têm suas vozes subalternizadas. Para tanto, precisamos compreender e questionar os contextos histórico, político e social nos quais estamos imersos. Desse modo, encontramos no pensamento comprometido com a justiça social deste ativista em favor dos Direitos Humanos, motivação para a construção e desconstrução de olhares, abolindo preconceitos que estavam internalizados, os quais sequer eram percebidos, descobrindo um sentido maior para a implicação desta pesquisa enquanto profissionais, sobretudo, enquanto seres humanos em constante processo de reinvenção.

Ao investigar os documentos e registros do MPEJA, para desvelar o questionamento que deu origem a este estudo, a saber: *Quais as situações-limites e inéditos viáveis no contexto da gestão da política pública MPEJA para assegurar o acesso e a permanência com aprendizagem de estudantes da Epjai na Rede Municipal de Ensino de Malhada de Pedras?*, floresceu em nós, a partir das análises desta pesquisa, a esperança no sentido do engajamento de entes políticos para com a Epjai. Observamos, nesta política pública, um grande potencial de ações pedagógicas que contribuem com a transformação social, muitas das quais, sequer conseguimos mencionar neste texto, tamanha foi a quantidade de materiais analisados. Assim, reforçamos a nossa crença na possibilidade de rompimento com as situações- limites e concretude de inéditos-viáveis, com base em condições existentes.

Do exposto, não podemos naturalizar, sem questionamentos e cobranças, que o Estado deixe de cumprir com o seu papel na garantia das condições de acesso e permanência na Epjai, levando em conta as especificidades dessa modalidade. Dessa forma, por meio desta pesquisa, confirmamos a hipótese de que a Epjai, em âmbito nacional, ainda é subalternizada. Embora a legislação contemple diversos direitos para este campo, na prática, a realidade ainda é muito aquém da esperada.

Chegamos até aqui com várias conclusões, bem como, desfazendo várias outras. Neste sentido, o presente trabalho constitui-se em um conhecimento inconcluso, o qual, no entanto,

nos permite insistir que o terreno da Epjai é muito fértil, para o qual necessitamos de gestores e políticas de acesso e permanência ousadas, que visem a transformação social, rompendo com as relações hierárquicas opressoras, impostas por uma conjuntura que tem materializado uma desigualdade perversa na sociedade, que afeta em cheio os sujeitos da Epjai. Reverter essa lógica em potencialidades emancipatórias, é ainda um desafio que se faz necessário a todos os engajados com esta modalidade e que almejam o respeito à diversidade, na busca pela igualdade de direitos.

Nesta trajetória do Mestrado, vivenciei inúmeras descobertas que contribuíram para a concretização do nosso *Ser Mais*, uma vez que compreender criticamente a realidade na qual estamos submetidos, ampliando nossos conhecimentos, no processo de escrita, também, da nossa própria história, são ganhos imensuráveis que vieram dos trilhos desta caminhada acadêmica. Adentrar nos estudos decoloniais, no percurso da escrita deste texto dissertativo, está trazendo imensuráveis contribuições para a minha conscientização enquanto educadora, gestora, mãe e mulher, uma vez que, perceber o quanto práticas, expressões e visões colonizadas e racistas estavam impressas em mim está sendo libertador. Tenho feito leituras críticas e mais conscientes nos diversos campos, desconstruindo diversas “aprendizagens”. Como diz hooks (2017, p.55) “o corpo docente precisa desaprender o racismo para aprender sobre a colonização e a descolonização”. Confesso que só tive contato com o conceito de decolonialidade no percurso do Mestrado e, no lugar de gestora, atribuo como necessária esta abordagem junto ao currículo e práticas educacionais. Para além do crescimento acadêmico e pessoal, levarei para a educação de Malhada de Pedras, em especial para o campo da Epjai, todas as contribuições advindas destes estudos, buscando, desse modo, contribuir para as fissuras dentro de um sistema dominador eurocêntrico e capitalista, por meio de uma atuação política que valorize a diversidade em todas as suas nuances. Acreditando que o ser humano é, por natureza, inacabado, uma vez que encontra-se em constante busca, continuarei minha itinerância na educação, sempre buscando novos conhecimentos, por meio dos quais eu possa contribuir com a libertação da sociedade das amarras estruturadas na opressão.

No percurso desta pesquisa, outros questionamentos surgiram, a saber: “Quais têm sido os percursos escolares dos estudantes egressos do MPEJA?”, “Para além do ingresso e permanência na Epjai, a aprendizagem dos estudantes tem sido construída?”. Nas itinerâncias futuras que farei, buscarei, teoricamente, respostas para esses questionamentos.

REFERÊNCIAS

Arroyo, M. G. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade

pública. *In:* Soares, Leôncio; Giovanetti, Maria Amélia G. C.; Gomes, Nilma Lino (Org.). **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005

Freire, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2013. recurso digital (versão digital)

Freire, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Edição. São Paulo: Paz e Terra, 1992. 127p. (versão digital)

Alves, E. A; Gonçalves, M. C; Araújo, N. A. **Educação de Jovens e Adultos no Brasil: contradições entre políticas públicas e qualidade educacional**. – Revista on line de Política e Gestão Educacional, Araraquara, v. 24, n. 3, p. 1524-1540, set./dez. 2020.:

Hooks, b. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

ANEXOS



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
SUDOESTE DA BAHIA -
UESB/BA



Continuação do Parecer: 6.122.060

a temática central do estudo. A plataforma web da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – Anped, no Grupo de Trabalho 18, será o locus definido para as pesquisas bibliográficas. Os dados serão analisados em diálogo com autores que trabalham com temáticas como: gestão de políticas educacionais; gestão do acesso, da permanência e da aprendizagem; educação libertadora. A pesquisa poderá contribuir para a construção, desenvolvimento e avaliação da gestão de políticas públicas na área em debate, assim como na construção da memória da Epjai do município de Malhada de Pedras, Bahia.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar o processo de elaboração e desenvolvimento da política pública da Epjai da rede municipal de ensino de Malhada de Pedras.

Objetivo Secundário:

- Situar, historicamente, a trajetória da Epjai na rede municipal de ensino;
- Compreender a dinâmica de construção e de desenvolvimento da política de Epjai da rede municipal de Malhada de Pedras;
- Identificar e analisar as principais estratégias de acesso e de permanência construídas na rede municipal de ensino;
- Compreender os limites e os avanços na gestão da política pública de Epjai.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Mesmo que as probabilidades de ocorrências de riscos nesta pesquisa sejam mínimos, eles existem, os quais são: Desconforto e constrangimento durante gravações de áudio e vídeo durante as entrevistas, alterações na autoestima provocadas pela evocação de memórias ou por reforços na conscientização sobre condições de natureza física ou psicológica restritivas ou incapacitantes; alterações de visão de mundo e de relacionamentos, em razão de reflexões sobre sexualidade, divisão de trabalho familiar, satisfação profissional e escolar, etc. Esses riscos poderão ser manifestados na forma de desconforto e/ou constrangimento ao responder o instrumento destinado à coleta de dados; medo de não conseguir responder ou ainda, receio de ser identificado; estresse; cansaço; quebra de sigilo ou vergonha ao responder às perguntas.

Benefícios:

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)
Bairro: Jequiezinho **CEP:** 45.208-510
UF: BA **Município:** JEQUIE
Telefone: (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-6883 **E-mail:** cepjg@uesb.edu.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
SUDOESTE DA BAHIA -
UESB/BA



Continuação do Parecer: 6.122.060

Conseguir um aprofundamento maior concernente às ações que possibilitaram a elaboração e desenvolvimento da política pública MPEJA, da Rede

Municipal de Ensino de Malhada de Pedras/BA, analisando minuciosamente, as causas de possíveis êxitos, bem como problemas que forem

levantados, analisando, por meio da ótica dos participantes da pesquisa. Nesse sentido, este estudo visa mergulhar no universo dos entrevistados,

norteando os motivos que os levam a ter determinadas opiniões. Conhecendo detalhadamente pontos fortes e fragilidades da Política pública

MPEJA, esta ação municipal que busca a melhoria do ensino na EJA, poderá ser fortalecida.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de pesquisa de mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ensino da Uesb. De abordagem qualitativa.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Dos termos apresentados:

1. Folha de Rosto: ok
2. PB de Informações Básicas: termos sujeito 1X (em citação) ok
3. Projeto de Pesquisa: por 26 vezes o termo "sujeito"
4. Termo de CPSH: ok
5. Autorização para Coleta de Dados: ok
6. Autorização para Coleta e DadosII: ok
7. Termos de Autorização para uso de imagens: ok
8. TALE: ok
9. TCLE: ok
10. Roteiro: ok

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há mais pendências éticas. Atenção apenas para a seguinte solicitação:

Relatórios:

- Durante a execução do projeto e ao seu final, anexar na Plataforma Brasil os respectivos relatórios parciais e final, de acordo com o que consta na Resolução CNS 466/12 (itens II.19, II.20,

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)
Bairro: Jequiézinho **CEP:** 45.206-510
UF: BA **Município:** JEQUIÉ
Telefone: (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-6883 **E-mail:** cepjq@uesb.edu.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
SUDOESTE DA BAHIA -
UESB/BA



Continuação do Parecer: 6.122.060

XI.2, alínea d) e Resolução CNS 510/16 (artigo 28, inciso V).

Considerações Finais a critério do CEP:

Em reunião por videoconferência, autorizada pela CONEP, a plenária deste CEP/UESB autorizou a liberação do parecer do relator por ad referendum.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2080805.pdf	08/05/2023 05:54:25		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE_CEP_12_a_17_anos.pdf	08/05/2023 05:53:25	ELISANGELA ROSA DOS SANTOS VENTURA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	08/05/2023 05:51:22	ELISANGELA ROSA DOS SANTOS VENTURA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoElisangeia.pdf	08/05/2023 05:51:05	ELISANGELA ROSA DOS SANTOS VENTURA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	6Usolimagem.pdf	03/04/2023 10:01:59	ELISANGELA ROSA DOS SANTOS VENTURA	Aceito
Outros	5Roteirodeentrevista.pdf	03/04/2023 10:01:45	ELISANGELA ROSA DOS SANTOS VENTURA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	4AutorizaColeta2.pdf	03/04/2023 10:01:10	ELISANGELA ROSA DOS SANTOS VENTURA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	4AutorizaColeta1.pdf	03/04/2023 10:01:01	ELISANGELA ROSA DOS SANTOS VENTURA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	3CompromissoGeral.pdf	03/04/2023 10:00:51	ELISANGELA ROSA DOS SANTOS VENTURA	Aceito
Folha de Rosto	1FolhadeRosto.pdf	03/04/2023 10:00:00	ELISANGELA ROSA DOS SANTOS VENTURA	Aceito

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)

Bairro: Jequiezinho **CEP:** 45.206-510

UF: BA **Município:** JEQUIE

Telefone: (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-6883 **E-mail:** cepjq@uesb.edu.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
SUDOESTE DA BAHIA -
UESB/BA



Continuação do Parecer: 6.122.060

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JEQUIE, 15 de Junho de 2023

Assinado por:

**Leandra Eugenia Gomes de Oliveira
(Coordenador(a))**

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)

Bairro: Jequezinho **CEP:** 45.206-510

UF: BA **Município:** JEQUIE

Telefone: (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-6883 **E-mail:** cepjj@uesb.edu.br

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS – BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, **e CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Lucia Silva Floriano

Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura

Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

Página 1

Rubricas:

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS - BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VLÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Edite Salvador Simão

Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura

Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS - BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e **CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Ygorsonal P. de Souza

Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura

Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

Página 1

Rubricas:

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS - BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Elisângela Rosa dos Santos Ventura
Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura
Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

Página 1

Rubricas:

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAJ DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS – BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Edmar de Oliveira
Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura
Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

Página 1

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS - BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e **CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-Ba, 02/05/2023

William A. Guimarães Soares

Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura

Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

Página 1

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS – BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- nos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, **e CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

marcelina Brito Pereira Neves

Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura

Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS - BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, **e CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Edna Pereira da Silva

Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura

Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS – BAHIA; ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e **CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Santina Cristine Bonfim Pereira
Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura
Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

Página 1

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS - BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e **CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Maria de Souza de Jesus
Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura
Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2019)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS – BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÊDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, **e CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de de gravações (sons e imagens)

- da minha pessoa
- do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Juliano Mendes Souza

Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura

Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS – BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VLÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, **e CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

- da minha pessoa
- do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Maria Jose Alves de S Brito
Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura
Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS - BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leis-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, **e CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Elide Aparecida de S. Silva

Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura

Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS - BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

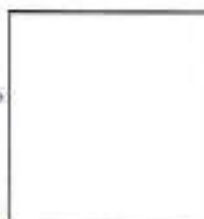
AUTORIZO, através do presente documento, **e CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

- da minha pessoa
- do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Paulo de Souza
Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura
Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS – BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, **e CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Maria da Solidade A. Brito

Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura

Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS - BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, **e CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

- da minha pessoa
- do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Laurita Pinheiro da
Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura
Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS - BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e **CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Aparecida Amorim do Silveira
Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura
Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS – BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, **e CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

- da minha pessoa
- do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Heruino Reis de Souza
Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura
Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS – BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Eliângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e **CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Séidio Neves Brito
Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Eliângela Rosa dos Santos Ventura
Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

Página 1

Rubricas:

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS – BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elsângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto Nº 3.298/1999, alterado pelo Decreto Nº 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Wamir de Jesus Santos Braga
Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elsângela Rosa dos Santos Ventura
Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

Página 1

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS – BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e **CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Roseli Freilos Reis

Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura

Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

Página 1

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS – BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e **CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Helen Miranda Farias

Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura

Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

Página 1

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS – BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMPES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e **CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Gilmar Aguiar Soares

Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura

Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

Página 1

Rubricas:

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS - BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elsângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, **e CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Alexsandra M. G. Schettini

Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elsângela Rosa dos Santos Ventura

Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

Página 1

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS - BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VÍVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, **e CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Valdete Alves de ...
Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura
Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

Página 1

--

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS – BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VLÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e **CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Felício Junior Sauff Miranda
Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura
Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

Página 1

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS - BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Rita Samira Melton

Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura

Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS – BAIHA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Antônio Cardoso Farias
Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura
Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

Página 1

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS – BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto Nº 3.298/1999, alterado pelo Decreto Nº 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Luísa Santana Rocha
Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura
Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

Página 1

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS – BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elsângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e **CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Antônia Brito Lequeiro
Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elsângela Rosa dos Santos Ventura
Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

Página 1

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS - BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e **CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

maria glória felitas Reis

Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura

Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

Página 1

Rubricas:

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS – BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	Elisângela Rosa dos Santos Ventura

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto Nº 3.298/1999, alterado pelo Decreto Nº 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e **CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Edsonico Santos Frutos

Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura

Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS – BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VLÁVEIS
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	Elisângela Rosa dos Santos Ventura

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leis-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e **CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Luizica dos Santos Almeida

Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura

Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS – BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e **CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Rosaura Ferreira Figueiredo Silva

Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura

Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

Página 1

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS – BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e **CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Luiz Maria dos Santos
Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura
Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

Página 1

Rubricas:

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS – BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto Nº 3.298/1999, alterado pelo Decreto Nº 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Isaías Mendes Santana

Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura

Assinatura do(a) pesquisador



*Impressão Digital
(Se for o caso)*

Página 1

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS - BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, **e CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Fernando Nêl Souza

Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura

Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovada em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS - BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, **e CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Suzanne Brito Ferreira
Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura
Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS – BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VLÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e **CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Telma Bonfim Pereira
Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura
Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS – BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e **CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Greuzo Sílvia Santos

Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura

Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovada em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS – BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VLÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto Nº 3.298/1999, alterado pelo Decreto Nº 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Ironete Santos Nunes Freitas
Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura
Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS – BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIVÉIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, **e CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Elisângela Andrade Vieira
Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura
Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

Página 1

Rubricas:

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS – BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VLÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

AUTORIZO, através do presente documento, **e CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Isabel de Souza Leite

Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura

Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS - BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Yocassius Arantes
Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura
Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

Página 1

Rubricas:

--

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS - BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, **e CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

Página 1

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS - BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elsângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

AUTORIZO, através do presente documento, e **CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Luiza Regina Ferreira
Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elsângela Rosa dos Santos Ventura
Assinatura do(a) pesquisador

Impressão Digital
(Se for o caso)

Página 1

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS – BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Lucia da Silva Santos Freitas
Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura
Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovada em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS - BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VLÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e **CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Ana Maria Araújo

Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura

Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

Página 1

Rubricas:

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS – BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e **CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de de gravações (sons e imagens)

- da minha pessoa
- do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Neuzo Santos Freitas
Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura
Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS - BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elsângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, **e CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Raimundo Gonzaga de Azevedo
Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elsângela Rosa dos Santos Ventura
Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

Página 1

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovada em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS – BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÊDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e **CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

[Assinatura manuscrita]
Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

[Assinatura manuscrita]
Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovada em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS - BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elsângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e **CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Apresencio a minha participação

Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elsângela Rosa dos Santos Ventura

Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPLAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS – BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, **e CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Dorizete Aquino Feitosa

Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura

Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

Página 1

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS – BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, **e CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Tatiane de Sousa Freitas Santana

Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura

Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS - BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	Elisângela Rosa dos Santos Ventura

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, lei-a, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

AUTORIZO, através do presente documento, e **CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Eldício de Souza Lopes
Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura
Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

Página 1

Rubricas:

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS - BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, **e CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Mansulita Cardoso de Carvalho
Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura
Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS – BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, **e CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

- da minha pessoa
- do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Maria Lúcia Gomes Lisboa
Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura
Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

Página 1

Rubricas:

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS – BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e **CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

- da minha pessoa
- do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Solange Lisboa Ribeiro

Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura

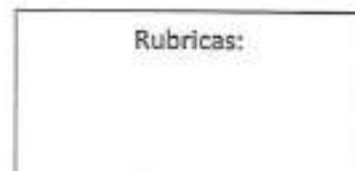
Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

Página 1

Rubricas:



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS – BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Maria Aparecida Silva Aguiar

Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura

Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

Página 1

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS – BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e **CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Renata Aparecida de J.S.
Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura
Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

Página 1

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS - BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elsângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e **CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Fernando Mera Saes
Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

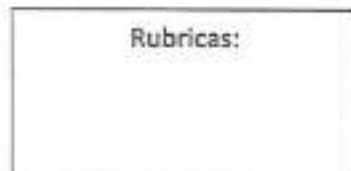
Elsângela Rosa dos Santos Ventura
Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

Página 1

Rubricas:



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS - BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Elita Correia da Silva

Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura

Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS – BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elsângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e **CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Ednae Lagomes da Silva Reis

Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elsângela Rosa dos S. Ventura

Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

Página 1

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovada em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS - BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

AUTORIZO, através do presente documento, **e CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Elaine dos Santos Freitas

Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura

Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS - BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto Nº 3.298/1999, alterado pelo Decreto Nº 5.296/2004).

AUTORIZO, através do presente documento, e **CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Elvite Maria Alves

Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura

Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

Página 1

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS - BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VLÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elsângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto Nº 3.298/1999, alterado pelo Decreto Nº 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e **CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Maria Maricó do Santos
Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elsângela Rosa dos Santos Ventura
Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS – BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e **CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Jessica Samara Furtado Ribeiro
Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

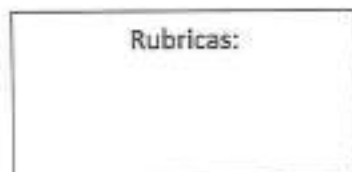
Elisângela Rosa dos Santos Ventura
Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

Página 1

Rubricas:



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modulo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS - BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, **e CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Quiliane Alves Lopes Silva

Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura

Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS - BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e **CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

- da minha pessoa
- do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Estelino Carlos Roberto Souza

Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura

Assinatura do(a) pesquisador



*Impressão Digital
(Se for o caso)*

Página 1

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS - BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e **CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Elisângela Rosa dos Santos Ventura
Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura
Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

Página 1

Rubricas:

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS - BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e **CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Lito de Almeida Aguiar
Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura
Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS – BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e **CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Lilda Rodrigues Aguiar
Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura
Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS - BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, **e CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Luiziza Silva Carvalho Dias
Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura
Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

Página 1

Rubricas:

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS – BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Isabel da Silva Carvalho

Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura

Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

Página 1

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS – BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e **CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

- da minha pessoa
- do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Camilla Poehla de Souza
Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura
Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS – BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VLÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto Nº 3.298/1999, alterado pelo Decreto Nº 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e **CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

- da minha pessoa
- do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Elza Rosa de Souza
Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura
Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

Página 1

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS - BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e **CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Yore masuati nascimento
Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura
Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

Página 1

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS – BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e **CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Francisco Silva Souza
Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura
Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS - BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e **CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de de gravações (sons e imagens)

- da minha pessoa
- do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Francisco Carlos Valdeiros Souza

Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura

Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

Página 1

Rubricas:

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2019)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS - BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e **CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

- da minha pessoa
- do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Maria das G. Aguiar da Rocha
Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura
Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

Página 1

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS - BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e **CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

- da minha pessoa
- do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Feri Antônio Cavalcão
Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura
Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS - BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

- da minha pessoa
- do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Zilda Ribeiro Silva
Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura
Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

Página 1

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS - BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

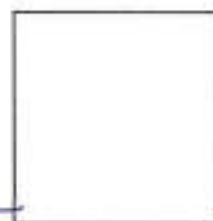
AUTORIZO, através do presente documento, e **CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

- da minha pessoa
 do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Ricardo Augusto Aguiar
Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura
Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS – BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

AUTORIZO, através do presente documento, e **CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Ana Luícia Silva da Cruz
Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura
Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS – BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Daniela Rosa dos Santos Ventura
Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura
Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

Página 1

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS – BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VLÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e **CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Leandro Joaquim dos Jesus
Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura
Assinatura do(a) pesquisador

Impressão Digital
(Se for o caso)

Página 1

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS – BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e **CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Silvino Augusto
Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura
Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

Página 1

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS – BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto Nº 3.298/1999, alterado pelo Decreto Nº 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e **CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Osmael Silva Santos

Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura

Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

--

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

Chancelado e aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS – BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e **CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

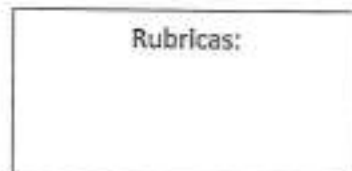
Mediana Lorenzetti
Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura
Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

Página 1



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS – BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VLÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e **CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Alice Vieira da Luz
Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura
Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

Página 1

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS - BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto Nº 3.298/1999, alterado pelo Decreto Nº 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e **CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Waldino Gomes Roqueiro
Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura
Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

Página 1

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAJ DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS – BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VIÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, **e CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Edimildo Souza Lopes

Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura

Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

Página 1

Rubricas:

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	<i>POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES DA EPJAI DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MALHADA DE PEDRAS - BAHIA: ANÁLISES DE SITUAÇÕES-LIMITES E INÉDITOS VLÁVEIS</i>
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Elisângela Rosa dos Santos Ventura</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, e **CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Malhada de Pedras-BA, 02/05/2023

Maria Santa Alves Lopes

Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)

Elisângela Rosa dos Santos Ventura

Assinatura do(a) pesquisador



Impressão Digital
(Se for o caso)

Página 1